

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 815
10 de Agosto de 1989
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

EP Sorteio
foi no Domingo **Prémios: 1.º 54 750 - 2.º 45 551 - 3.º 83 231**

Paulo Moura



na festa!

Paulinho da Viola



Em Foco

Avante!
Ano 59 - Série VII
N.º 815
10 de Agosto de 1989
3.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente



O turismo a quente

Dizem de Santa Bárbara que é muito lembrada, se ouvem os trovões. Não é que se passe o turismo, de que sempre se vai falando um pouco ao



mas só quando mesmo com o longo do ano.

Mas a verdade é que, com a canícula, mais gente toma contacto problemas e, inevitavelmente, eles vêm à baila directo com os seus problemas, na rádio, na televisão.

Projectada greve nos CTT

- **STAL organiza hoje em Lisboa um importante debate**
- **Plenários marcam prazo aos gestores da CP**
- **Previsível ratificação geral do acordo dos bancários**
- **Fenprof é recebida hoje pelo secretário de Estado do Ensino Superior**
- **Protesto contra despedimento na Cel-Cat**
- **Supermercados repletos de contratados a prazo**

Nicarágua

A paz avança apesar dos EUA

Sudão

Junta militar ameaça comunistas

Editorial

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 815
10 de Agosto de 1989
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Eleições autárquicas de Dezembro — uma batalha política a vencer

Raras vezes após o 25 de Abril as eleições autárquicas se revestiram da importância política e da complexidade que desde já estão assumindo as de 17 de Dezembro deste ano de 1989.

As eleições de Dezembro vão realizar-se num quadro caracterizado pela falência política da direita governante — chefiada com mão de ferro por um Primeiro-Ministro cujos pés começam a ganhar a textura do barro —, de uma direita detentora do poder Executivo desde Novembro de 1985 e da maioria do Legislativo desde Julho de 1987 e ainda de uma larga fiação do Poder Local que remonta em alguns casos aos anos de 74/75 e mesmo em alguns outros aos tempos da «outra senhora».

Vão além disso realizar-se sob um inédito e complicado jogo de alianças políticas que colocam com grande acuidade aos comunistas e aos seus aliados da CDU, relativamente a terceiros, difíceis problemas da unidade e luta, de conteúdo e formas de acção, de acordos ou desacordos pontuais e localizados, de relacionamento e de comportamento político geral, de definição clara de objectivos.

Vão ainda realizar-se no contexto previsível de uma vasta movimentação social de massas que tudo aponta manter-se activa nesta parte do ano dada a intransigência do governo face às reivindicações populares e num momento em que a ofensiva restauracionista do capitalismo monopolista de Estado — objectivo cavaquista — ameaça ganhar nova dinâmica com a entrada em vigor na passada segunda-feira do novo texto constitucional resultante de uma lei de Revisão globalmente negativa imposta à Assembleia da República pela aliança contranatura do PS com o PSD a que se somaram os votos do CDS.

Trata-se, pois, de uma batalha política de facto complexa (e aqui o qualificativo de «complexa» é inteiramente ajustado) que para os comunistas e todos os democratas deve subordinar-se à exigência fundamental de derrotar a direita, de pôr fim à sua gestão autocrática semeadora do caos, de a desalojar das suas posições dominantes do aparelho de Estado, de, finalmente, desbravar o caminho a uma alternativa democrática credível e viável.

Para os comunistas e os seus aliados da CDU trata-se principalmente de uma grande batalha directa e concreta pelo

Poder Local democrático conquistado com o 25 de Abril, da reafirmação de um projecto autárquico que deu já as suas provas ao serviço das populações em mais de 30% do território nacional e ao longo de 15 anos de gestão abnegada, competente e honesta e que pela primeira vez na nossa História materializou com superior expressão popular as melhores tradições municipalistas do povo português.

Para o PCP, dois objectivos se vão colocando desde já com força e de maneira saliente visando as eleições de 17 de Dezembro:

Um: reforçar a base unitária da CDU; pôr de pé e dinamizar um vasto movimento popular de apoio à CDU; consolidar e alargar as posições da CDU no poder autárquico em particular nas autarquias em que detém a presidência e é a força maioritária em termos absolutos ou relativos; transformar em maiorias absolutas as maiorias relativas da CDU;

Outro: aprofundar a deslocação de votos e a sensível redução da base eleitoral e política da direita, em primeiro lugar do PSD, verificadas nas recentes eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu, a favor das forças democráticas.

A constituição da coligação «Por Lisboa» entre o PCP, o PS, o PEV e o MDP correspondeu à imperativa exigência de dotar Lisboa de uma gestão autárquica competente e democrática capaz de fazer da nossa capital uma aprazível cidade onde se possa viver e apeteça viver.

A sua formalização produziu de imediato um grande impacto nos meios políticos da capital, despertou o entusiasmo dos democratas e dos mais amplos sectores da população lisboeta que viu nela a possibilidade de pôr cobro à caótica gestão de 9 anos da ex-AD (PSD, CDS e PPM) sob a direcção autocrática de Abecasis.

Teve também naturais repercussões políticas no conjunto do País pelo facto de, pela primeira vez no plano eleitoral, ter sido possível reunir numa coligação os dois maiores partidos da esquerda portuguesa — o PCP e o PS.

Compreende-se que a formalização da coligação «Por Lisboa» — que pode legitimamente aspirar à vitória na capital do País — tenha provocado o pânico e a ira da direita restauracionista e da sua comunicação social manipulada.

O PCP, até há pouco tratado pelos inimigos e adversários como uma força em declínio e em vias de extinção é agora alçado em «papão traga-socialistas» pelos panegiristas da direita.

Mas ao mesmo tempo que devemos compreenderê-los devemos também dar-lhes de modo terminante a resposta adequada.

É a resposta terminante e adequada à furiosa campanha da direita deve ser dada no terreno político e no do trabalho prático.

Neste capítulo reside de facto a complexidade da batalha que vai travar-se e decidir-se nas eleições de 17 de Dezembro.

O PCP, integrado na CDU e coligado em Lisboa com o PS para a disputa das autarquias do concelho de Lisboa, tem também em grande número de outros concelhos e freguesias do País o mesmo PS como adversário.

Daqui a primeira conclusão: enquanto a CDU configura a unidade democrática entre o PCP, o PEV, a ID e democratas independentes no plano nacional, a coligação «Por Lisboa», configura uma convergência democrática de objectivos perfeitamente localizada, naturalmente susceptível de outros desenvolvimentos, mas rigorosamente limitada no seu âmbito.

Como conciliar no terreno político esta dualidade de situações? Como se coloca para os eleitores da CDU a questão do voto útil em cada situação?

Para os comunistas e os seus aliados da CDU só há uma opção: sem reservas, com o PS e as outras forças coligadas em Lisboa, lutarmos unidos pelo triunfo da coligação e pela derrota da direita; sem hesitações, em todas as autarquias em que a CDU se apresente às eleições com lista própria, o voto útil, quaisquer que sejam os adversários, é, deve ser, na CDU.

Mesmo dispersa por concelhos e freguesias, mesmo sem quaisquer hipóteses de vitória ou de substancial representação em tal ou tal autarquia, a CDU como coligação nacional deve aparecer em toda a sua força no plano nacional, deve recolher na máxima medida que estiver ao seu alcance o voto útil dos democratas portugueses e em primeiro lugar dos seus eleitores tradicionais.

A propaganda da direita governante, de que em muitos casos inconscientemente certos eleitores da CDU se fa-

zem eco, insinua, relativamente à coligação «Por Lisboa» que os comunistas votando uma lista encabeçada por Sampaio, se preparam para «engolir» um novo «sapo». Pretendem por esta forma neutralizar uma parte do eleitorado da CDU e fomentar a abstenção eleitoral nas suas áreas.

A insinuação não é nova. O PCP, quando com os seus votos contribuiu decisivamente para a vitória do general Ramalho Eanes e para a derrota do candidato da direita, general Soares Carneiro, foi acusado de ter «engolido» um «sapo»; quando com a sua decidida acção no curto espaço de 15 dias, conseguiu garantir os votos necessários para derrotar Freitas do Amaral e fazer eleger Mário Soares, voltou a «engolir» outro «sapo» ainda maior.

Curiosamente, cada «sapo» «engolido» resultou numa retumbante derrota das forças de direita.

É um bom precedente e uma boa credencial para a vitória da coligação «Por Lisboa» nas eleições de 17 de Dezembro.

É no valor das suas propostas em cada concelho e freguesia onde vai apresentar os seus candidatos, é na divulgação do seu património de experiência altamente positivo no exercício do Poder Local em vastas zonas do País, é no trabalho diligente e militante de todos os seus activistas, que a CDU vai afirmar-se como grande coligação democrática nas eleições autárquicas de 17 de Dezembro.

O PCP intervirá fundamentalmente pela positiva na batalha política das eleições. Terá na devida conta que o PS é seu aliado na coligação «Por Lisboa» e eventualmente noutras autarquias, mas não hesitará em criticar e denunciar às más gestões autárquicas de quaisquer outras forças políticas, incluindo o PS, lá onde os problemas vitais das populações foram descurados pela incompetência e a incúria dos autarcas quem quer que sejam e representem.

A convergência unitária, designadamente com o PS, não é incompatível com a necessária reprovção e crítica, naturalmente objectiva e serena, relativamente à sua má gestão autárquica onde quer que se tenha verificado.

Com a sua força, a justeza das suas propostas e o resultado concreto do seu trabalho, os comunistas e os seus aliados da CDU podem aspirar ao êxito eleitoral nas autarquias de 89.

Resumo

2 Quarta-feira

Ministro da Educação anuncia a publicação de um decreto que criará, com carácter obrigatório, uma disciplina de «educação cívica para a democracia» nos sétimo, oitavo e nono anos, a partir de 1995 ■ A Direcção do PSD critica os responsáveis sadios deste partido pelo seu inconformismo com o rompimento da coligação PS/PSD ■ Bancos reabrem as suas portas depois de terem suspenso o quinto dia de greve, na sequência do acordo alcançado com a entidade patronal ■ Um comunicado da Comissão Política do PCP alerta para a degradação da economia portuguesa e critica o Governo pela forma ineficaz como tem preparado o país para o embate do Mercado Único de 1999 ■ A Comissão da CEE aprova contribuições do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no montante de 14,397 milhões de contos, destinadas ao financiamento de infra-estruturas para Portugal; a mesma comissão propõe ainda reforçar as medidas a favor da reconversão económica e social das zonas carboníferas da Comunidade, que a serem aplicadas poderão implicar o encerramento de algumas minas no nosso país ■ O general Czeslaw Kiszczak é designado primeiro-ministro pelo parlamento polaco ■ Morre o compositor e intérprete de música popular brasileira Luis Gonzaga.

3 Quinta-feira

O Conselho de Ministros aprova um decreto-lei que fixa a data das próximas eleições autárquicas para 17 de Dezembro ■ A coligação «Por Lisboa» procede ao seu registo no Tribunal Constitucional pela mão do



seu mandatário, Gomes Mota, e representantes dos quatro partidos que a integram ■ Um inquérito realizado pela Associação Nacional de Jovens Médicos revela que 37 por cento dos que concluíram a formação pós-graduada não se consideram aptos a exercer clínica geral com plena responsabilidade legal e profissional ■ A administração do jornal diário «O Seculo» despede dezenas de trabalhadores, incluindo cerca de metade dos jornalistas, na sequência da conversão daquela publicação que passará a chamar-se «O Seculo Ilustrado» e terá distribuição gratuita ■ Fundamentistas pró-iranianos suspendem execução do cidadão norte-americano, Joseph Cicipio, que no entanto continua detido como réu ■ O So-

vieta Supremo da URSS aprova na generalidade o projecto-lei da greve.

4 Sexta-feira

O CDS reafirma que será Basílio Horta quem encabeçará a lista da coligação de direita à presidência da Assembleia Municipal de Lisboa ■ Dirigentes sindicais dos bancários do Norte e Centro reúnem-se para apreçar o acordo de princípio que levou à suspensão da greve no seu quinto e último dia ■ A JCP defende o prosseguimento das investigações para se apurar até ao fim as responsabilidades pelas irregularidades cometidas com verbas do Fundo Social Europeu, com vista à defesa da legalidade democrática e dos interesses da juventude e do país ■ O Soviote Supremo da URSS conclui a sua primeira sessão da actual legislatura após 40 dias de debates intensos.

5 Sábado

O secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia, declara numa reunião com os deputados da Comissão de Poder Local e Ambiente, que a situação na costa alentejana afectada pelo derrame de crude poderá voltar à normalidade durante este mês ■ A Federação Nacional dos Professores recusa projecto de estatuto de carreira docente apresentado pelo Governo ■ Os presidentes dos cinco países da América Central reúnem-se nas Honduras para relançar o processo de paz na região, designadamente debater a desmobilização dos grupos «contras» na Nicarágua ■ A segunda volta das eleições na Hungria conferem ao Fórum Democrático Húngaro, o maior grupo da oposição, um deputado do distrito de Szeged ■ Trabalhadores polacos desencadeiam mais uma onda de greves, protestando contra o aumento de mais de 500 por cento dos preços dos alimentos ■ Jaime Paz Zamora é eleito pelo Congresso Presidente da Bolívia, depois de ter concordado em formar um governo de coligação com o outrora ditador Hugo Banzer ■ A maioria dos mil delegados ao congresso da Al Fatah, a maior frente de libertação que integra a OLP, apoiou o seu líder Yasser Arafat.



6 Domingo

O secretário-coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, admite a hipótese da convocação de uma greve geral caso o Governo não altere a sua política e não satisfaça as principais reivindicações dos trabalhadores

■ Uma nova portaria publicada no «Diário da República» submete a venda dos vinhos maduros comuns de consumo ao regime de preços máximos ■ O PSD volta a confirmar que vai concorrer sozinho a todas as autarquias do distrito de Setúbal ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard Chevardnadze chega à capital afegã para uma visita de trabalho, durante a qual se avistará com o presidente Najibullah ■ São divulgados os resultados oficiais das eleições parciais na Hungria que deram um total de três deputados à oposição.

7 Segunda-feira

Um inquérito divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística revela que o grau de confiança dos empresários portugueses na situação da economia voltou a decrescer no passado mês de Julho, atingindo um dos níveis mais baixos dos últimos três anos ■ Ribeiro Teles apresenta publicamente a sua candidatura alfacinha afirmando ser o seu objectivo prestar um serviço à cidade de Lisboa que considera à beira da ruptura ■ Jorge Sampaio reúne-se com a administração do porto de Lisboa, no âmbito da candidatura da coligação de esquerda à Câmara Municipal de Lisboa ■ Um comunicado do PCP preconiza a definição de uma política global de defesa da floresta nacional, como resposta ao elevado número de incêndios registados este ano ■ Um comunicado do PS convida Cavaco e Silva a remodelar o Governo e a iniciar o próximo ano político com uma nova perspectiva prática, com mais diálogo e menos auto-suficiência ■ Lech Walesa propõe a duas organizações de coligação governamental, o Partido Camponês e o Partido Democrata, uma aliança de governo que exclua o Partido Operário Unificado Polaco ■ Estados Unidos e União Soviética suspendem as suas negociações de Genebra sobre as armas nucleares estratégicas e espaciais sem qualquer passo significativo no sentido de um acordo ■ Eduard Chevardnadze afirma que a URSS está disposta a estabelecer contactos com todas as forças da oposição, mas continuará a prestar ajuda ao Afeganistão.

8 Terça-feira

O PSR anuncia que está disponível para integrar militantes seus, como independentes, nas listas da coligação «Por Lisboa» ■ Entra em vigor o novo texto da Constituição da República, resultante da revisão concluída este ano ■ O processo do Banco Totta e Açores conhece mais um episódio com o empresário Belmiro de Azevedo a enviar aos pequenos acionistas uma carta sugerindo-lhes que lhe passem procuração para a assembleia do banco, por forma a assegurar a supremacia na sessão e enfrentar o accionista José Roquete do Grupo Espírito Santo ■ Recomeça no Zaire as negociações para a paz em Angola ■ Os Estados Unidos colocam em órbita um vaivém espacial para desempenhar uma missão militar secreta.

Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODIX, Tel. 78 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sócio Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODIX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/88

Semana

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 815

10 de Agosto de 1989

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

STAL – Autarquias

Debate hoje em Lisboa sobre vida e futuro dos trabalhadores



(Foto do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores)

Um debate público sobre o sistema retributivo da Administração Pública é levado a cabo hoje em Lisboa pelo STAL — sindicato representativo dos trabalhadores das autarquias locais. Para o debate foram convidados os sindicatos representativos de todo o sector, a CGTP, UGT, os organismos oficiais e governamentais interessados, bem como personalidades que «têm desenvolvido trabalho neste domínio, nomeadamente, o prof. Sousa Franco e os elementos que integram a denominada Comissão com o mesmo nome, dr.ª Judite Fontes, dr. Palma Andrés, dr. Pedroso de Almeida, os partidos políticos, presidentes das câmaras municipais da área do distrito de Lisboa, Associação de Municípios Portugueses e Associação de Municípios Regionais.

Participam igualmente organizações internacionais: **Komba** — Sindicato da Administração Local da Alemanha, **Nipsa** — Sindicato da Administração Local da Irlanda, **Nalgo** — Sindicato da Administração Local da Grã-Bretanha, e a **União Europeia de Sindicatos da Administração Local**, de cuja comissão executiva o STAL faz parte.

O tema geral do debate, que decorre num hotel de Lisboa, é «A vida e o futuro dos trabalhadores da Administração Local».

Aos órgãos da comunicação social foram distribuídos vários textos que serão apresentados no debate.

Os trabalhadores das autarquias são actualmente cerca de 80 mil, a grande maioria mal pagos e com baixo índice de escolaridade.

O grupo do pessoal operário continua a ter um horário de 45 horas semanais.

No âmbito das lutas gerais da Função Pública tem sido forte e muito eficaz a participação dos trabalhadores representados pelo STAL.

Bancários

Provável ratificação do acordo

Sem notícia das resoluções finais do encontro de anteontem entre os conselhos gerais dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, Norte e Centro, previa-se, no entanto, à hora do fecho do «Avante!», que seria finalmente ratificado por todas as organizações sindicais o acordo alcançado com a Associação Portuguesa de Bancos, ao fim de quase uma semana de greve nacional.

Recorde-se que o SBSI representa 43 mil dos 62 mil

bancários de todo o País e que o resultado obtido com o êxito da greve se fixou nos 11 por cento de aumento na tabela salarial e na passagem para 620 escudos do subsídio de refeição, o que no total representa um aumento da massa salarial da ordem dos 12,6 por cento.

Recorde-se que a maioria dos delegados sindicais é favorável ao acordo, de início aceite apenas pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e o dos quadros da banca.

CP dá prazo ao CG

Depois da realização, com grandê afluência, dos plenários anunciados a semana passada, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses deu um prazo ao conselho de gerência da CP até 8 de Setembro para o reinício de «negociações construtivas», quer do AE (acordo de empresa), quer do regulamento de carreiras.

Se o impasse se mantiver depois de terminado esse prazo, a Federação será novamente mandatada «para desencadear as formas de luta que a situação no momento aconselhar».

Na origem do conflito, que se prolonga há meses, estão várias reivindicações por satisfazer, entre elas um aumento salarial intercalar de 3 por cento para 1988 e um aumento mensal de 5 mil escudos para todos os trabalhadores em 1989.

Os ferroviários reclamam ainda o direito constitucional de negociação, que lhes tem sido negado na prática pelo CG.

A redução da idade da reforma e do horário de trabalho, de 44 para 40 horas semanais, são também reivindicações ratificadas pelos plenários de trabalhadores da CP.

Os trabalhadores e as suas organizações manifestaram mais uma vez disponibilidade para uma autêntica e efectiva negociação, num clima de diálogo, que os gestores e o Governo têm vindo a recusar.

Anúncio de greve nos Correios

A comissão negociadora sindical (CNS) dos CTT anunciou no princípio desta semana que a «greve é inevitável» ainda este mês, pois a administração da empresa continua a apresentar, para a tabela salarial e para «as matérias de expressão pecuniária, valores completamente irrisórios», que impedem que se chegue a um «acordo rápido e justo».

A CNS formada pelas organizações sindicais representativas dos trabalhadores dos Correios (FCT, SNTCT e Sintel) não aceita os 8,52 que a administração propôs como aumento da tabela sa-

larial, nem os outros aumentos, que variam entre 5,2 por cento e 8 por cento, em cláusulas como subsídios variados, incluindo o de refeição, e as diuturnidades.

A CNS vai propor aos trabalhadores dos CTT — empresa cuja situação económico-financeira se apresenta favorável — «formas de luta a realizar no mês de Agosto». Segundo a CNS, elas demonstrarão de forma inequívoca «a vontade dos trabalhadores de alcançar um acordo que corresponda aos seus legítimos interesses».

A luta destinar-se-ia ainda a evitar o desmembramento dos CTT.

11
Objectivos de luta
imediatos

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Entrevista com
FRANCISCO
LOPES



Cabeça sem lista

O cabeça de lista do PSD à Câmara Municipal de Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa, que aqui designaremos por MRS sem outro intuito que o de poupar tempo e despachar serviço, está a transformar-se num daqueles casos típicos dos arautos da desgraça que arriscavam ficar sem pescoço pelas notícias não agradarem ao rei. O problema aqui é não se saber quem é o rei a quem é preciso agradar nem qual a notícia que melhor acolhimento terá.

Quando se apresentou como candidato, MRS teve de engolir as viperinas crónicas das más línguas que o apresentavam como intriguista encartado, o contragosto com que Cavaco Silva teria aceitado o seu nome, as ciúmeiras centristas e a penúria absoluta com que, dizia, encetava esta caminhada para a edilidade lisboeta.

Quicá para o animar semanários da nossa praça, num estilo de jornalismo muito, mui...to independente, proclamaram-no vencedor em sondagens algo esdrúxulas, assim como a insinuar a desnecessidade do acto eleitoral, para quê afinal?, com um vencedor nato assimtão disponível.

Muito provavelmente também para o animar, a franciscana falta de recursos de que se reclamava desapareceu como por artes mágicas, como se tornou público e notório com a súbita invasão da cidade com placares (caríssimos) a que MRS (paupérrimo) é sem dúvida alheio, representando-o a ele, MRS, com o Castelo de S. Jorge em pano de fundo, numa evidente alusão à conquista da cidade.

Que MRS tenha nos referidos cartazes um sorriso algo aparentado com uma dor de dentes não se pode levar a mal. É que MRS pode ter uma dentadura perfeita, mas alguma coisa lhe há-de doer, que as ralações são muitas e o homem ao que se sabe não é de ferro. Isto apesar de a RTP, sempre tão solítica e atenta, beba os ares por ele, salvo seja, abrindo e fechando os noticiários de maior audiência com as consultas, auscultações, encontros, trocas de impressões que o presumível candidato a presidente da Câmara de Lisboa vem realizando com as «forças vivas» da cidade, numa clara demonstração da sua reconhecida isenção político-partidária.

Veio isto tudo a propósito, relembremos, das graças e desgraças de MRS a quem, imagine-se, fizeram a malvez de convidar para cabeça de lista de uma lista que não há e a que avaliar pela amostra corre o risco de não haver.

É que para além de cabeças as listas precisam de pernas e braços, em sentido figurado está bom de ver, e há ainda esse pequeno pormenor das Assembleias Municipais, também elas com cabeças e apêndices, para já não falar das Freguesias.

Como se tudo isto não bastasse para ralar um candidato tão ganhador, acresce a necessidade a contragosto reconhecida mas nem por isso menos real de ter por parceiro o CDS, agora em maré de exigências, a clamar aos quatro ventos que ou o Horta fica ou nada feito.

Como não é de agricultura que se fala mas do Basílio, Cavaco, MRS, Freitas, Abecasis, e outros tantos que nem por não merecerem destaque nos jornais são menos importantes, andam por aí numa roda viva de almoços e jantares, reuniões, encontros, propostas e contrapropostas, com promessas e ameaças mútuas, à procura do entendimento que os leve à Câmara de Lisboa assim transformada no centro das atenções políticas da pré-pré-campanha eleitoral das autárquicas. No meio de tudo isto fica-se a saber que as preocupações com cargos e poleiros sobejam lá para aquelas bandas da defunta «AD», o que não se percebe é onde é que entram neste jogo os problemas e necessidades de Lisboa e da sua população propriamente ditos.

Se calhar porque lá não estão. Esquecimentos... Com tantos problemas a resolver não é de admirar que o sorriso de MRS esteja aí a amarelecer nos cartazes. Uma lista sem cabeça já não é famoso, quanto mais uma cabeça sem lista! É de perder a cabeça.

■ AF

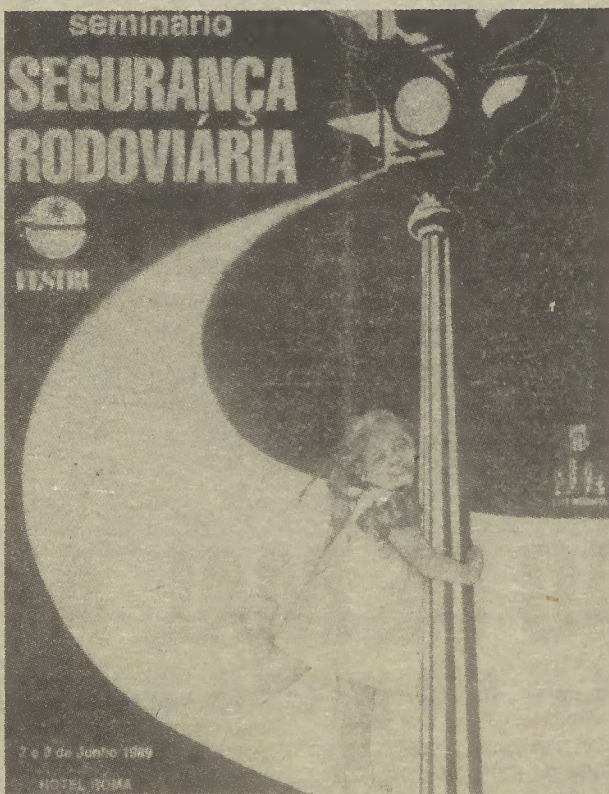
Trabalhadores

Sumário sindical

Rodoviária — Depois de suspender a greve em 28 de Julho findo o aparelho sindical representativo na empresa deu, em plenário das ORTs «um prazo de 30 dias ao Governo (a RN continua nacionalizada) para que, através do diálogo», que as organizações representativas dos trabalhadores sempre privilegiaram, sejam encontradas as soluções de resposta mínima às «legítimas reivindicações dos trabalhadores». A não haver evolução, os trabalhadores vão prosseguir com «as formas de luta que julgarem mais convenientes». Na origem do conflito estão principalmente questões salariais, pois, enquanto que entre Julho do ano passado e Junho do corrente a inflação média foi de 11,8 por cento, os trabalhadores da RN, através de actos de gestão, apenas foram aumentados em 5,5 por cento. Agora o conselho de gerência pretende impor «um aumento médio da ordem dos 8 por cento, quando a inflação se situar entre 13 e 15 por cento», afirmam as ORTs da RN.

Vila Real — «O Governo e o patronato continuam de mãos dadas na destruição dos direitos dos trabalhadores e do aparelho produtivo regional», afirma a União dos Sindicatos de Vila Real, organização intermédia da CGTP. Depois de alertar contra a recente lei dos despedimentos, a USVR refere os casos de empresas como a Mármore de S. José (carta a todos os trabalhadores anunciando-lhes despedimentos), Intramel (notas de culpa, depois de recusa em renegociar caderno reivindicativo), Polo (suspensos há mais de um mês dois dos quatro delegados sindicais), Tabopan (incerto o futuro da empresa e dos cerca de 130 trabalhadores). A USVR considera muito grave a situação social no distrito.

Professores — Serão retomadas a partir de Setembro as negociações entre o Sindicato dos Professores na Europa (SPE/Fenprof) e a directora-geral de Extensão Educativa sobre questões específicas, ficando acordado, entretanto, entre aquelas entidades, no que respeita ao estatuto da carreira docente, que prevalecerá o que estiver em vigor no nosso país «sobre o estatuto dos professores no estrangeiro». Há reuniões marcadas para 6 e 18 de Setembro.



«Circular» — Este boletim sindical, órgão da Festrui, mensário saído em Julho, dedica parte do seu noticiário, com destaque na primeira página, ao Seminário sobre Segurança Rodoviária, recentemente efectuado pela Festrui.



Electricistas — Acaba de ser distribuído o jornal do SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) que, entre variada e interessante informação, dedica um suplemento aos 50 anos do Sindicato.

Espanha — Num encontro recente, onde foi aprovado um extenso documento, reuniram-se em Mérida, na Espanha, delegações da Federação dos Sindicatos Ferroviários Portugueses (FSTFP/CGTP-IN), da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU/CGTP), pela parte de Portugal, e da Fetcomar/Comisiones Obreras, por parte da Espanha. O documento conjunto refere quanto ao encontro e aos seus resultados, o seu «significado de uma frutuosa aproximação e visão dos problemas comuns que, tanto a nível nacional como a nível comunitário, afectam os trabalhadores dos transportes terrestres» dos dois países ibéricos.

África do Sul — A comissão executiva do conselho nacional (direcção) da FESHOT (Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal) saudou recentemente, pela passagem do seu 80.º aniversário, o dirigente sindical sul-africano Oscar Mpetha, expressando a sua solidariedade a um homem que «se encontra preso pelo apartheid sul-africano desde 1985». Participando na campanha pela libertação de Mpetha, a Feshot enviou telegramas nesse sentido ao presidente da África do Sul, ao Presidente da República Mário Soares, e ao Governo português.

Quadros — Um boletim informativo do Sintel (Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações), datado de Agosto em curso, é em grande parte dedicado à Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos (CPQ). O Sintel acaba de propor aos seus filiados a adesão à referida Confederação. No boletim anterior (Julho) fornece-se ampla informação sobre uma visita que o Sintel efectuou recentemente à Suécia.



**Atentos
Empenhados
Actuantes**

Despedimentos Na campanha que tem prosseguido contra a lei dos despedimentos, intervém a Comissão Coordenadora das CTs da Indústria Naval (CCCTIN), que distribui um desdobrável com informação indispensável sobre o assunto.

Privatização da Centralcer Decisão injustificada

Numa nota à imprensa de 25 de Julho, a Comissão Executiva da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, organização intermédia da CGTP, com sede em Lisboa, afirma que é «completamente injustificada» a privatização da empresa pública Centralcer.

A direcção federativa, que manifesta «a sua total oposição às pretensões do Governo», acusa os responsáveis

de «delapidarem a sua riqueza pública».

É o seguinte o teor integral da nota:

«A recente decisão do Governo Cavaco Silva de privatizar no próximo ano a empresa cervejeira Centralcer visa essencialmente satisfazer o «apetite» dos capitalistas nacionais e estrangeiros por uma empresa que vem evidenciando uma melhoria real da sua situação económica.

«Tal decisão (reprivatização) é completamente injustificada, uma vez que a Centralcer, EP, é imprescindível à economia do País e tem capacidade para concorrer com outros mercados, nomeadamente com a CEE.

«É inaceitável a privatização da Centralcer, porque isso implicará a perda do controlo de uma empresa pública lucrativa, como é o caso, e põe em causa a eco-

nomia nacional e até a própria independência do País.

«A Comissão Executiva da Federação reafirma a sua total oposição às pretensões do Governo, porque entende que a entrega da Centralcer, EP, aos capitalistas é delapidar a riqueza pública, e defende que as empresas do sector empresarial do Estado e a manutenção e o respeito pelos direitos dos trabalhadores devem ser assumidos pelo mesmo» (Estado).

Trabalhadores

Supermercados Aumenta o trabalho a prazo

As mulheres com menos de vinte e cinco anos são as principais vítimas do grave aumento do trabalho a prazo (precariedade do emprego) que cresceu nos supermercados (cinco dos maiores) em 52 por cento entre 1987 e 1988. A Federação sindical do sector (Fepces), baseando-se nos balanços sociais das cinco maiores cadeias de supermercados do País, conclui que dos 6798 trabalhadores empregados nesses estabelecimentos, 38 por cento são contratados a prazo.

O secretariado (direcção) da Fepces afirmava recentemente que:

«A expansão, "modernização", os chorudos lucros e o anúncio de muitos mais, obscurece a exploração desenfreada dos trabalhadores, a prática de salários de miséria, ritmos infernais de trabalho, precariedade do emprego, etc. Exemplo disso é o resultado dos balanços sociais das cinco principais cadeias de supermercados (Pingo Doce, Supa, Inô, Modelo e A.C. Santos-Continente, que teima em não o entregar), de onde se pode

concluir que a precariedade no trabalho se acentuou em cerca de 52 por cento relativamente a 1987, ou seja: enquanto que em 1987 existiam 1692 trabalhadores nessa situação, em 1988 esse número elevou-se para 2569.

«Assim se conclui que dos 6798 trabalhadores existentes nessas cinco cadeias de supermercados, 38 por cento são contratados a prazo. Esta percentagem revela um grave aumento do emprego precário, que passou em termos absolutos de 27 por cento em 1987 para 38 por cento em 1988».

	Total trabalhadores		Contratados a prazo	
	1987	1988	1987	1988
Pingo Doce	2213	2128	399	553
Modelo	1203	1320	302	408
Inô	913	1204	483	585
Supa	1158	1847	375	883
A.C. Santos	378	299	193	140
Total	5865	6798	1692	2569

Depois de divulgar este quadro e de referir que o volume do emprego aumentou em termos médios nesses mesmos estabelecimentos em 16 por cento entre 1987 e 1988, mas não se verificou qualquer evolução (e muito menos correspondente) na passagem de trabalhadores a prazo para efectivos, a Fepces regista que a cadeia com o índice mais elevado de contratados a prazo é a Inô (48,5 por cento), seguindo-se a Supa (48 por cento), o AC Santos com 47 por cento, o Modelo com 31 e Pingo

Doce com 26 por cento.

Entretanto, os efectivos diminuíam no Pingo Doce e no AC Santos, que passaram a empregar menos 85 e 79 trabalhadores, respectivamente.

Destaca a Fepces que as mulheres são as principais vítimas da precariedade. Representam por si só 62 por cento (1600) do total de contratados a prazo. Por outro lado, só 21,6 por cento das mulheres são, relativamente aos homens, quadros médios e superiores, nesse negócio dos supermercados que parece florescente.

Contestado despedimento na Cel-Cat

Injustificável, segundo o Sindicato (Siesi), um despedimento colectivo de 10 trabalhadores está em curso na Cel-Cat, a pretexto do encerramento da fábrica da Venda Nova. O Siesi — Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas — e a Comissão de Trabalhadores recusam-se a aceitar essa medida de destruição de 10 postos de trabalho, alegando que os trabalhadores a despedir po-

dem ser integrados na fábrica que a mesma empresa possui na Morelena, em Sintra.

O despedimento colectivo foi anunciado pela administração da Cel-Cat em 28 de Julho findo. Esta data merece reparos da CT e do Sindicato. Na verdade, trata-se precisamente da altura em que a maioria dos trabalhadores vai de férias. Dos 11 elementos da CT, por exemplo, só um se encontrará na empresa

durante o período de férias agora iniciado.

Entretanto, já em 17 de Julho findo, os trabalhadores em plenário tinham protestado contra a liquidação de postos de trabalho na Cel-Cat. Ao mesmo tempo, protestavam contra «a alienação de actividades e património da empresa». A tónica dominante das organizações representativas (ORTs) refere-se às «potencialidades de trabalho existentes» na empresa.

O Sindicato Siesi e as restantes organizações (ORTs) desenvolvem todas as diligências ao seu alcance para evitar o despedimento colecti-

vo na Cel-Cat.

Num comentário sobre o assunto, a direcção do Siesi afirma que, se a nova lei dos despedimentos não estivesse em vigor, «a administração da Cel-Cat não teria êxito nas suas pretensões, pois seria muito difícil comprovar que não tem possibilidades de integrar esses trabalhadores no quadro de pessoal da fábrica da Morelena. Daí que o Sindicato considere que o combate à nova lei dos despedimentos e o apoio a medidas que visem o seu reenquadramento ou anulação devem merecer todo o apoio das organizações de trabalhadores».

Ensino particular

Discrepância salarial chega a atingir 30 por cento

A diferença de salários entre o ensino oficial e o particular chega a atingir, em alguns casos, valores acima dos 30 por cento em desfavor dos professores particulares. O mesmo sucede com o ensino cooperativo.

O Secretariado Nacional da Fenprof, ao emitir uma nota sobre o assunto, refere que as negociações do contrato colectivo de trabalho (CCT) do ensino particular e cooperativo começaram no passado dia 1, entre a Fenprof e outras associações sindicais representativas de trabalhadores do sector e a associação patronal (AEEP).

A AEEP ainda não apresentou propostas concretas

As discrepâncias entre salários têm que ser corrigidas, afirma a Fenprof. Mas, por outro lado, acrescenta que as negociações do CCT para o ensino particular e cooperativo se encontram num «verdadeiro impasse».

Ao facto de a associação patronal ainda não ter apresentado propostas concretas junta-se a circunstância de o Governo não ter resolvido o problema do regime de Segurança Social dos docentes.

Está principalmente em causa «a definição da contri-

Ensino superior Reunião no Ministério marcada para hoje

O secretário de Estado do Ensino Superior convocou a Fenprof (Federação Nacional dos Professores) para um encontro às 15 horas de hoje. Mas numa nota emitida segunda-feira a direcção federativa sublinhava que não negociará «enquanto os docentes» daquele grau de ensino «não forem ouvidos, o que só poderá suceder a partir de Setembro».

Recorde-se que em questão continuam as greves às provas específicas e outras formas de luta previstas por aqueles professores, que têm rejeitado as propostas da Secretaria de Estado da Modernização Administrativa, cuja titular deve estar presente na reunião de hoje.

A Fenprof manifesta, no entanto, como é habitual, a abertura ao diálogo e à negociação.

A convocatória da Secretaria de Estado refere como objectivo da reunião a análise do anteproyecto de estatuto da carreira docente universitária, assinala ainda a Fenprof.

Contratação Convenções paradas no Emprego

A CGTP exigiu recentemente do Ministério do Emprego e Segurança Social que dê o andamento normal aos processos de revisão do contrato colectivo de trabalho (CCT) de indústria, gráfica e que publique uma portaria de extensão do CCT da agricultura do concelho de Vila Real. Esta última convenção deverá abranger todo o Norte e Centro do País sem excepção, e não de forma parcelar, apenas alguns distritos, como tem sucedido.

O Ministério do Emprego e Segurança Social prejudica desse modo muitos trabalhadores que, por uma razão ou por outra, não estão abrangidos pela contratação colectiva.

Afirma a CGTP que, no caso da indústria gráfica e de transformação de papel, o processo de revisão do CCT foi acompanhado pelo Ministério «em fase de conciliação», pois «o patronato pretendia alterar para pior os direitos e regalias constitucionalmente consagrados».

Garante a CGTP que a associação patronal dos gráficos se recusou a comparecer às reuniões de conciliação, o que levou o Ministério a declarar encerrado o processo, «sem ter, como lhe compete, promovido a resolução do conflito».

Mais grave ainda, considera a CGTP, foi a circunstância de o mesmo Ministério ter publicado uma portaria de extensão, procurando que a «sua» conciliação abrangesse «todos os trabalhadores do sector, independentemente da respectiva filiação sindical». Desse modo, o Ministério «pretende sancionar a recusa ilegítima de negociação» avançada pelo patronato.

No caso da agricultura de Vila Real, o Ministério de Silva Peneda, além da extensão parcelar «a este ou àquele distrito, por inexistência de associações patronais com competência para celebrar convenções», só procede à referida extensão no que respeita às tabelas salariais.

Comércio e serviços Nunca menos de 13,5 a 14 por cento nas revisões salariais deste ano

Com o título «Alarmante perda do poder de compra dos trabalhadores do comércio, escritórios e serviços», a Federação sindical desses ramos de actividade — Fepces — distribuiu no princípio deste mês as principais conclusões de um estudo relativo ao 1.º trimestre deste ano. Incidindo nos instrumentos de contratação colectiva negociados nesse período, apontando para aumentos salariais de 13,5 a 14 por cento até ao fim do ano, são estas as conclusões divulgadas pela Fepces:

«1. O acréscimo salarial médio, obtido no que respeita a 91 processos de revisão contratual (comércio grossista e retalhista, serviços, escritórios e outras actividades), no decurso do trimestre, abrangeu 338 693 trabalhadores e cifrou-se em aumentos da ordem dos 9,7 por cento;

«2. No mês em que o estudo se concluiu (Março de 1989), os números oficiais apontavam para uma taxa média de inflação de 10,6 por cento, traduzindo uma quebra real, imediata, de 0,8 por cento nos salários.

«3. A Fepces retira as seguintes ilações do estudo efectuado no primeiro trimestre de 1989:

«a) Que é fácil e lógico prever que a perda do poder real de compra dos salários dos trabalhadores se irá acentuar ao longo de 1989;

«b) Que o aumento vertical da taxa de inflação e a acentuada quebra de poder de compra dos trabalhadores terão de ser imputados à política desenvolvida pelo actual Governo e à desmedida sede de lucro dos grupos financeiros que dominam o mercado português;

«c) Deste modo, a Fepces exprime a sua certeza de que os valores médios de revisão salarial a praticar no sector que representa, nas negociações que decorrerão nos restantes meses deste ano, não poderão ser inferiores a 13,5 ou 14 por cento acima das tabelas em vigor».

Apoio à luta nos STCP

Numa nota emitida segunda-feira, a CGTP-IN acusa o conselho de gerência e o Governo de prolongarem o conflito no Serviço de Transportes Colectivos do Porto (STCP).

É este o teor da nota:

«A CGTP-IN manifesta publicamente o seu apoio e solidariedade aos trabalhadores do STCP, que há mais de um mês se mantêm firmes na luta por aumentos salariais dignos.

«A CGTP-IN não pode deixar de denunciar o comportamento do conselho de gerência e do Governo que, com a sua intransigência e fuga ao diálogo, são responsáveis pelo arrastamento deste conflito, que está a ter como consequência a imobilização de 50 por cento da frota, prejudicando os trabalhadores, a empresa e os habitantes da cidade do Porto».

buição dos estabelecimentos para o financiamento» daquele regime de previdência.

Acentua a Fenprof ser «imperioso que o Ministério da Educação e o Ministério do Emprego e Segurança Social decidam» sobre como estabelecer o mesmo regime,

para que os estabelecimentos de ensino e os docentes «possam saber com o que contar nessa área».

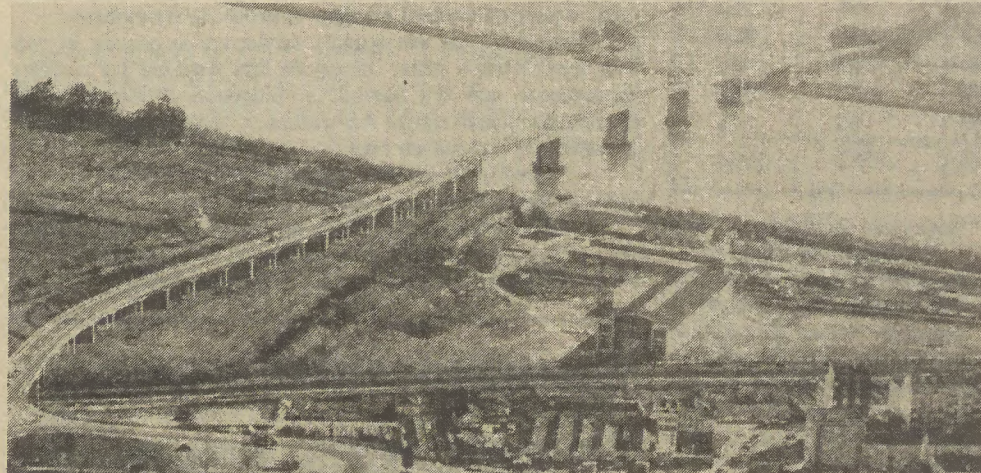
Para a Federação Fenprof, o regime de Segurança Social dos professores do ensino particular e cooperativo «terá que ser sensivelmente idêntico ao dos docentes do ensino oficial». De resto, a legislação aponta «para uma efectiva equiparação», tendo designadamente em vista facilitar «o trânsito do particular para o oficial e vice-versa».

A Fenprof, que acusa o Governo de nada ter feito para resolver o problema, recorda que, desde Setembro de 1988, que os responsáveis governamentais conhecem a necessidade de medidas — aliás foi publicado sobre o assunto o Decreto-Lei 321/88 — para a definição completa do mesmo regime.

Ao responsabilizar o Governo pelo que se passa, a Fenprof intervém para que o problema seja resolvido rapidamente.

Poder Local

166 mil contos em causa: Vila Franca processa Governo!



A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira decidiu acionar um processo judicial contra o Governo, exigindo juros e indemnizações sobre 166 mil contos ilegalmente retidos por ordem da Direcção de Finanças, quantia referente a receitas municipais cobradas pelas duas Repartições de Finanças do Concelho de Vila Franca.

A ordem dada telefonicamente às Repartições de Vila Franca e Alverca, surge como medida de retaliação pelo facto de a Câmara Municipal, assumindo uma decisão da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), não ter entregue as contribuições do IRS dos funcionários públicos daquela autarquia, no valor de 8 mil 722 contos.

Tal decisão camarária, que um comunicado à população revela ter sido seguida pela maioria das Câmaras Municipais do País, ficou a dever-se ao contencioso que opõe o Governo às Autarquias Locais, no que se refere ao pagamento das compensações do IRS dos funcionários públicos da Administração Local.

Contrariando o previsto no Orçamento Geral do Estado, que inscreveu uma rubrica de cerca de 61 milhões de contos para o pagamento dessas compensações, o Governo decidiu que pagaria somente os encargos com os funcionários da Administração Central, não havendo compensação

para os funcionários das Câmaras, Serviços Municipalizados e Juntas de Freguesia.

Como é afirmado no referido comunicado da edilidade vilafranquense, «discordando deste procedimento, apresentámos o assunto à ANMP e, por esta via, nas sucessivas reuniões com o Governo — com o Primeiro-Ministro em 17/3/89; com o ministro do Planeamento e da Administração do Território em 7/4/89; com o ministro das Finanças em 16/5/89 —, propusemos que fosse adoptado procedimento análogo ao do ano anterior, relativo ao imposto profissional», quando o Governo efectuava as compensações necessárias, não obrigando os Municípios a desviar quaisquer verbas do seu orçamento para esse fim.

Aguardando pela resposta definitiva do Governo sobre esta matéria, a Associação Nacional dos Municípios decidiu recomendar às Câmaras Municipais a suspensão da entrega das contribuições do IRS, medida seguida pela maior parte das autarquias portuguesas.

«Perante esta situação, o Governo em vez de procurar resolver rapidamente o problema e tomar a decisão de compensar todos os funcionários públicos, entra em verdadeiro processo revanchista, começando a ouvir-se ameaças de que se os Municípios não entregassem as verbas do IRS, o

Governo utilizaria os meios ao seu alcance para demonstrar aos Municípios o poder de que dispunha».

Em Junho a Direcção de Finanças comunica telefonicamente às Repartições de Finanças de alguns Municípios, entre os quais Vila Franca de Xira, a ordem de suspender a entrega das receitas municipais cobradas, de valores substancialmente mais elevados do que o IRS em dívida, no caso vilafranquense, cerca de 20 vezes mais elevados.

Decidiu a Câmara de Vila Franca de Xira dar conhecimento público da actuação ilegal do Governo, encarregar o serviço de Contencioso de organizar o processo para apresentação de uma queixa ao Provedor de Justiça, quer em relação à ilegalidade da retenção de receitas municipais, quer em relação à obrigatoriedade do Governo de compensar o IRS dos funcionários públicos da Administração Local, já que essa rubrica estava inscrita no OGE para este ano.

Finalmente, a Câmara decidiu também exigir o pagamento de juros legais sobre as verbas retidas e a indemnização por perdas e danos decorrentes de atrasos na execução dos investimentos previstos pela autarquia, bem como, pelos atrasos no andamento do Plano de Actividades que atrasou já alguns pagamentos a empreiteiros e fornecedores.

PCP responde a Mata Cáceres Setúbal merece melhor!

Os eleitos do PCP na Câmara Municipal de Setúbal divulgaram na sexta-feira uma nota de imprensa respondendo a afirmações do actual presidente do município sobre a gestão autárquica da coligação PS/PSD no concelho e o papel dos comunistas. Considerando que, ao repetir «até à exaustão um discurso em que acusa os comunistas de todos os males», Mata Cáceres assume um comportamento «insultuoso» e «um mau exemplo», os autarcas do PCP reafirmam a necessidade de votar na lista encabeçada por Odete Santos, uma vez que Setúbal merece melhor.

Na imprensa surgiram afirmações do ainda presidente da CMS sobre uma pretensa dívida de 900 mil contos (ou 200 mil noutra versão) que teria herdado da gestão comunista. «Uma trapalhada pega, que não ilustra o seu autor nem dignifica a vida democrática nas autarquias» — consideram os eleitos do PCP.

Defendendo que a situação financeira da Câmara de Setúbal seja tratada «com a seriedade que se impõe», os eleitos comunistas reportam-se aos relatórios da CMS: «em 1985 a Câmara Municipal não tinha problemas graves quanto a dívidas, o plano de actividades foi praticamente todo realizado e as despesas com pessoal estavam controladas».

Mas agora em Setúbal, lamentam, «apesar do orçamento de 1989 ser superior a 3 milhões de contos, uma grande parte do plano de actividades ficou por cumprir».

Mata Cáceres «tenta esconder a incapacidade da sua gestão transformando os comunistas em bodes expiatórios». Mas, «em vez de falar do que fez e do que não fez mas prometeu fazer, o senhor presidente da Câmara prefere o tom eleitoralista repetindo em 1989 aquilo que já prometia em 1985» — constata os autarcas do PCP.

Mas o que há que explicar à população — sublinham na nota de imprensa — é por que é que não foram cumpridas as promessas eleitorais e onde foi gasto tanto dinheiro em quatro anos.

Quanto às manobras de diversão, «não adianta insistir na tecla de que os comunistas são os maus da fita, porque

vada), os fundos comunitários (vêm a conta-gotas), o plano director municipal (não está aprovado), o plano de ordenamento do Portinho da Arrábida (está congelado), a preferência de grandes empresas por outros concelhos para se instalarem.

A este panorama contrapõem os eleitos do PCP na CM de Setúbal alguns exemplos

balense «um dos factores que mais contribuiu para o fracasso da gestão PS/PSD foi a manifesta incapacidade de diálogo revelada durante este mandato».

Mas esta não se vê apenas no relacionamento com o poder central e com os agentes económicos, afirmam na nota de imprensa.

«Normalmente não são recebidos pelo presidente.» Muito recentemente, foi necessária a intervenção persistente dos eleitos comunistas para que Mata Cáceres aceitasse receber um casal cujo estabelecimento foi destruído pela explosão junto ao Mercado.

Diálogo com os trabalhadores do município? «Tam-



basta consultar as actas das reuniões das sessões públicas para se verificar que os eleitos comunistas nunca fizeram obstrução à discussão e aprovação de medidas que pudessem traduzir-se em bem-estar para as populações», sendo de sua iniciativa «propostas do maior interesse».

No recente discurso de boas-vindas ao Presidente da República, Mata Cáceres queixou-se da burocracia que cerca Setúbal. Isto prova que «o tu cá, tu lá com o Governo, que foi apresentado como um grande trunfo da coligação, não tem funcionado».

A gestão PS/PSD tem deixado muito por fazer em Setúbal, constata os eleitos comunistas, referindo a Operação Integrada de Desenvolvimento (ainda não está apro-

do trabalho que tem sido feito pelos comunistas nos concelhos vizinhos: «Palmela é um concelho em franca expansão, onde capitais nacionais e estrangeiros investem com confiança sem peias burocráticas desnecessárias. São 50 novas pequenas e médias empresas que se instalaram. É a nova fábrica da Ford que vai arrancar brevemente. Em Sesimbra pequenos e grandes investidores continuam a apostar com entusiasmo no desenvolvimento turístico. Em Grândola o turismo é também uma aposta muito forte e bem sucedida, em que capitais árabes e outros investem em zonas de turismo de alta qualidade.»

Para os eleitos comunistas no executivo municipal setu-

«Com a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal o tipo de relação estabelecida é de guerra aberta, quando hoje, no País e no estrangeiro, é já reconhecido o trabalho magnífico e até pioneiro que aquela Associação está fazendo em matéria de desenvolvimento regional integrado.» Os eleitos comunistas recordam, a propósito, que Mata Cáceres se recusou a acompanhar os outros autarcas que foram apresentar a Bruxelas o Plano Integrado de Desenvolvimento do distrito (PIDDS), e consideram esta atitude como «mais um acto irresponsável do presidente da Câmara, que causou natural consternação em vários meios, nomeadamente empresariais».

Diálogo com os municí-

bém não são recebidos. As estruturas representativas acumulam ofícios solicitando audiências ao presidente.»

«Com Odete Santos na presidência da Câmara tudo será diferente» — realçam os eleitos comunistas.

«Setúbal é um concelho cheio de potencialidades. O desenvolvimento e o bem-estar são possíveis. Queremos uma cidade mais limpa onde dê gosto viver. Queremos um concelho em que o desenvolvimento económico não se dissocie do bem-estar das populações. Queremos — concluem os autarcas do PCP — que a terra onde nascem e crescem os nossos filhos seja uma terra sem ódios, um lugar para todos.»

«Por Lisboa» registada no TC



O mandatário da coligação «Por Lisboa» e representantes dos partidos que a integram procederam na passada quinta-feira ao registo formal da força que surge melhor lançada para, com um projecto, uma equipa e um programa, vencer as eleições para a Câmara Municipal alfacinha.

Gomes Mota, Octávio Pato, Lopes Cardoso, Maria Alfredo Cruz e André Martins entregaram no Tribunal Constitucional os documentos necessários ao registo oficial da coligação estabelecida na capital entre o PS, o PCP, o MDP/CDE e o Partido Ecologista «Os Verdes». Dessa documentação consta o símbolo da coligação «Por Lisboa», que aqui reproduzimos.

Em Sintra agrava-se a situação laboral

Analisando a situação em Sintra, nomeadamente nas empresas ATIL, CEL-CAT e Curtumes da Bela Vista, a comissão concelhia do PCP constata o agravamento da situação social e laboral em virtude da entrada em vigor da lei dos despedimentos.

Na empresa de plásticos ATIL, da Abruñheira, houve já um despedimento colectivo atingindo os cerca de 30 trabalhadores que ainda se mantinham na empresa. Havia salários em atraso; mas apareceu dinheiro para regularizar a situação logo que a lei veio facilitar o despedimento. «Este facto suscita interrogações legítimas quanto a boa-fé da entidade patronal» — comenta a concelhia do PCP.

A CEL-CAT, que tem agora as suas instalações sediadas na Morelena, iniciou também um processo de despedimento de dez trabalhadores da Venda Nova, devido ao encerramento e alienação desta fábrica. O PCP entende que a empresa poderia integrá-los na Morelena, mas «optou pela situação mais fácil, apesar dos custos sociais inerentes».

Nos curtumes da Bela Vista (Cacém), já há 4 meses de salários em atraso. «Dado que este sector não está em crise, as dificuldades da empresa só podem ser explicadas por manifesta má gestão» — afirma a concelhia de

Sintra do PCP, considerando ainda «incompreensível que os mecanismos de inspecção e intervenção do Estado deixem uma empresa viável chegar a uma tal situação com efeitos dramáticos sobre os trabalhadores e impacte negativo sobre a comunidade».

Fogo em Sintra

A comissão concelhia do PCP, destacando «o comportamento inultrapassável das corporações de bombeiros», defende que o recente incêndio que destruiu cerca de um terço da área florestal da serra de Sintra «poderia ter ficado circunscrito a uma área muito menor, caso se verificasse uma maior prevenção para ocorrências do género».

Água em Maceira

A luta dos moradores de Maceira pela regularização do abastecimento de água à povoação merece do organismo de direcção do PCP no concelho de Sintra «todo o apoio». A Câmara Municipal — entende a concelhia comunista — deve «não só cumprir os compromissos assumidos no dia 2 de Agosto quanto a uma solução de emergência para o problema, como diligenciar para que rapidamente seja encontrada uma solução definitiva».

Plano Director Municipal de Loures

Os Estudos Prévios do Plano Director Municipal de Loures (PDM) foram já aprovados pela comissão nomeada para o efeito pela Administração Central, estudos esses que tinham por objectivo definir detalhadamente o concelho, nas suas características biofísicas, urbanísticas, de recursos hídricos, da rede urbana, situação económica e social, enquadramento regional, características do solo e subsolo e, por fim, dos aspectos demográficos.

Falta agora elaborar o Programa-Base do PDM, que irá definir os objectivos e as acções a desenvolver pela Câmara Municipal de Loures nos próximos dez anos; programa-base que é constituído por dez relatórios, dos quais cinco já a Câmara apresentou e discutiu com a comissão de acompanhamento, formada por representantes da Comissão Coordenadora da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Junta Autónoma das Estradas.

Segundo um comunicado da Câmara Municipal de Loures, o PDM deverá estar concluído nos primeiros meses de 1990, altura em que se concluirá a terceira fase da sua elaboração, denominada Projecto do Plano, que definirá os grandes objectivos da gestão autárquica dos dez anos seguintes.

Espinho já tem candidatos CDU

Depois da recusa do PS em formar com o PCP uma Coligação Concelhia em Espinho, para potenciar uma alternativa eficaz ao PSD e CDS, a CDU decidiu assumir-se como verdadeira alternativa à direita perante os espinhenses, de forma a modificar a gestão autárquica e a vida do concelho de Espinho, fazendo a apresentação oficial dos seus candidatos à Câmara e Assembleia Municipal.

O cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Espinho é Alfredo Casal Ribeiro, engenheiro técnico, profundo conhecedor do concelho e autarca de reconhecidos méritos, que já foi vereador desta autarquia de 1979 a 1985. Alfredo Casal Ribeiro é director do jornal local «Maré Viva».

Para a Assembleia Municipal, a CDU apresenta como cabeça de lista Jorge Manuel Pinto de Oliveira Carvalho, advogado espinhense que foi membro da Assembleia Municipal de 1976 a 1985.

De referir também que para a Assembleia de Freguesia de Anta, a CDU apresenta como cabeça de lista o independente Fernando do Carmo Fernandes, «Fernando Padeiro», autarca daquela freguesia de Espinho desde 1974 e presidente da Junta de Anta de 1982 a 1985.

Deputado regional do PCP visita ilhas açorianas

O deputado da Assembleia Regional dos Açores, Paulo Valadão, do PCP, efectuou esta semana visitas às ilhas do Pico e da Graciosa, em contacto com as mais variadas entidades públicas e privadas e com vários organismos sociais.

A finalidade desta visita da representação parlamentar do PCP no Parlamento açoriano foi a de possibilitar um contacto do deputado com alguns dos problemas reais sentidos mais de perto pelas populações daquelas ilhas, por forma a apresentar na Assembleia Regional propostas no sentido de resolver os vários e graves problemas económicos e sociais daquelas ilhas.

São Martinho de Árvore sem água nem saneamento

A Coordenadora Concelhia de Coimbra da CDU e da Câmara Alternativa CDU efectuou na semana passada uma visita a São Martinho de Árvore, localidade que sofre graves problemas de insalubridade dada a inexistência de redes de água e saneamento municipais, cujas obras começaram e foram posteriormente interrompidas, ficando o problema do abastecimento de água e recolha de resíduos domésticos por resolver.

Esgotos a céu aberto e água só nos fontanários (e somente a pingar), levaram o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Coimbra, Santos Cardoso, a afirmar que naquela localidade «vivem-se problemas contraditórios à ideia de progresso e desenvolvimento que se pretende dar ao concelho de Coimbra», salientando a necessidade da autarquia municipal trabalhar em estreita cooperação com as juntas de freguesia.

São Martinho de Árvore tem também problemas com a recolha do lixo, já que os contentores são poucos e a recolha vem poucas vezes, enquanto a escola primária necessita de obras de fundo urgentes.

Estas algumas das dificuldades que a delegação da CDU constatou no local, numa visita que se integra num conjunto de deslocações a diversas freguesias do concelho de Coimbra, procurando auscultar os problemas dos moradores, para constituir uma equipa que corresponda aos anseios destes.

«As soluções não têm aparecido apesar das promessas feitas», este o sentimento dominante auscultado pela delegação da CDU junto dos moradores de São Martinho de Árvore, durante a primeira de todo um conjunto de visitas às freguesias do concelho.

Martim Moniz

Despejos de lojistas motivam protestos

Os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Lisboa e o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa (CESL) protestaram a semana passada pelo despejo desencadeado na quinta-feira pela Câmara Municipal aos comerciantes do Martim Moniz, traduzindo-se «em mais uma situação de desrespeito da gestão municipal para com os compromissos assumidos», como refere o comunicado dos vereadores comunistas.

«De facto, não só a presidência da CML não respeitou prazos, como as garantias prometidas de encontrar uma solução alternativa, dando andamento ao processo de despejo, contra a decisão do

Tribunal, que se pronunciou no sentido da suspensão da ordem de despejo».

Os vereadores do PCP na CML consideram que este «lamentável acontecimento reforça a actualidade de se garantir a indispensável e próxima substituição da actual gestão municipal protagonizada pelo CDS-PSD».

As acções de despejo abrangeram 24 lojistas, parte dos quais não tem qualquer garantia de realojamento em outro local, ao contrário do que antes havia prometido verbalmente o actual presidente da Câmara, Nuno Abecasis.

O despejo dos três pavilhões, pertencentes à União dos Comerciantes de Lisboa,

enquadra-se num novo projecto de recuperação e reconstrução do Martim Moniz.

Já antes, estes comerciantes, na sua maior parte donos de pequenas sapatarias, tinham sido transferidos pela CML a título provisório da Rua da Palma para o Martim Moniz, onde acabaram por ficar durante 40 anos.

A este propósito o CESL afirma que este facto «corresponde à incapacidade e ao oportunismo então demonstrado pela administração da autarquia, enquanto o actual presidente da Câmara Nuno Abecasis, de tempos em tempos «acena com a expulsão dos pequenos empresários cujas lojas ocupam o antigo Largo da Mouraria,

hoje chamado de Martim Moniz».

Perante a concretização da ameaça, o CESL realça o facto de a área de revenda do calçado ter sido particularmente afectada, propondo-se aquele sindicato defender incondicionalmente os direitos dos cerca de 20 associados que neste caso representa.

«A actual administração do município, após actuar durante dez anos, não deixa dúvidas a quantos trabalham e habitam em Lisboa. Tem compromissos que necessita urgentemente de cumprir. O caso do Largo Martim Moniz será, necessariamente, o resultado de um desses projectos anonimamente firmados», conclui aquele sindicato.

Em tons de Verão



Está em distribuição o «Verão 89», uma edição do Departamento de Programas do PCP, onde as próximas eleições autárquicas e outros temas quentes da política nacional são tratados com o tom ligeiro e sorridente a que a época convide. É uma forma agradável e brinçalhona de abordar questões que, tantas vezes, são muito sérias e desagradáveis. Ah! Também tem passatempos.

Gás canalizado preocupa autarquias de Setúbal

As Autarquias Locais devem ter um papel decisivo sobre o processo de legislação que regulamentará a distribuição e fornecimento de gás canalizado. Tal posição é defendida pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS) que solicitou ao Presidente da República que ordene uma audição prévia do Poder Local sobre a matéria «por se tratar da defesa de legítimas aspirações das populações».

Segundo um telex enviado a Mário Soares pela AMDS, «as autarquias locais, até agora, não foram ouvidas em matéria de tamanha importância e que se enquadra nas

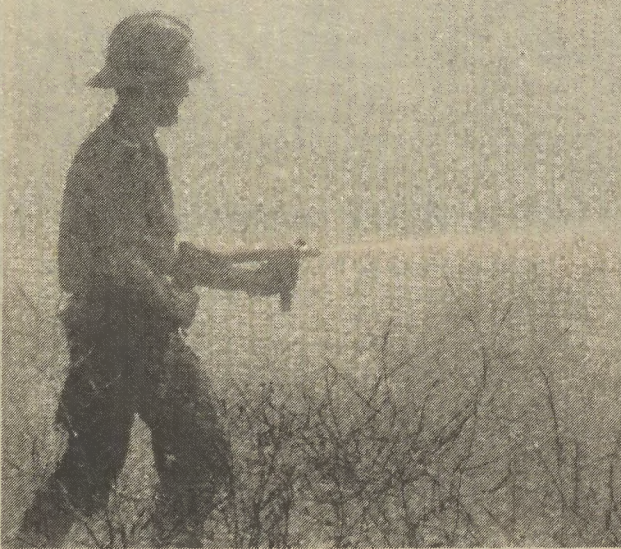
áreas de respectiva intervenção», conforme estipula o artigo 2.º da Lei das Atribuições das Autarquias, que afirma «ser das atribuições das Autarquias Locais o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas e, designadamente, ao desenvolvimento e abastecimento público».

A Associação de Municípios do Distrito de Setúbal afirma estar convicta de que o Presidente da República «não permitirá que, em matéria de tamanha envergadura para os interesses das populações, se decida à revelia dos órgãos do Poder Local».

Nacional

Incêndios**PCP aponta «linhas essenciais» para a defesa da floresta**

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou segunda-feira uma nota em que, comentando o problema dos incêndios florestais, adianta as «linhas essenciais de uma verdadeira política de defesa da floresta nacional».



1. O elevadíssimo número de incêndios florestais já registados este ano e a enorme extensão da área ardida voltam a colocar em dramática evidência a necessidade de há muito existente de uma política global de eficaz defesa e protecção do nosso património florestal.

2. Perdida entre medidas avulsas e conjunturais, sempre mais preocupada com a propaganda imediata do que com soluções de fundo, insistindo em ideias comprovadamente fracassadas, a direita no Governo tem sido persistentemente incapaz de defi-

nir, preparar e executar uma política que contrarie de forma duradoura os factores (e também os interesses) que conduzem à extraordinária gravidade dos incêndios florestais no nosso país e à consequente delapidação de riqueza nacional que estes representam.

3. Sem dúvida que é absolutamente indispensável assegurar um grande esforço financeiro para dotar o País dos meios necessários a uma eficaz detecção, alerta e ataque em tempo útil aos fogos florestais. Sem dúvida que se impõem medidas enérgicas e

de grande severidade que combatam e desanimem as expectativas de negócios ilegítimos (seja no comércio de madeira queimada, seja na transacção e urbanização de áreas ardidas) que frequentemente têm sido identificados como estando na origem de muitas acções criminosas de fogo posto nas florestas.

4. É entretanto imperioso que tais investimentos e medidas sejam acompanhados de medidas de fundo no que respeita à organização, composição e distribuição do espaço na floresta, procurando, de forma sistemática e gradual, minimizar os factores que condicionam e favorecem a ocorrência de grandes fogos florestais no nosso país (entre outros, clima com forte influência mediterrânica; cobertura vegetal de grandes extensões contínuas e, em geral, em condições orográficas que dificultam o seu combate; desertificação progressiva de grandes áreas do interior).

5. O PCP considera como linhas essenciais de uma verdadeira política de defesa da floresta nacional, designadamente:

— o fomento do estudo e definição de índices climáticos de risco e da sua utilização de forma a permitir uma melhor gestão dos meios humanos e materiais necessários à detecção e combate aos incêndios;

— a promulgação de normas reguladoras de planos de arborização, nomeadamente quanto à composição da floresta e constituição de barreiras naturais que contra-

riem a rápida propagação de incêndios;

— o estímulo ao associativismo florestal e o estabelecimento da obrigação das grandes explorações florestais se dotarem das infra-estruturas necessárias à exploração, determinantes no caso de ocorrerem incêndios;

— a promoção de acções de extensão florestal e de sensibilização das populações para o problema dos fogos florestais;

— o treino e a formação especializada do pessoal responsável pela prevenção e ataque aos fogos e o reforço considerável dos apoios às corporações de bombeiros.

7.8.89

O Gabinete de Imprensa do PCP

Leite mais caro em Portugal!

A recente decisão do Governo PSD/Cavaco Silva de abolir o subsídio ao consumo de leite pasteurizado tem as mais graves consequências para os consumidores e para a produção.

Com efeito, esta medida, que terá igualmente incidência nos derivados do leite, irá aumentar o preço de um produto essencial, o que é tanto mais grave quanto a captação nacional do consumo deste produto é das mais baixas da Europa, agravando-se assim as condições de vida dos portugueses e, simultaneamente, dos produtores devido à retracção da procura.

Este último aspecto é ainda particularmente negativo se tivermos em conta que, no momento presente, está a ser negociada com a CEE a quota leiteira a atribuir ao país. As repercussões que esta medida certamente terá em termos de redução da procura constituirão um pretexto mais para a Comunidade impor restrições à produção nacional.

Esta medida de liberalização do mercado, que se pretende justificar com a adesão à Comunidade Económica Europeia, ultrapassa como muitas outras as próprias exigências que decorrem do tratado de adesão e insere-se na política de demissão da defesa dos interesses nacionais que, no quadro da CEE, é praticada pelo Governo PSD/Cavaco Silva.

O PCP condena veementemente esta recente medida governamental e reafirma que, mesmo no quadro da adesão de Portugal à CEE, é possível uma outra política, que garanta a defesa dos interesses dos consumidores, da produção nacional e do país.

4.8.89

O Gabinete de Imprensa do PCP

Há que prosseguir as investigações!**JCP comenta irregularidades com verbas do FSE**

A Juventude Comunista Portuguesa considera que, «doa a quem doer», há que prosseguir as investigações para «apurar até ao fim as responsabilidades pelas irregularidades cometidas com verbas do Fundo Social Europeu».

Esta posição da JCP foi divulgada na passada sexta-feira, em conferência de imprensa, por António Filipe, Paula Coelho e Cristina Horta, depois de analisados os elementos mais recentemente vindos a público, nomeadamente os resultados do inquérito parlamentar «abruptamente» encerrado pelo PSD.

Nos anos de 1986, 1987 e 1988 o FSE disponibilizou para acções de formação profissional em Portugal cerca de 140 milhões de contos. Esta verba (extremamente subaproveitada, uma vez que, como refere a JCP, só 80 milhões foram utilizados) representa uma comparticipação de 55%, pelo que implicaria um orçamento de 250 milhões de contos para aqueles três anos.

Os jovens comunistas defenderam sempre «um integral e correcto aproveitamento» de tais fundos, com base — como foi lembrado durante a conferência de imprensa — na rápida elaboração de um plano nacional de formação profissional «que correspondesse a um sistema coerente de formação, em absoluto inexistente»; este plano deveria articular-se com o sistema educativo e com a aplicação dos restantes fundos estruturais e deveria considerar as prioridades nacionais de emprego e formação; deveria ainda haver «integral transparência» na atribuição dos financiamentos e uma «fiscalização rigorosa» da sua aplicação.

PSD responsável pelo escândalo

Mas o PSD e os seus governos mostraram-se muito

do Governo PSD», que assume assim «responsabilidades políticas e administrativas no desbaratamento inglório de milhões e milhões de contos, na criação de uma situação de impunidade face a gravíssimas irregularidades, na tentativa de negar e ocultar a situação real e, finalmente, na obstaculização cerrada a um sério apuramento de responsabilidades».

Por todas estas situações entende a JCP que «os Governos PSD não podem deixar de ser responsabilizados». E alertam: «ao contrário do que o actual Governo pretende fazer crer, a situação que se criou está longe de ser ultrapassada», em particular a nível do controlo e fiscalização das acções de formação profissional.

Este «verdadeiro escândalo nacional» — considera a JCP — «compromete possibilidades de desenvolvimento, propicia a corrupção e a fraude, prejudica os jovens carentes de uma adequada formação e a própria credibilidade do Estado português».

DORAM do PCP denuncia:**Dívida atinge quinze milhões de contos!**

A situação financeira da Região Autónoma da Madeira atingiu uma situação quase incontrolável, nomeadamente no que se refere a dívidas aos empreiteiros e fornecedores do Governo Regional que, segundo um comunicado da Comissão Executiva da DORAM do PCP, «deverá atingir cerca de quinze milhões de contos», com consequências negativas para os trabalhadores cujos salários e postos de trabalho correm sérios perigos».

O comunicado daquela estrutura regional do PCP, que analisou a situação regional e a preparação das próximas eleições autárquicas; salienta o facto de «os governos PSD, da República e da Região, terem cozinhado um ruinoso acordo financeiro» que não soluciona o problema da dívida nem garante apoios ao investimento necessário à Região.

Este acordo terá ainda de ser ratificado pela Assembleia da República, e a DO-

RAM anuncia que, através do Grupo Parlamentar do PCP, irá intervir «para que se encontrem reais soluções para a actual dívida, que nos presentes termos, mesmo com o pagamento pelo Estado de 50 por cento dos juros anuais, excede largamente as capacidades financeiras da região».

Esta situação, a par com o aumento dos atropelos às liberdades, a submissão em relação ao Governo Regional de grande parte dos órgãos de comunicação social, bem como o alastrar do desemprego, dos contratos a prazo, falta de habitação, subida de preços e baixa dos salários reais, impõe «que todos os democratas e as forças democráticas da oposição definam urgentemente formas de convergência e actuação comum», pois só assim será possível criar uma alternativa democrática ao Governo de João Jardim.

O Executivo da DORAM do PCP lamenta «a postura das Direcções Regionais do

PS e UDP que, embora continuando a chilrear unidade e convergência», nunca deram resposta às propostas do PCP para a análise conjunta de alternativas, nomeadamente à possibilidade de coligações que, «para já», permitissem «retirar algumas autarquias do domínio fascizante do PSD».

Apontando a unidade conseguida em Lisboa como uma demonstração das potencialidades e viabilidades de acordos entre os partidos democráticos, a DORAM do PCP afirma manter toda a disponibilidade para analisar soluções conjuntas e avançar em acções convergentes nas ilhas da Madeira e Porto Santo, tendo decidido no entanto intensificar a preparação das listas às eleições autárquicas, a que o PCP local concorrerá no quadro da CDU, apelando a todos os militantes e simpatizantes para que reforcem a sua participação nas tarefas eleitorais em causa.

Camaradas Falecidos**Manuel Elias Ferreira**

Faleceu o camarada Manuel Elias Ferreira. Democrata e antifascista desde há muitos anos, era membro do PCP desde Abril de 1974 e militava na organização concelhia de Albufeira.

Ana Moura Ramos

Natural de S. Nicolau (Porto), militando actualmente na organização da 6.ª zona (Alvalade) do Comité Local de Lisboa, faleceu a camarada Maria Ana da Silva Moura Ramos, de 68 anos.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, as respectivas organizações e o «Avante!» manifestam sentidas condolências.

Internacional

Sudão

Junta militar ameaça de morte dirigentes comunistas

Após o golpe de Estado militar ocorrido no Sudão no passado dia 30 de Junho, a sombra da ditadura volta a pairar sobre o país. Os partidos políticos, as associações, os sindicatos foram proibidos. A Constituição, as liberdades públicas, os jornais foram suspensos.

As prisões políticas voltaram a estar na ordem do dia visando, em particular, os comunistas. O secretário-geral do Partido Comunista do Sudão, Mohamed Ibrahim Nogoud, não escapou à vaga repressiva; encarcerados foram também El Tigani, chefe de redacção de «Al Midan»; Sadek Mahdi, dirigente do Partido Oumma e ex-primeiro-ministro; Sid Ahmed Al Hussein e Mohamed Osman El Mirghani, dirigente do PDU; e os universitários Farouk Kuduea, membro do PC sudanês, Shairi Mhamud e Khalid Alkid, bem como o deputado comunista Modestu Josepha, entre muitos outros.

A instauração de tribunais especiais faz temer pelo futuro de todos os presos, uma vez que a Junta Militar fez saber que todas as pessoas reconhecidas «culpadas» podem ser condenadas à morte.

A repressão parece ser de resto a única linguagem conhecida do general Omar Hassan el-Bechir e do seu Conselho de comando da revolução de salvação nacional (CCRSN) de 15 membros. Na sequência de greves de taxistas e comerciantes registadas na capital, o comandante da região de Cartum afirmou sem rodeios no único jornal ainda autorizado, «Al Quatt el Moussalah»: «o que quiser que a sua mulher fique viúva, os seus filhos órfãos,

que continue a fazer greve». Não podia ser mais explícito.

Importa ainda referir que a sombra do ex-ditador Numeiry afastado em 1985 e refugiado no Egipto, parece estar uma vez mais presente no Sudão, não apenas pela profunda semelhança de acções mas pela própria identificação dos golpistas com o antigo ditador; segundo alguns observadores, entre os membros do chamado CCRSN contam-se oficiais

afectos a Numeiry o qual, após o golpe, teria deixado o Cairo para um destino desconhecido.

Acresce, por outro lado, que o novo governo sudanês foi reconhecido e apoiado pelo Egipto, a Arábia Saudita, a Líbia, a Jordânia, o Yemen do Norte e o Koweit, enquanto os Estados Unidos se manifestaram esperançados na resolução da guerra civil que há muito afecta o país. Apparentemente, nenhum destes países parece preocupar-se com o manifesto carácter repressivo da Junta Militar nem com os atentados aos mais elementares direitos humanos.

E no entanto tais características da Junta estão longe de poder contribuir para os graves problemas do Sudão, a braços com uma profunda crise económica, com a fome e com a guerra no Sul do país, onde o exército popular de libertação do coronel John Garang (APLS) continua a combater o regime de Cartum.

Os tímidos progressos registados nas conversações entre o APLS e o governo civil de Sadek el Makdi, agora preso, que tinham levado à marcação de uma conferência para Setembro próximo, ameaçam perder-se uma vez

mais. É que enquanto para consumo externo os novos dirigentes falam de negociações, na prática, a nível interno, a Junta só se afirma disposta a negociar «com os que depuserem as armas», o que não pode ser tomado a sério pelo APLS, que domina efectivamente o sul do país.

Compreende-se, neste contexto, que as forças progressistas sudanesas, em particular os comunistas, agora uma vez mais na clandestinidade, apelem à unidade interna e à solidariedade internacional para a restauração da democracia no país.

Num recente comunicado do PCS, alerta-se a opinião pública internacional para a necessidade de desenvolver com urgência acções que ponham fim aos crimes da Junta Militar apoiada pela Frente Nacional Islâmica, que tem como um dos seus objectivos a liquidação física dos opositores políticos, em particular Sadig El Mahdi e os camaradas Mohamed Ibrahim Nogoud e Tigani El Tayeb.

Um apelo que os «defensores encartados» dos direitos humanos da nossa praça ainda não ouviram, tão distraídos andam com outras humanitárias preocupações...

Companhia aérea sul-coreana perde em tribunal

O caso do avião sul-coreano, abatido em 1983 por caças soviéticos, foi considerado por um tribunal federal dos EUA como «negligência deliberada» da companhia de aviação KAL, condenando-a a pagar 50 milhões de dólares de indemnizações e juros às famílias das vítimas do incidente. De lembrar que o aparelho foi abatido quando sobrevoava o mar do Japão, no interior do espaço aéreo soviético.

As autoridades soviéticas afirmaram, na altura, que a tripulação fora várias vezes advertida da violação, mas insistiu na atitude. Hoje, porém, o tribunal concluiu que o comportamento da tripulação foi uma das razões pelas quais o avião foi abatido, já que quase desde a partida se afastara da sua rota algumas centenas de quilómetros para Oeste.

Eleições na Namíbia aproximam-se

A África do Sul está a fazer registar na qualidade de eleitores da Namíbia membros da organização anti-angolana UNITA, afirmou na capital do Zimbabué, o presidente da SWAPO, Sam Nujoma.

Dizendo não ter dúvidas que a independência na Namíbia será alcançada, Nujoma alertou para o facto de a África do Sul estar a fazer tudo para dificultar a preparação das eleições, a realizar naquele território a 6 de Novembro próximo, não excluindo a hipótese de os resultados da votação virem a ser falsificados.

O líder da SWAPO assinalou ainda que os postos de registo dos eleitores estão a mudar permanentemente a sua localização, sobretudo nas regiões em que as posições da sua organização são particularmente fortes. O registo de sul-africanos, que vêm para o efeito até à Namíbia, onde só voltarão no dia das eleições para votar, é outro método utilizado por Pretória para viciar o acto eleitoral no país.

Campanha de Prestação de Contas na URSS

Uma deliberação do CC do PCUS, inserida na campanha de eleições e prestação de contas em 1989, no âmbito da qual serão renovados os órgãos eleitos e resolvidos problemas de quadros em todos os níveis do escalão hierárquico do Partido, apela à necessidade de garantir a liberdade de discussão, bem como a democratização da vida interna do PCUS. O documento realça a importância da actual campanha, num momento «em que cresce a tensão social, surgiu o perigo real de diminuição do papel dirigente do PCUS na «perestroika» e tornou-se inadiável a necessidade de efectuar profundas alterações na actividade do Partido e dos seus órgãos dirigentes».

Entretanto o Soviete Supremo da URSS aprovou na generalidade o projecto-lei sobre a lei da greve, estando previsto que uma sua versão, contendo as sugestões apresentadas durante o debate, seja publicada no jornal Izvestia.

Empresas mistas aumentam na URSS

Todos os meses surgem entre 60 a 80 empresas mistas na União Soviética, cifrando-se o seu número em 685 no dia 1 de Julho de 1989, declarou Vladimir Ranenko chefe deste sector no Instituto de Relações Económicas Externas adjunto ao Conselho de Ministros. O capital estatutário destas empresas atinge cerca de dois mil milhões de rublos, estimando-se o investimento estrangeiro em perto de mil milhões de dólares.

A agência Novosti noticia também que o economista e membro da Academia das Ciências da URSS, Abel Aganbegian, tornou-se empresário ao ser eleito presidente do conselho de administração de uma empresa soviético-suiça que acaba de ser criada na URSS, a LINK, e que se ocupará na prestação de serviços na área da informática.

Religiosos moçambicanos encontram-se com a RENAMO

Religiosos moçambicanos em representação do governo de Moçambique avistaram-se, na segunda-feira em Nairobi, capital do Quénia, com dirigentes da RENAMO, incluindo o seu líder, Afonso Dlakhamu. Robert Mugabe e Daniel Arap Moi presidentes do Zimbabué e do Quénia, desempenham nas conversações o papel de mediadores.

Entretanto, a comissão permanente da Assembleia Popular de Moçambique aprovou uma nova lei da amnistia, segundo a qual serão libertadas as pessoas que, há mais de cinco anos, foram condenadas pelo Tribunal Revolucionário Militar a diferentes penas por crimes contra a segurança do Estado.

Divergências americano-soviéticas sobre futuro governo afegão

Os Estados Unidos rejeitaram categoricamente uma proposta soviética a favor do início do diálogo nacional no Afeganistão sobre a criação de um governo de coligação, com a participação de todas as forças políticas, incluindo o actual governo do presidente Najibullah.

A informação foi divulgada há dias em Moscovo pelo embaixador Nikolai Kosirev, que chefiou a delegação soviética às consultas soviético-

-americanas sobre o Afeganistão, realizadas em Estocolmo de 31 de Julho a 1 de Agosto.

As conversações saldaram-se pela constatação das divergências existentes entre os dois países quanto à solução de governos para o Afeganistão, embora, segundo disse Kozirev, ambos se manifestem a favor da solução política do conflito e estejam de acordo dever aquele ser um Estado independente,

não-alinhado, neutro e amigo dos países vizinhos, incluindo a União Soviética.

O diplomata soviético, que referiu o «ambiente muito aberto» do encontro, não deixou todavia de salientar o facto de a prática norte-americana não corresponder ao que é afirmado, já que apostou, com a oposição armada afegã e com o Paquistão, na solução militar do conflito.

Diferente é a posição das autoridades afegãs, que do-

mingo passado receberam em Cabul o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, que entregou ao chefe de Estado afegão Najibullah uma mensagem do presidente soviético, Mikhail Gorbatchov. No encontro, que incluiu o primeiro-ministro e os ministros da Defesa, da Segurança do Estado e do Interior, foi garantido a Chevardnadze que serão repelidas todas as tentativas da oposição para tomar o poder, sem que tal exclua a flexibilidade e o espírito de abertura necessários para iniciar o diálogo para reconciliação nacional.

Os últimos meses comprovaram, na opinião daqueles dirigentes, que não há alternativa a uma solução pacífica do conflito afegão e que as condições se tornam cada vez mais propícias para o fim da guerra civil.

O presidente afegão e o ministro soviético condenaram ainda a política do Paquistão, EUA e Arábia Saudita de incitamento dos rebeldes à continuação da guerra e reafirmaram a decisão de convocar uma conferência internacional para a paz no Afeganistão. Durante o encontro foi ainda acordado um programa de acções conjuntas urgentes para a libertação dos militares soviéticos em poder dos rebeldes afegãos.

Grigoris Farakos novo secretário-geral do PC da Grécia

O Comité Central do Partido Comunista da Grécia, reunido em plenário no mês passado, elegeu por unanimidade o camarada Grigoris Farakos para secretário-geral do PCG.

A eleição de um novo secretário-geral foi decidida devido ao pedido de Harilaos Florakis, que ocupava o cargo, para ser libertado das suas funções. Entretanto, o CC do PCG decidiu eleger o camarada Florakis presidente do Partido, cargo que agora acumula com o de presidente do Comité Político da Coligação das Forças de Esquerda e do Progresso.

O novo secretário-geral do PC da Grécia, camarada Farakos, nasceu em 1923, é engenheiro mecânico especializado em questões de energia e um estudioso das ciências políticas e económicas. Membro do PCG desde 1941, o camarada Farakos participou activamente, desde a sua juventude, no movimento de Resistência Nacional à ocupação da Grécia pelos nazis, tendo sido ferido várias vezes em combate.

Privado da nacionalidade no início dos anos cinquenta, Grigoris Farakos viveu como refugiado político durante vá-

rios anos no estrangeiro, sem contudo abandonar a luta no seio do PCG; no 8.º Congresso do Partido, em 1961, é eleito para o Comité Central e em 1968 para o Bureau Político do CC do PCG. Volta à Grécia, clandestinamente, durante o governo da Junta Militar e participa activamente na luta contra a ditadura. Preso em Novembro de 1968, é condenado a prisão perpétua.

Com o derrube da ditadura, em Julho de 1974, é um dos últimos presos políticos a ser libertado. Foi deputado do PCG ao Parlamento nacional em 1974, 1977, 1981 e 1985.

Internacional

Cimeira Centro-Americana

Paz na Nicarágua avança apesar da oposição dos EUA

«O presidente Bush tem de aceitar a realidade. O povo está farto da guerra. Queremos paz.»

As palavras são do Presidente da Nicarágua, Daniel Ortega e foram proferidas na cimeira dos cinco Presidentes da América Central realizada de 5 a 7 deste mês nas Honduras.

Mais do que quaisquer outras, aquelas palavras reflectem uma realidade que, quer queiram quer não os Estados Unidos, levou já os dirigentes centro-americanos a acordar na desmobilização imediata dos «contras» nicaraguenses e o desmantelamento das respectivas bases nas Honduras.

O processo, cujos pormenores finais estavam ainda pouco explícitos devido a exigências de última hora feitas por Alfredo Cristiani, de El Salvador, parece finalmente ter chegado a um ponto irreversível no caminho da resolução pacífica dos conflitos da Nicarágua. Para tal contribuiu de forma decisiva o acordo prévio do governo sandinista com os partidos da oposição nicaraguense e o reconhecimento, por parte dos dirigentes centro-americanos, da necessidade de conjugar os seus esforços para calar as armas e dar voz ao diálogo político.

O plano de desmobilização compreende um calendário para a criação da CIAV (trinta dias a contar da cimeira) e para o desmantelamento das bases e recolha das armas dos «contras» (noventa dias após a criação da Comissão), após o que serão postos em prática os mecanismos para o «repatriamento ou reinstalação voluntária» dos «contras», quer na Nicarágua quer em países terceiros. A CIAV terá ainda como missão verificar se na Nicarágua são respeitadas as condições que garantem aos elementos desarmados a possibilidade de se «incorporarem plenamente na vida civil», como as autoridades de Manágua se comprometem.

De salientar que, de acordo com a proposta levada à cimeira, a Nicarágua está disposta a facilitar a reinserção social dos «contras», inclusive com a cedência de terras e ajuda económica, o que a Comissão de Verificação terá oportunidade de comprovar em visitas periódicas pelo «tempo que considerar útil».

A entrada em vigor deste plano permitirá, para além da pacificação e regularização interna na Nicarágua, a normalização das relações deste país com as Honduras, estando os sandinistas na disposição de congelar e posteriormente retirar a queixa que apresentou

no Tribunal Internacional de Haia contra as Honduras pela existência de bases dos «contras» naquele país.

A seriedade do plano e as garantias dadas para a verificação do seu cumprimento levaram à adesão e apoio dos cinco da América Central. O único óbice foi levantado pelo presidente de El Salvador, que pretendeu ver aprovada a «simetria» entre os processos salvadoreño e nicaraguense.

Esta exigência de Alfredo Cristiani — em que todos reconhecem a pressão dos EUA — foi prontamente denunciada pela Nicarágua, enquanto os restantes parceiros centro-americanos consideram possível tornear a questão, de novo a evitar um novo impasse que apenas agradaria a Washington.

Na verdade, não tem qualquer cabimento estabelecer um paralelo entre as situações dos dois países. Ao contrário dos «contras», a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) que combate o governo de direita salvadoreño está profundamente implantada no país e não em países vizinhos; por outro lado, não existe de momento qualquer negociação entre a FMLN e as autoridades salvadoreñas, cabendo a estas últimas a responsabilidade de terem abandonado o diálogo



iniciado há uns anos atrás sob mediação da Igreja.

O reconhecimento destas verdades elementares não pode deixar de ter pesado na cimeira das Honduras, onde os cinco presidentes, pressionados embora pelos Estados Unidos, consideraram ser chegada a hora de afirmar a sua capacidade de encontrar as soluções para os problemas que lhes dizem respeito. Apoiar o plano de paz para a Nicarágua e propor o diálogo governo-guerrilha em Salvador é uma atitude realista que apenas pode contribuir para a pacificação da América Central.

Os EUA perdem pouco a pouco o «seu» quintal, mas os povos centro-americanos ganham a independência e a paz a que têm direito.

Trata-se sem dúvida de uma derrota para os EUA, apostados desde a vitória da Revolução Sandinista em colocar no governo de Manágua quem melhor servisse os seus próprios interesses.

Durante toda a ditadura somozista — uma das mais sangrentas de toda a história da América Central — nunca as autoridades de Washington se preocuparam com a democracia, os direitos humanos, a liberdade de expressão. Os somozistas foram sempre aliados incondicionais dos EUA e, sob o seu domínio, a Nicarágua foi uma «república das ba-

nanas» para os interesses do imperialismo norte-americano.

Com a vitória da Revolução Sandinista e a formação de um governo de esquerda na Nicarágua, os EUA sentiram ameaçado o seu domínio na América Central. Reagan chegou mesmo a afirmar que não seriam toleradas revoluções «comunistas» no seu pálio das traseiras», designação por demais insultuosa para os centro-americanos.

A reacção de Washington não se ficou pelas palavras. Designando os ex-somozistas de «combatentes da liberdade», a administração norte-americana financiou, treinou e armou os «contras», forçou países aliados como as Honduras e a Costa Rica a permitir a sua instalação em bases próximas das fronteiras com a Nicarágua e fomentou durante a última década uma guerra que desgastou o país e se transformou num foco de permanente tensão para toda a região.

Os ataques da guerrilha anti-sandinista, as acções da CIA (como a minagem dos portos e outras), a sabotagem económica conduzida pelos EUA, as destruições, a morte de milhares e milhares de pessoas, causaram à Nicarágua perdas e atrasos terríveis.

Mas não venceram a Revolução Sandinista.

Os cerca de doze mil «contras» que os EUA mantêm em

bases nas Honduras não conseguiram, nestes dez anos de guerra, qualquer credibilidade tanto a nível interno como externo. À excepção dos EUA, como agora ficou de novo demonstrado na cimeira centro-americana, todos desejam a sua desmobilização para que enfim possa avançar de forma segura o processo de paz.

A vitória sandinista

As vicissitudes sofridas pela Nicarágua nos últimos anos em consequência, sobretudo, das pressões externas, não impediu os sandinistas no poder de consolidar as suas posições.

A maturidade e responsabilização política dos dirigentes de Manágua voltou a impor-se na preparação desta cimeira, onde o presidente Daniel Ortega chegou com um trunfo impossível de ignorar: um acordo do governo com os partidos da oposição que garante a realização de eleições democráticas em Fevereiro do próximo ano e um plano realista para a desmobilização dos «contras», devidamente apoiado por esquemas de controlo através de uma Comissão Internacional de Verificação (CIAV) da responsabilidade da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

«A greve a exames decidida pelos estudantes do Instituto Superior Técnico numa Reunião Geral em que participaram 1500 alunos, foi uma grande afirmação das suas disposições de luta e da sua unidade combativa. A greve foi cumprida quase integralmente, apesar de todas as pressões, manobras e intimidações de que as autoridades fascistas jogaram mão — notas ministeriais e do Conselho Escolar, tentativas de divisão dos estudantes, cerco do Técnico por forças da PSP, pides e «gorilas» dentro das salas de exame, etc..

No primeiro dia de greve, apenas 3 estudantes se apresentaram para fazer exame, e dois deles foram dissuadidos pelos colegas.

Ao mesmo tempo, os estudantes de Economia mantinham-se em greve geral às aulas e em todas as escolas e academias desenvolvia-se uma campanha de solidariedade aos estudantes do Técnico e Económicas.

Declarações de apoio e medidas de solidariedade aos estudantes em luta eram adoptadas em vários sectores democráticos e profissionais, nomeadamente numa assembleia geral da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros.

Dias depois do início da greve o Concelho Escolar do Técnico propôs negociações aos corpos gerentes eleitos da Associação dos Estudantes e a representantes dos assistentes (que se mantinham solidários com os alunos e lutam por objectivos próprios).

Prosseguindo embora a greve, os estudantes do Técnico aceitaram as negociações, que se saldaram pela aceitação por parte do Conselho Escolar de todas as reivindicações fundamentais: reabertura da Associação não havendo qualquer outro compromisso que não seja o respeito devido aos seus estatutos; homologação da direcção eleita; realização de novos exames para os alunos que faltaram em consequência da greve.

Aceites estas condições pelo Conselho Escolar, dois mil estudantes do Técnico, em reunião geral realizada a 21 de Julho, decidiram levantar a greve a exames. A Associação foi reaberta e as restantes condições cumpridas.»

(«Vitória de grande significado do movimento estudantil» — **Avante!**, VI série, n.º 444, Agosto de 1972)

AVANTE!

«O prof. Leite Pinto, presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, antigo ministro da Educação Nacional e actual administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, deu recentemente uma «magistral» lição contra o progresso científico e social aos seus alunos de há 20 anos. Dela se poderá concluir que «doenças», «praias» e «férias» são «modas» da nossa época que põem em perigo a «tradição».

Pela boca professoral de Leite Pinto, ficaram os seus antigos alunos a saber ainda que as pessoas vão aos médicos mesmo sem estarem doentes: «inventam a doença»; que as praias e os banhos podem ser tão prejudiciais à saúde como os medicamentos; que os nossos avós nunca precisaram de férias e fizeram grandes coisas; que a automatização é coisa de que se deve desconfiar... De acordo com a sua teoria, o pinto nunca devia ter saído do ovo...»

(«Um «pinto» que não devia ter saído do ovo» — **Avante!**, VI série, n.º 405, Agosto de 1969)

Delegação do PCP na Tanzânia

A convite do Comité Central do Chama-Cha-Mapenduzi, partido no poder na Tanzânia, encontra-se de visita a este país uma delegação do Partido Comunista Português composta por Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

No dia 7 realizaram-se conversações com Moses Nauyé, membro do Bureau Político e secretário de Organização, que decorreram em ambiente muito fraterno, sendo acordado o desenvolvimento da cooperação entre os dois partidos em variados domínios.



O turismo a quente

Dizem de Santa Bárbara que é muito lembrada, se ouvem os trovões. Não é que se passe o turismo, de que sempre se vai falando um pouco ao



mas só quando mesmo com o longo do ano.

Mas a verdade é que, directo com os seus nas conversas, Para este número do aspectos mais



com a canícula, mais gente toma contacto problemas e, inevitavelmente, eles vêm à baila nos jornais, na rádio, na televisão.

«Avante!» juntámos alguns depoimentos sobre quentes deste debate em tempo de férias: os

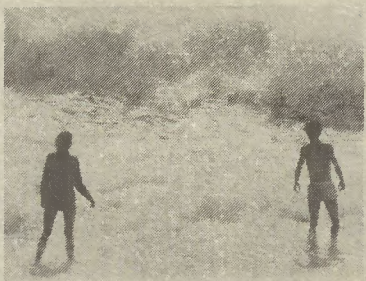


problemas dos trabalhadores da hotelaria, a *maré negra* na costa alentejana, as potencialidades como são aproveitadas, o Contributos para a discussão no campo, ou em casa — portugueses que têm férias costumam passá-las.



des do Algarve e a forma turismo do Bairro Alto. são, para ler na praia, tudo locais onde os





Turismo

■ **Rodolfo Caseiro***

Corremos o perigo de, a breve prazo, chegarmos no nosso país a uma situação em que o turismo será uma profissão de passagem, com todos os graves inconvenientes que isso implica.

Emprego e qualidade

A caracterização do sector da hotelaria e turismo, através de dados recolhidos e analisados num estudo que fizemos, permite ter uma ideia acerca do modelo de emprego, que aqui tem vindo a tomar forma.

Em termos de características mais objectivas, está-se perante uma população jovem, de escolaridade baixa, com reduzidos índices de antiguidade e níveis de qualificação.

Em termo de estratégia de emprego, esta assenta num modelo que tem subjacente um modo de gestão de mão-de-obra em que se utilizam regimes contratuais que a tornam altamente flexível.

Isso é confirmado pelo elevados índices de rotação, pelo pagamento de salários baixos, pela ausência de formação profissional e por horários de trabalho elevados.

Ora um modelo desta natureza acarreta consequências óbvias, tanto a nível do trabalho propriamente dito, como ainda da própria qualidade de vida em geral.

Com efeito, tal modelo vai reflectir-se negativamente na qualidade de serviços, na integração e desempenho profissionais, na satisfação no trabalho, no desenvolvimento das carreiras profissionais, no absentismo e na capacidade de associação, organização e reivindicação dos trabalhadores.

Num âmbito mais alargado, este sistema precário de emprego, na medida em que não promove a qualidade de vida em termos económicos, sociais e culturais, acentua as disparidades e alimenta um determinado *ciclo de pobreza*, não contribuindo assim para um modelo de efectivo desenvolvimento nacional e caminhando, em nosso entender, para a ruptura.

É nesta realidade que assentam as nossas preocupações.

Expansão e levandade

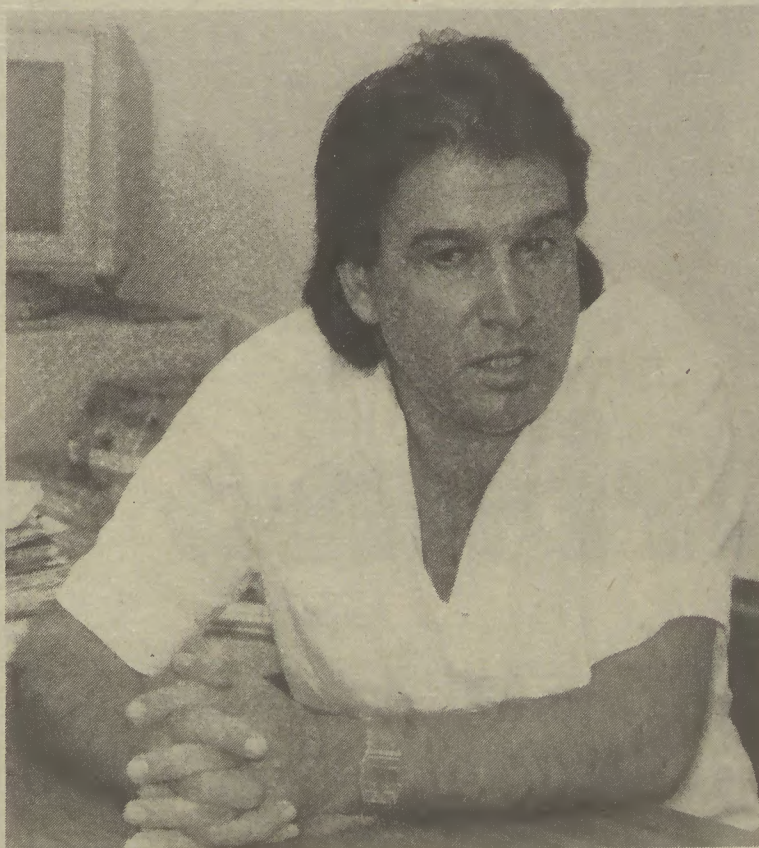
A actividade turística caracteriza-se por uma procura crescente e suficientemente estável no nosso país, desempenha um papel indispensável no conjunto da economia nacional.

As perspectivas económicas internacionais, devido à nossa entrada na CEE, permitem prever um reforço muito grande em termos de expansão.

No entanto, a crescente influência do turismo não tem sido acompanhada, por parte dos sucessivos governos, por um conjunto de medidas adequadas, nomeadamente através de estudos que permitam obter uma completa avaliação dos efeitos económicos do turismo, quando se conhece que o consumo turístico produz efeitos que implicam benefícios, custos e mesmo riscos para a economia. De igual modo haveria que fazer uma investigação que permitisse conhecer a sua importância e o grau de interligação com outros sectores e perspectivas-se uma adequada planificação das suas principais variáveis.

O Governo não toma medidas para evitar, particularmente no Algarve, o crescimento desordenado, a proliferação de alojamentos clandestinos, a falta de equipamentos adequados, a falta de programação na animação, o afluxo do investimento à procura do lucro fácil, longe do conhecimento das regras do sector, a proliferação de apartamentos que os promotores entregam a operadores turísticos internacionais em condições altamente desfavoráveis para a restante hotelaria e para o País; surgem as multinacionais,

Profissão de passagem? Não, obrigado!



com a intensificação da utilização de mão-de-obra precária. E, com tudo isto, a procura estrangeira diminui de qualidade.

Quando o Governo toma algumas medidas relacionadas com o turismo, estas são de uma levandade arrepiante. Exemplo disso é a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, que já não inicia o seu funcionamento em Outubro, como estava previsto, porque não recebeu ainda nem os equipamentos indispensáveis, nem o quadro orgânico e orçamental de que carece. Pode-se referir também os atrasos imprevisíveis registados na implementação das novas escolas de Hotelaria e Turismo, previstas para Lisboa, Coimbra e Vilamoura.

Perante a entrada na CEE e a preparação do nosso país para o embate do Mercado Único — no sentido de melhorar a capacidade de resposta às exigências da concorrência —, no que diz respeito à formação profissional, consideramos inaceitável que o Governo não tenha ainda elaborado um plano nacional de formação no sector turístico, enquadrando e disciplinando as acções subsidiadas pelo Fundo So-

A «maré negra»

O acidente ocorrido a 14 de Julho no porto de Sines com o navio-tanque «Marão» e o derrame de crude que afectou a costa alentejana até à Zambujeira foi considerado, nomeadamente pelo presidente da Câmara de Odemira, como o maior desastre ecológico do género em Portugal.

As autarquias e as populações da zona atingida pela «maré negra» reagiram prontamente e, com os meios que tinham ao seu alcance, lançaram-se na limpeza das praias, auxiliadas mais tarde por meia centena de fuzileiros.

O presidente da CM de Sines, que exige a realização de uma inspecção a toda a infra-estrutura portuária para verificar as condições de segurança do principal posto de abastecimento de petróleo do país, solicitou em Setúbal a intervenção do Presidente da República para o

combate aos efeitos da catástrofe.

Enquanto se aguardam os resultados do inquérito da Marinha, os municípios, os comerciantes, os pescadores, contabilizam os prejuízos, exigem indemnizações e, sobretudo, garantias de que o desastre não se repetirá.

Justino dos Santos, presidente da CM de Odemira, expressou aos jornalistas a sua indignação por a autarquia só ter sido informada do acidente na terça-feira, dia 18; e mesmo assim, «primeiro falaram-nos de uns litros, e só depois em milhares de toneladas».

O presidente da CM de Sines, Francisco do Ó Pacheco, por seu turno, comentou em entrevista ao «Diário do Alentejo» o facto de, em três anos, este ter sido o terceiro acidente na zona do porto de Sines: «Isto quer dizer que algo vai mal.

Quer dizer que toda a infra-estrutura portuária, incluindo os meios humanos, não deve estar à altura de ope-

rar em condições num porto deste tipo».

A «maré negra» não matou a

«Cuidadinho!...»

«Eu gostaria de poder dizer directamente ao senhor Primeiro-Ministro uma coisa que se calhar ele ainda não observou muito bem. Sines é uma zona estratégica. Não é só o problema das praias e do turismo. Por este porto entra quase todo o crude necessário ao funcionamento do País em termos de combustíveis. Aqui é feita 70 a 80 por cento de toda a refinação de combustível do País. Vamos imaginar que um dia um petroleiro se parte aqui e que o porto fica inoperacional por uns tempos. O que sucede? Não há combustível em Portugal. É preciso muito cuidadinho com Sines. Por outro lado, cerca de 25 por cento da energia em centrais não hídricas é aqui produzida. Sines é estrategicamente vital para a economia portuguesa.»

(Francisco do Ó Pacheco, presidente da CM de Sines, «Diário do Alentejo», 28/7/89)

costa alentejana, que continua a ser ponto privilegiado para quem quer fazer turismo. Mas o crude fez uma-mossa séria e mostrou a vulnerabilidade do país face aos riscos da poluição.

Nas declarações dos populares aos jornalistas era consensual a conclusão de que, depois de um Julho que não foi dos melhores (mesmo até à «maré negra»), viria aí um Agosto que não prometia nada ser compensador.

Essas previsões estiveram, certamente, na base da prontidão com que, apesar da escassez de meios humanos e técnicos, se tentou proceder rapidamente à limpeza das praias e recuperar a imagem turística da área de paisagem protegida do Sudoeste e Costa Vicentina, considerada pelo dr. Justino dos Santos «a mais rica e a mais bem preservada da Europa». ■



Turismo

Bairro Alto

cial Europeu; estas continuam a processar-se em grande número de empresas sem que tenham suportes pedagógicos sérios e adequados, limitando-se a ser um negócio de natureza comercial. Isto demonstra, além do mais, uma incapacidade notável para solucionar os problemas, com toda a sua filosofia de classe capitalista.

Trabalhadores e participação

O Governo pretende afastar os trabalhadores da participação activa e da contribuição na procura de soluções para os problemas do sector. Impede a participação em órgãos oficiais com características de gestão tripartida — exemplo das escolas de Hotelaria e Turismo, do Centro de Formação Profissional do sector alimentar (desde que foi criado solicitámos a nossa adesão, mas até hoje não nos foi concedida), do Instituto Nacional de Formação Turística, etc..

Outro exemplo muito recente tem a ver com a deliberação da Comunidade Económica Europeia de considerar 1990 como Ano Europeu do Turismo. Esta iniciativa prolonga-se de Janeiro de 90 a Março de 91 e tem como objectivos, entre outros, o conhecimento por parte dos cidadãos de novas culturas, costumes e modos de vida, a preparação do acesso ao espaço sem fronteiras em 1992, o incentivo a novas formas de turismo, o fomento da inovação e da criatividade numa perspectiva em que os valores humanos sejam de facto prioritários.

De acordo com a deliberação, cada país da Comunidade tem de eleger uma comissão executiva para este trabalho. A comissão portuguesa foi nomeada no dia 5 de Julho, numa cerimónia efectuada em Lisboa, na Casa do Leão, e dela fazem parte os vários organismos oficiais ligados ao turismo, a Direcção-Geral dos Desportos, associações patronais do sector e outras entidades. Foram discriminados os trabalhadores e as suas associações.

Já pedimos ao secretário de Estado do Turismo uma audiência para reivindicar a inclusão da nossa federação nesta comissão.

De facto, a não serem tomadas medidas sérias e concretas por parte do Governo, a continuar a discriminação dos trabalhadores e a manter-se um sistema de vínculo contratual precário, ainda mais agravado com a aprovação do pacote laboral, correremos, além de outros, o perigo de, a breve prazo, chegarmos a uma situação em que a hotelaria e o turismo será uma profissão de passagem, com todos os graves inconvenientes que isso implica para a qualidade dos serviços prestados no nosso país neste campo. ■

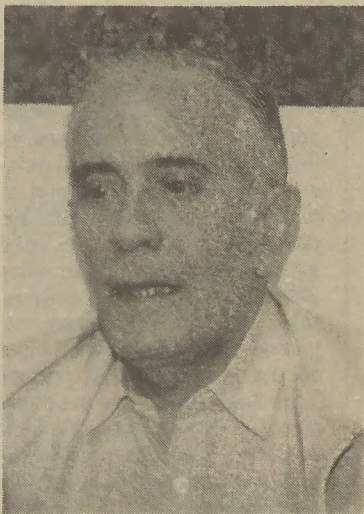
Turismo não é só praia. Nem apenas campo ou montanha. Também é cidade. E Lisboa que o diga, invadida como é quando ainda nem sequer o Verão desponta, basta um raiozinho de sol ou a promessa dele. Sendo assim, onde há turismo há problemas, sobretudo quando o «terreno» onde o turismo se pratica não se encontra preparado para isso. Nas zonas «típicas» da capital, o turismo desaba. E que pensam disso os moradores? Escolhemos o Bairro Alto como exemplo. E procurámos saber que problemas há, que soluções se apontam. Falámos com o camarada José Velez, secretário da Junta de Freguesia da Encarnação, e membro da Direcção da Associação de Defesa do Património do Bairro Alto (ADEBA).

Lembrou-nos em primeiro lugar que há muito que a zona é procurada por turistas estrangeiros, por causa das casas de fado. Nesse tempo (há muito), o «turismo» português era outro e tinha como aliciante a prostituição. Depois do 25 de Abril e de uma baixa de procura turística, esta voltou a subir e não é raro ver imensas camionetas vazar nas ruas estreitas uma multidão de estrangeiros. Mas, sublinha José Velez, esse não constitui verdadeiro problema. É um turismo «sossegado», que vai directamente aos jantares e aos espectáculos das casas de fado tradicionais.

O problema é que, a par desta espécie de turismo uma outra tem vindo a crescer desmesuradamente nos últimos anos, ao mesmo tempo que as casas mais ou menos típicas, os bares, os salões de música são às centenas entre a Rua da Misericórdia e a Rua do Século, limites do Bairro Alto. Entre os novos frequentadores do bairro, há gente boa e gente má, esclarece-nos o secretário da Junta de Freguesia. Tudo malta nova, na maioria, por entre a qual se enfia o delinquente, o «skin-head», o arruaceiro, o ladrão e, até, o assassino. Há pouco tempo foi espancado até à morte um rapaz alemão...

«O barulho que toda esta gente faz é enorme, sobretudo altas horas da noite», diz José Velez. E há grupos agressivos que gritam slogans estrangeiros, fazem guerra aos negros e disputam-se entre si. E ameçaram as pessoas, tanto os visitantes do bairro como os próprios moradores.

Barulho, intimidações, horários abusivos de muitos estabelecimentos, polícia tolerante às arruaças, são estas queixas dos moradores.



José Velez

Já se realizaram três assembleias de freguesia para debater o assunto.

«Convém salientar que, na generalidade, se trata de uma população envelhecida. Ali mora gente de todos os extractos sociais, mas têm em comum o serem pessoas, geralmente, de certa idade. E não conseguem descansar de noite. Há, por exemplo, uma boite recentemente aberta ao público, com capacidade para centenas de pessoas. À saída, já de madrugada, são frequentes as zaragatas, caixotes derrubados com estrondo, barulho. E, quando em certas horas surge uma zaragata entre duas ou três pessoas com um grão na asa, rapidamente se generaliza a dezenas de outras pessoas. E depois há também os roubos, o tráfico de droga. A população do bairro atura isto tudo.»

Mas será tudo assim tão negro? As casas não cumprem as regras? A polícia fecha os olhos?



«Há casas que cumprem e não há queixas delas», diz o camarada Velez. «As tradicionais, por exemplo. E há as que não cumprem. Quem não têm isolamento para o som. Algumas até que abrem mesmo sem alvará e continuam abertas durante meses. As que têm as portas abertas, com o som devolvido à rua, com centenas de pessoas aglomeradas à entrada. E depois há as obras que não respeitam as estruturas dos prédios antigos, onde começam a abrir as fendas nas paredes. Há as pequenas casas de comércio, drogarias, mercearias, convertidas

em tascas barulhentas, tendo os anteriores proprietários sido aliciados por bom dinheiro».

«Não há queixas propriamente sobre o turismo», esclarece, «o turismo em si é positivo. Mas deveria ser orientado. Para as riquezas patrimoniais, também. O que as pessoas não compreendem é a disseminação selvagem de bares que atraem não apenas os jovens, mas os desordeiros e a marginalidade. As pessoas também não aceitam a superconcentração de carros. O bairro tem ruas estreitas, mas ficam tão saturadas com o estacionamento ilegal que, se houver um incêndio, os bombeiros não podem sequer entrar no bairro. O Abecasis diz que ali não há problema porque há muita gente... Nós dizemos que, de facto, ou se apaga o fogo, ou morre ali toda a gente».

José Velez, que se mostra esperançado em que a coligação «Por Lisboa» ganhe as próximas eleições, pondo termo ao domínio do CDS, afirma que se trata, no caso do turismo no Bairro Alto, de fazer cumprir as regras.

Impondo a insonorização dos estabelecimentos. Reforçando o policiamento preventivo, e não repressivo — hoje praticamente inexistente às horas em que se torna perigoso andar na rua, pois as rondas terminam cedo e as zaragatas começam tarde, com o seu cortejo de assaltos e de intimidações.

«É que a Câmara Municipal tem muitas culpas nisto, não é só o Governo Civil e a PSP. Com o acordo entre comunistas e socialistas, tanto ao nível da Câmara como ao da Freguesia, é possível melhorar isto tudo». ■





Turismo

■ Carlos Luís Figueira

Em plena época alta a situação do turismo no Algarve tem sido marcada este ano por acesa controvérsia acerca dos seus resultados imediatos. Descobrem alguns os efeitos negativos dos desmandos praticados ao longo de anos e já por demais inventariados. Aproveitam outros para alijar responsabilidades que inquestionavelmente têm na situação criada.

Esgrím-se números de suporte às mais diversas e desencontradas análises. Uns para afirmar que há mais turistas, outros exactamente em sentido contrário. Organizam-se num curtíssimo espaço de tempo debates e reuniões nelas participando intervenientes com interesses profundamente contraditórios, ligados à actividade turística. No meio surgem algumas figuras políticas que em bicos de pés e aproveitando a onda, procuram sobretudo que o seu nome não seja esquecido para soluções de poder a prazo.

Na controvérsia e também na visível ausência de ideias, esboçam-se algumas plataformas comuns à volta de problemas pontuais.

Perante toda esta azáfama cabe perguntar o que é velho e o que é novo. Quais são os reais problemas de fundo e os de mera situação conjuntural. Em que situação estamos?

Sem pretender colocar um ponto final sobre todo este conjunto de questões que envolve a actividade turística no Algarve e sobretudo sem a pretensão de apresentar um quadro de soluções acabadas, aqui fica o contributo para uma reflexão sobre aquilo que pensamos serem os problemas de fundo que permanecem e se têm vindo a agravar sem soluções à vista. Sem alarismos demagógicos, com sentido de responsabilidade.

Interesses poderosos

Antes de mais é de grande importância considerar que hoje a actividade turística, como sector económico, tem uma importância muito superior àquela que lhe era atribuída há 20 anos atrás, para não ir mais longe. O Turismo já representa no quadro da CEE 5,5% do PIB, assumindo para alguns países, sobretudo da bacia do Mediterrâneo, um importantíssimo papel no equilíbrio da balança de pagamentos (20% na Espanha, 15% na Grécia, 12% em Portugal).

No plano do emprego a actividade turística ocupa já hoje no conjunto dos países da CEE, 5,5 milhões de pessoas a tempo inteiro, acrescidas de mais 2 a 3 milhões de sazonais. A estes há que juntar ainda muitos outros postos de trabalho que de forma indirecta vivem da actividade turística.

Neste quadro o interesse dos grandes grupos económicos, das multinacionais, tem vindo crescentemente a aumentar por esta actividade. O turismo passou de facto a ser uma actividade económica por onde se podem obter receitas vultuosíssimas. Previsões apontam para até final da presente década circularem pelo mundo 400 milhões de turistas, gastando cerca de 200 mil milhões de dólares.

É sem dúvida reflexo desta nova atenção despertada nos grandes grupos económicos em relação à actividade turística que se processaram e estão em curso modelos que têm conduzido a uma acelerada concentração de operadores turísticos com a formação de empresas poderosíssimas no sector. Para se ficar com uma ideia aproximada desta realidade refira-se que há cerca de 10 anos operavam no mercado inglês para o Algarve 30 a 40

empresas, sendo que hoje 5 dominam já 71,3% das quotas de mercado, com uma delas, a Thompson, a deter 33%. Tais concentrações não são uma especificidade do mercado inglês, já que processos idênticos têm ocorrido na Holanda, na Alemanha e igualmente nos países nórdicos.

É necessário lembrar que são os operadores turísticos os principais agentes e em muito os grandes responsáveis pela criação de hábitos e pela venda dos destinos turísticos.

A tais concentrações e à formação de grandes grupos económicos nesta área, verifica-se igual tendência para a criação de grandes cadeias integradas, da promoção ao alojamento.

Perante interesses tão poderosos em jogo a actividade turística, desde a promoção à oferta de alojamento, não pode continuar a ser vista da mesma forma fácil e despitente como tem sido encarada. A realidade é hoje substancialmente diferente e bem mais complexa para a qual não basta já ter boas praias, águas tépidas, a simpatia das gentes e alguma animação, para se captar correntes turísticas significativas e rentáveis.

De igual modo a actividade turística não pode mais ser encarada como um meio fácil de obtenção de lucros especulativos, sem cuidar do investimento e da qualidade da oferta. Esse ciclo, no qual alguns dos que hoje mais agitam o espantinho da crise acumularam no espaço de poucos anos substanciais benefícios, acabou!

Um ritmo caótico

O Algarve é sem dúvida o nosso principal destino turístico, tendo vindo a aumentar sucessivamente o seu peso no contexto do país, representando hoje 68% da oferta de alojamento.

De facto das 320 000 camas existentes, incluindo Açores e Madeira, o Algarve dispõe de uma oferta aproximada de 220 000, distribuídas por: 25 000 em hotéis; 50 000 em aldeamentos turísticos; 30 000 em apartamentos e 115 000 em apartamentos turísticos. Em 1988 realizaram-se no Algarve cerca de 60% das receitas do sector, o equivalente a 200 milhões de contos.

A realidade do Algarve tem assim

Turismo no Algarve Crise: o real e o aparente

de ser vista de forma particular de acordo com o peso e especificidade dos seus problemas, necessitando de uma mobilização de meios e instrumentos de intervenção, aos mais diversos níveis, necessariamente diferentes do resto do país.

Uma das questões de maior importância que hoje se coloca é sem dúvida a de saber se o ritmo de crescimento que tem vindo a ser praticado é comportável com a realidade. Isto é, se é possível por mais tempo continuar a crescer cerca de 20%/ano a oferta de alojamento. Mais, se esta oferta constituída em grande parte pelo imobiliário-turístico (na qual entra o já famigerado Time-Sharing) é a que mais convém à região. Se, independentemente de todas as profundas distorções já existentes se continua a ignorar que as previsões sobre o aumento de contingentes turísticos externos não ultrapassam os 40%/ano, acrescidas do facto, não pouco importante, do turismo interno há anos estar em baixa no Algarve.

Para se ter uma ideia do ritmo caótico em que tudo isto, impune, se tem vindo a processar, retenha-se que de 1983 a 1989, no curto espaço de 6 anos, se passou no Algarve de 36 para 89 agências de viagens; de 2000 para 7000 estabelecimentos similares de hotelaria (restaurantes, bares, pubs, etc.); de 130 para 586 barracas de praia; de 21 para 67 *rent-a-car* e que estão em construção mais 40 000 camas a lançar em breve no mercado da oferta de alojamento.

Será que o Algarve comporta um ritmo infinito de crescimento? Mais, para além da pertinente questão de se ter de saber já hoje o limite razoável da oferta que o Algarve pode comportar nas suas diversas componentes, outras questões não menos importantes se colocam como sejam as da preservação do património natural e cultural, como componente essencial da qualidade da oferta e também a de saber se vamos continuar a assistir ao acentuar da já mais que desproporcionada relação entre a oferta clássica de alojamento representada pela hotelaria tradicional face à constituída pelo imobiliário-turístico.

Questão não pouco importante esta última porque tem a ver com a qualidade do turista que se recebe, com a capitalização pelo país das receitas globais realizadas no sector e portanto com os mecanismos fáceis de fuga de divisas e obrigações fiscais, com o número de trabalhadores empregues no sector já que como se sabe é muito maior o número de trabalhadores empregues por uma unidade hoteleira do que com o mesmo número de camas num aldeamento, num apartamento ou ainda mais reduzido no imobiliário-turístico.

Importante ainda porque tais correntes turísticas aí alojadas e o aumento do seu peso no conjunto da região, contribuem igualmente para o acréscimo de dificuldades no sector da restauração (a tendência é

para se auto-abastecerem) representando ainda um importante contributo para a escalada do custo de vida na região, suportado pela população residente, já que concorrem directamente connosco no mesmo mercado, sem que daí a população, no plano social, venha a tirar benefícios significativos.

Este é outro ciclo que há que fechar sob pena de estarmos a curto prazo perante uma crise de profundas repercussões económicas e sociais.

Um enorme estaleiro

É neste contexto que se tem de apreciar a situação do ano em curso e todo o alarido produzido à sua volta, diferenciando nele o que são causas conjunturais a que para além do mais a actividade turística está e estará sempre sujeita, das questões de fundo que continuam a agravar-se e essas sim susceptíveis de provocar crises reais de profundo significado social.

Pelos números oficiais conhecidos até finais de Julho do corrente ano entraram no Algarve, pelo aeroporto de Faro, mais cerca de 20 000 turistas em relação a igual período do ano passado. Crescimento pequeno sem dúvida mas crescimento. É mais significativo ainda quando confrontado com quebras reais verificadas noutros destinos da bacia do Mediterrâneo.

Há quebras significativas no mercado inglês, compensadas pelo crescimento noutros mercados alternativos onde justamente a promoção se tem vindo a reforçar, procurando implementar uma linha justa de ataque à excessiva dependência em que o Algarve se encontra face a esse mercado. As quebras no mercado inglês explicam-se por razões que têm a ver com a crise social que este país da CEE atravessa e também com a realidade de entram hoje em concorrência com os países tradicionais da Europa do Sul outros mercados alternativos constituídos pelos destinos exóticos e pelos próprios Estados Unidos.

Por outro lado há que referenciar a contínua quebra do mercado interno, componente essencial e desde sempre subestimada por muitos dos ligados à actividade turística e que naturalmente tem a ver com a machadada que a política do Governo de Cavaco Silva tem dado nas condições de vida do povo português.

O ligeiro aumento verificado no contingente externo diluiu-se naturalmente na multiplicidade das várias formas de alojamento que tem sistematicamente crescido ano após ano no Algarve, de tal se ressentindo mais significativamente a hotelaria clássica.

Só que aqueles que hoje esgrimem o espantinho da crise e da baixa ocupação dos hotéis «esquecem-se» que foram eles próprios os



promotores de muito do investimento realizado no imobiliário-turístico, através dos lucros obtidos na actividade turística. Clamam agora contra os efeitos de causas que eles próprios incentivaram procurando então ganhar em todos os tabuleiros.

É evidente que o Algarve está transformado num enorme estaleiro. Mas tais obras a maioria das quais associada à construção de mais oferta de alojamento não estavam há muito previstas? Então o que importará hoje considerar seriamente não será tanto alindar os tapumes das referidas obras, mas antes cuidar de saber se uma vez estas terminadas não se lhe sucederão outras num ritmo tendente a esvaziar todo o terreno disponível no litoral.

Habituaados que estão a auferir lucros com margens especulativas, não se conformam agora com a redução das mesmas, agitando o espantinho da crise não para empenhada e seriamente se encontrarem caminhos para resolver os reais problemas existentes, mas antes como já está a acontecer para «justificarem» salários em atraso, recusas a justos aumentos, tentativas de despedimentos de mão-de-obra efectiva e qualificada ou ainda para reclamarem do Estado mais benefícios e isenções fiscais.

Só que também neste plano o ciclo está a chegar ao fim. Não será mais possível continuar como até aqui, quer pela resistência dos trabalhadores e pela justa luta que desenvolvem em defesa dos seus interesses, quer pela consciência colectiva de tais problemas está tendo a população, quer igualmente porque se foi longe de mais na irresponsabilidade em que esta actividade tem sido encarada.

Medidas necessárias

A tempo ainda estamos para tomar as medidas necessárias que evitem a contínua degradação do Algarve, com reais prejuízos para a economia da região e para o bem-estar da sua população.

Na actual situação e perante a concorrência que cada vez mais e de forma mais agressiva os mercados turísticos vão a ser sujeitos, é indispensável que todos os intervenientes nesta actividade se deem conta que estamos numa nova fase.

Que a actual situação exige, entre outros aspectos, uma relação mais séria entre o preço e a qualidade da oferta e do serviço prestado; que a defesa e valorização dos valores históricos, artísticos, ambientais, patrimoniais, são elementos fundamentais a ter em conta na qualidade do produto turístico; que a promoção se tem de fazer de forma mais criativa e para ela, de forma permanente, se têm de mobilizar meios que ultrapassam os recursos da própria região. Isto é, que o Poder Central tem de assumir neste plano inquestionáveis responsabilidades. Mais, que os interesses dos trabalhadores do sector, a valorização da formação profissional, a estabilidade do emprego, o pagamento condigno de salários, são elementos fundamentais do êxito da própria actividade.

Por outro lado tem de avançar-se para as inevitáveis acções de planeamento do território e da própria actividade turística, envolvendo nelas a participação activa do Poder Local, das Associações Sindicais e patronais, do movimento social e



lados nos corredores apertados do Poder Central se tomarem tais decisões, quanto mais distanciadas da região e dos seus vários intervenientes se conceberem as soluções, menos corresponderão à necessidade de resolver eficazmente os problemas existentes, porque as complicações aumentam e os interesses de quem domina e ao serviço de quem está o actual Governo, tenderão a sobrepor-se aos reais interesses da população e do desenvolvimento equilibrado da região.

Por último uma palavra final para a Regionalização. Aspiração profundamente sentida no Algarve e sistematicamente traída pela acção de sucessivos Governos e mais recen-

temente, em sede de revisão da Constituição, mais afastada pela complicitade do PS através dos Acordos que estabeleceu com o PSD.

Criação da Região Administrativa que sem ser panaceia para todos os males constituiria sem dúvida um instrumento indispensável ao aprofundamento da democratização do regime e uma vez edificada pela aproximação que permitia à realidade da região e à maior participação da população, era sem dúvida uma garantia maior para que as necessárias acções de planeamento que urge implementar, correspondessem melhor às necessidades presentes e futuras do Algarve. ■



A liberdade de expressão na Revolução Francesa

Quanto mais se comprimiu a pólvora no cano que a contém, mais forte e estrondosa é a explosão; acontece o mesmo com a voz do homem nascido livre: longamente reprimida, ela fermenta, se assim se pode dizer, nos seus pulmões; e assim que se liberta, já não é uma voz, mas o grito intenso que apavora os tiranos e destrói o ídolo do despotismo.

A afirmação é de Antoine-Joseph Gorsas, fundador do «*Courrier de Versailles*», que virá a ser preso, julgado e executado no mesmo dia, em Paris, no ano de 1793.

Lembrar agora as suas palavras é uma forma de introduzir um tema que constituiu um dos pontos altos da Revolução Francesa: a liberdade de expressão.

E por liberdade de expressão deve entender-se a libertação da palavra, em toda a sua acepção: a liberdade do discurso, a conquista da praça pública e de todas as tribunas onde todos podiam ser oradores e, naturalmente, a liberdade de imprensa.

Cabe lembrar que em Janeiro de 1789 não havia em França mais do que cinco ou seis jornais políticos. Com a Revolução, durante esse ano, cento e quarenta novos jornais foram criados em Paris.

O que nos remete, de imediato, para duas questões: a censura do Antigo Regime e o profundo impacto da Revolução na sociedade francesa.

A liberdade, em particular a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, que constituem um dos indicadores mais precisos da natureza dos regimes políticos, mete medo. E sobejam razões para isso.

Desde sempre a história da humanidade regista as preocupações dos regimes autoritários com o controlo da liberdade de expressão, que por sua vez constitui um dos primeiros objectivos da luta popular pelos direitos fundamentais e pela democratização da vida política.

A demonstrá-lo sem margem para dúvidas — se tal é necessário — está justamente a Revolução Francesa, que desde a primeira hora deu lugar a uma verdadeira «explosão» da palavra, derrubando todas as barreiras que lhe vedavam o acesso às mais diferentes questões de interesse nacional.

Com a Revolução, a liberdade de expressão deu origem não só a uma mudança política como também a uma mudança do discurso político. A par da praça pública, a Assembleia Nacional tornou-se o coração de todos os debates. E os jornais, mais do que expressão desses debates, tornaram-se um veículo de intervenção directa na discussão dos assuntos do Estado, no debate sobre a Constituição, num meio de pressão e de influência na formação da opinião pública.

Mas antes, como depois, um longo caminho foi percorrido no combate contra a censura.

A palavra amordaçada

É sobretudo a partir da vulgarização da tipografia, inventada por Gutenberg em meados do século XV, que aumenta a capacidade de circulação dos escritos e, com ela, as medidas restritivas à liberdade de expressão.

No início do século XVI, todo o Ocidente cristão dispõe de legislação limitativa da expressão de opiniões e da impressão e difusão de manuscritos, como forma de combater as contestações à ortodoxia religiosa e política. Da igreja, a censura passa para o poder temporal. A inquisição medieval, que o papa Paulo III reorganiza em 1542, transforma-se em tribunal político. No século XVII, o reforço e centralização do poder real levam ao reforço da censura: a informação depende da

autorização do rei, apenas este pode permitir as publicações, periódicas ou não.

A situação começa a alterar-se nos finais do século XVII e princípios do século XVIII, quando a monarquia absoluta começa a ser posta em causa em Inglaterra e a cultura das Luzes lança os germes da liberdade de expressão. O fim da dominação inglesa nos Estados Unidos, em 1776, leva os americanos a proclamar a liberdade de imprensa, o que virá a ser consagrado na primeira emenda à Constituição em 1791: «O Congresso não fará nenhuma lei limitando a liberdade de culto, de reunião ou de imprensa.»

Em França, é a Revolução que põe fim à censura ao aprovar, em 26 de Agosto, a Declaração dos Direitos do Homem que consagra, no seu artigo XI:

«A livre expressão de ideias e de opiniões é um dos mais sagrados direitos do homem. Todo o cidadão pode por isso falar, escrever e imprimir livremente, com excepção dos abusos desta liberdade nos casos previstos pela lei.»

Durante alguns anos, a França vai viver os anos dourados da liberdade de imprensa. Até que, em meados de 1792, o período que passou à História com a designação de Terror e as convulsões políticas que se lhe seguiram voltaram a mergulhar o país nas trevas da censura.

A força da palavra

O que se passou em Portugal após a Revolução de Abril pode ser apontado como um (pálido) exemplo do ocorrido em França no domínio

da liberdade de expressão. Salva-guardadas as devidas diferenças — e muitas são — não parece despropositado lembrar como a censura foi em Portugal uma arma constante da ditadura, como já antes havia sido do poder real.

Criados no país apenas depois da Restauração da independência de 1640, os jornais vão estar quase permanentemente sob a mais apertada censura, excepção feita a curtos períodos da revolução liberal e mais tarde da I República. Tristemente célebre ficou a frase de Sala-

zar, nos primórdios do Estado Novo, lembrando que em política o que não se sabe é como se não existisse, aqui citada de cor e sem mais preocupações do que transmitir o sentido visado.

Como em todas as sociedades, a queda do fascismo em Portugal foi assinalada de imediato com a liberdade de expressão, com a liberdade de imprensa. E estava-se então em 1974, dobrada já a segunda metade do século XX.

Imagine-se agora como terá sido em 1789!



Os ardinas, verdadeiros agitadores populares, levavam as «últimas» a todos os cantos da cidade enchendo as ruas com os seus pregões

A política «caiu» na rua e os cidadãos tomaram conta dela. Nos inflamados debates na Assembleia Nacional, os jornalistas de então, desprovidos dos meios técnicos que hoje se conhecem, não tinham literalmente mãos a medir para registar tudo o que se passava.

É certo que muitos jornais da época faziam autênticos relatórios das sessões, depois difundidos para todo o país e para toda a Europa onde a censura não lhes fechava as portas, mas na maior parte dos casos a imprensa foi mais longe.

Os jornais tornaram-se uma segunda tribuna dos debates e os jornalistas intervenientes activos com os seus apelos aos cidadãos, ao povo, aos patriotas e a defesa inflama da das suas próprias opiniões.

Foi a invenção do discurso, a descoberta inebriante de que tudo pode ser dito, gritado, escrito, discutido.

O jornalismo assume-se então em toda a sua dimensão como meio de informação mas também de agitação, de esclarecimento, de pressão.

A liberdade e as liberdades

A imprensa descobre o seu poder e, ao mesmo tempo, as limitações que lhe são impostas pelas tipografias, pelos métodos de distribuição. Por isso se assiste em França à proliferação de tipografias, confinadas até então ao privilégio real e não ultrapassando o reduzido número de trinta e seis em Paris; com a Revolução, evolui-se a pas-

«Interior de uma tipografia»: oficina de jornais vista por Leonard Defrance



Tomada da Bastilha — Maillard recebe as propostas dos sitiados (desenho de Jeaninet, Biblioteca Nacional de Paris)

sos largos para a conjugação dos meios, aliando as redacções dos jornais com as tipografias, numa gestão conjunta.

Por outro lado, descobre-se que a liberdade de imprensa exige a liberdade de circulação, único meio de conseguir uma projecção eficaz em todo o país, em tempo útil. Os meios de transporte dos jornais vão por isso sofrer alterações profundas.

Em todo este circuito importa não esquecer o papel dos ardinas, também eles fundamentais na divulgação dos jornais. Neste período revolucionário os ardinas são verdadeiros agitadores, anunciando os factos mais importantes por toda a cidade. Os jornalistas chegam mesmo a fazer-lhes resumos dos jornais para eles apregoarem.

É a aliança da informação com a agitação e propaganda, a demonstrar, simultaneamente, o esforço da imprensa na consciencialização dos cidadãos e os interesses destes pelas principais questões nacionais.

Seria ingenuidade pensar que com tão completo debate de ideias, tamanha liberdade de tudo dizer, as opiniões se não confrontassem, diariamente, de um extremo ao outro do espectro político.

Jornais e jornalistas, espelho da própria sociedade, vão reflectir esse confronto de ideias. De Jean-Paul Marat e do seu jornal «L'Ami du Peuple» (O Amigo do Povo) ao Padre Royon com o seu «L'Ami du Roi» (O Amigo do Rei), passando por Loustalot, apontado por alguns como um exemplo «de independência jornalística» e de quem se diz ter morrido de desgosto ao ter conhecimento do massacre dos Suíços de Châteaueux, há de tudo um pouco na história da Revolução Francesa e na sua componente fundamental que foi a liberdade de expressão. ■



Pontos Cardeais



O dilúvio

Abecasis — o tal que finalmente vai sair da Câmara Municipal de Lisboa — parece apostado numa vingança, antecipando-se à coligação «Por Lisboa» que o iria derrubar se por acaso ele se recandidatasse, embrulhado nas lutas intestinas entre o PSD e o CDS, Abecasis teve a esperteza de sair. Mas tudo indica que gostaria de reforçar a má memória que os lisboetas vão reter da sua gestão.

Não vamos recordar os tristes exemplos dessa ruínoza gestão. São patentes por todo o lado para onde a gente se volte na maior cidade do país. Mas Abecasis, que tanto tem anunciado o dilúvio para depois de si, decide agora alagar tudo antes de se ir embora. Terá sido por isso que decidiu ir provocar a ira dos moradores da Avenida dos Estados Unidos da América, local que não se poderá classificar de zona degradada, onde maiores têm sido os malefícios abecasisanos. Desta feita, o autarca quer mandar construir um silo para automóveis. «Negócio da China», acusam os moradores. E o presidente cessante: «Posso fazer o que quiser. Se estiver mal, mandem-me prender»... O «Diário Popular», que foi entrevistar Abecasis, recolhe ainda uma ameaça: «Vai haver muitas síncope cardíacas quando eu começar a construir mais silos pela cidade.» Quer dizer: o dilúvio já começou.

Subterranea mente

Não se pode dizer, porém, que Abecasis tenha construído muito enquanto andou por aí. No balanço a fazer, é quase certo que os prédios que caíram entretanto, são em maior número que as construções levantadas. Apesar das taveirices. Pergunte-se, por exemplo, aos moradores do Bairro de Santos, ali à Beneficência, que já viram o mercado em construção ser inaugurado várias vezes. E ninguém lhes garante que, até às eleições, o mercado não venha a ser inaugurado outra vez, já que, pelo afã registado nas últimas semanas, tudo se prepara, ao

que vão de um lado ao outro do «espectro político», põem-se a falar de desconfiança. De desconfiança em relação ao nível de vida dos portugueses, de desconfiança dos portugueses em relação ao Governo, de desconfiança dos empresários em relação à economia. Desconfiam de que isto não vai lá muito bem. E de facto não vai.

O «Semanário» afirma que a inflação vai trazer mais austeridade em Outubro, e prevê que o Governo venha a tomar medidas «sérias» para diminuir o consumo público. Por nosso lado, desconfiamos muito de que quem vai apertar o cinto num caso desses não

seja propriamente quem andou a gastar dinheiro a mais, mas sempre quem o gasta pouco porque mais não tem.

O mesmo jornal, de resto, revela que um terço dos portugueses são pobres, «ou seja, não têm 24 contos, por adulto, para cobrir o custo de vida mínimo». Disto a gente não desconfiava, já tinha a certeza. Entretanto, o «Correio da Manhã», entre outros, estampa na primeira página que os «empresários desconfiam da economia». Afirma mesmo, nas interiores, que, no mês passado, «a confiança dos empresários na economia do País caiu a pique», segundo dados do Instituto Nacional de Estatística. Porque será tanta desconfiança?

E mais desconfiança

Desconfiados andam, também, alguns partidos. E não admira. Se se põem a ler certos jornais, acabam por desconfiar de si mesmos e não apenas uns dos outros. É que os anúncios de coligações, acordos, desacordos e cortes de relações, tem sido a «notícia» de cada dia. Ele é o acordo do PPM com o Marcelo, desmentido por Ribeiro Teles. Ele é a candidatura de Basílio que faz romper a coligação PSD/CDS em Lisboa, ele é Abecasis, então, a candidatar-se pelo CDS. Ele é a «revolta» dos socialistas em Évora, que «O Diabo» «notícia». Desconfiamos que a direita ficou bastante confusa com a coligação «Por Lisboa»...



fim de muitos anos, para os retoques finais. Mas do que Abecasis gosta mesmo, é de deitar abaixo. E é vê-lo radiante com a demolição dos pavilhões do Martim Moniz. Radiante, embora os sapateiros, que ali estão «provisoriamente» há quase quarenta anos, não tenham para onde ir. Mas o que é uma dúzia de sapateiros? A pergunta não somos nós que a fazemos, foi o próprio quase-ex-presidente da CML quem a fez, na televisão. Ele, que tantas «pressões» tem sofrido de poderosos (segundo diz), não ia agora temer a ira de «uns sapateiros»...

No final do mandato, porém, um novo gosto se revela, a acrescentar aos que já lembramos. Abecasis, que durante tantos anos andou a sonhar com torres — e não lhas deixaram construir — volta-se agora para os silos... subterrâneos. A preparar uma saída de toupeira?

Desconfiança

De repente, e como se estivessem todos concertados, alguns jornais,



Gazetilha

por Ignotus Sum

1

Governo prometeu que nada aumentaria. A mentira, porém, é o seu melhor enfeite. Disse, e enquanto o dizia Pegava fogo à gasolina e ao leite.

Agora, todo o resto subirá. Se não sobe a vergonha é só porque não há...

2

Leite. O governo aumenta o preço, de arremesso. pois não quer, com carinho, que os ricos paguem o preço que os pobres pagam, pelo seu leitinho...

Prefere (esta moral é um adereço de venenos e picos) que os pobres paguem o preço que pagam os ricos...

3

Governo demitiu certo gestor devido ao seu feitio.

E o perfil foi a causa maior por que outro gestor Cadilhe demitiu.

Meus senhores, que tempo extraordinário! Isto é um governo ou é um infantário?...

4

Pois é assim, estatisticamente: cinco mil postos de trabalho oferecidos e vinte mil pedidos.

Cavaco está contente e afirma que isto é bom para o País.

(Ouvimos e apertamos o nariz...)

5

Diz jornal da direita que, após tantos desgostos, Cavaco, para breve, não espreeita aumento dos impostos

Como é que ele ia mais ao bolso cá da malta? Levar-lhe o próprio bolso é só o que lhe falta...

6

Por aí já se diz que os Mellos, desta vez, é que vão regressar à Tabaqueira.

Isto se ao Cavaco, o povo português quando votar não lhe der pró tabaco...

7

Cada vez mais o fogo os pinhais bate. Diz o governo com palavras maviosas que está a preparar grande combate às chamas alterosas.

... quando ele fizer tal, por este modo, já o País ardeu todo.

8

Marcelo, pra tratar do seu assunto, tirou mais uma ideia do bestunto e um almoço ofereceu, com grandes ares. Onde havia de ser... Pois no Tavares.

Podem perder a autarquia, assim o creio. Ao menos levam o papinho cheio...

Agenda

Avante!

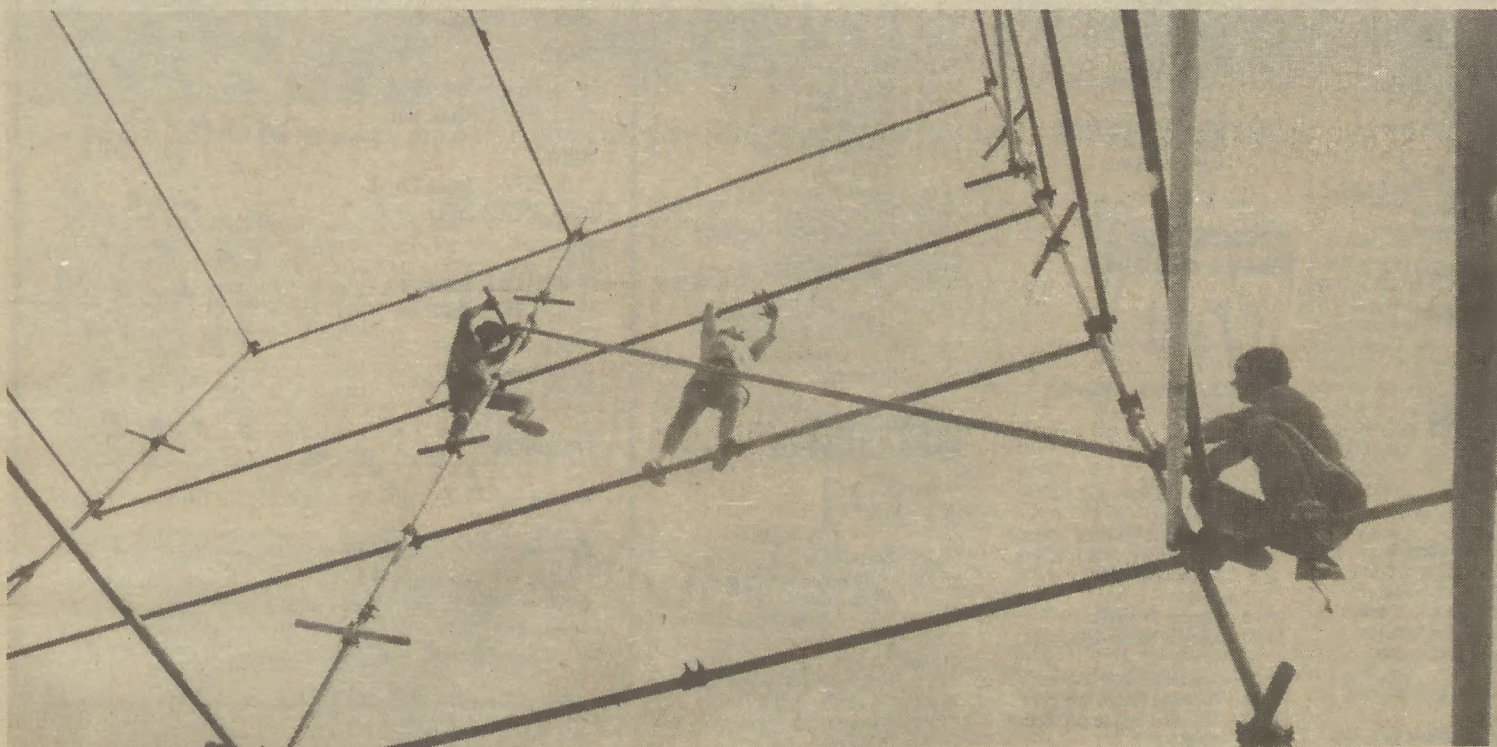
Ano 59 — Série VII
N.º 815

10 de Agosto de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido,
separadamente

Mãos à obra, que é uma festa!



Sintra acampa na Festa

A Comissão Concelhia de Sintra está a organizar os camaradas e amigos da zona para a uma jornada de trabalho «prolongada» na Festa — nos dias 12, 13, 14 e 15, não sendo evidentemente obrigatório, para nela participar, poder dispor dos 4 dias.

Além de útil a jornada pode ser ainda bem aprazível se os participantes acederam à proposta da Comissão Concelhia: levem tendas e acampem na Festa — onde, como se sabe, há instalações preparadas para atender às necessidades dos campistas mais exigentes...

Plenários da organização

Na Póvoa de Santa Iria realiza-se hoje a partir das 21.30 um plenário de militantes para discussão da situação política, preparação da Festa do «Avante!» e eleições autárquicas. O camarada **Francisco Lopes** estará presente e fará uma intervenção sobre estes temas.

Em Santa Iria da Azóia um plenário com idêntica ordem de trabalho realiza-se amanhã, dia 11, também a partir das 21.30, e terá a participação do camarada **Dias Lourenço**.

ARTOLOCA



TV O Programa

Quinta
RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Amor com Amor se Paga (10.º epis.)
13.00 – Jornal da Tarde
13.40 – Um Anjo na Terra
14.15 – O Jardim Encantado de Tom (2.º epis.)
14.40 – Rios de Portugal (2.º progr.)
15.05 – Genesis
16.00 – América Selvagem
16.30 – Ponto por Ponto
17.15 – Brinca Brincando
18.00 – Quanta Água Correu Debaixo da Ponte (últ. epis.)
18.55 – Volta a Portugal em Bicicleta
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.20 – Sassaricando (102.º epis.)
21.15 – Anjos em Fúria (II) (3.º epis.)
22.05 – Gloria Stefan & The Miami Sound Machine
23.10 – Portugal está a Mudar (4.º progr.)
23.40 – 24 horas
00.10 – Remate.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – O Grande Sertão: Veredas (repetição, 17.º epis.)
16.30 – Quem Sai aos Seus...
16.55 – Sinhá Moça (123.º epis.)
17.30 – Trinta Minutos Com...
18.00 – TV 101 (14.º epis.)
19.00 – Music Box
19.55 – Os Intocáveis
00.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Maude
21.55 – Desgarradas
22.55 – Hitchcock Apresenta...
23.30 – Primeiro Andamento.

Sexta
RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez



«Siegfried» — Terça, RTP-2

12.15 – Amor com Amor se Paga
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Gloss (9.º epis.)
14.25 – Imagem e Imagens
15.05 – Simple Minds
16.05 – América Selvagem
16.30 – Ponto por Ponto
17.15 – Brinca Brincando
18.00 – Quando as Mulheres Triunfam (série, 1.º epis.)
18.55 – Volta a Portugal em Bicicleta
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.20 – Sassaricando
21.15 – Telemundo
21.45 – Jogos sem Fronteiras
23.30 – 24 Horas
24.00 – Remate
00.30 – Pela Noite Dentro — «F. Scott Fitzgerald e a Bela Zeld», real. George Schaefer (EUA/1974, 96 min.)

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora, Escolha
16.55 – Sinhá Moça
17.30 – Trinta Minutos Com...
18.00 – A Aventura do Impossível (últ. epis.)
19.00 – Haja Música
19.55 – Os Intocáveis
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – O Estouro (série, 1.º epis.)
22.30 – Rumo aos Céus (últ. epis.)
23.20 – Entre Barreiras
23.50 – Rotações.

Sábado
RTP1

10.00 – Juventude e família (Desporto e Ciência, era uma vez a vida, O safari do João Valentão, Cervos e Gamos, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Get Smart)
12.30 – Trânsito
13.00 – Notícias
13.10 – A Tribo das Penas Brancas (2.º epis.)
14.05 – Sessão da Tarde «Três em Acção», real. David

Green (EUA/1986, 96 min.)
16.00 – Festival da Canção do Alto Tâmega
17.35 – Crime, Disse Ela
18.20 – Vivamúsica
19.10 – Sete Folhas
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
21.35 – Sabadabadu (reposição, 3.º progr.)
22.35 – As Noites Revolucionárias (6.º epis.)
23.20 – Cinema da Meia Noite «Horror de Dracula», real. Terence Fisher (GBR/58, 79 min.)

RTP2

10.00 – A Malta de Bronx (15.º epis.)
10.50 – A Guerra de Troia (2.º epis.)
11.50 – Compacto «Amor com Amor se Paga»
16.00 – Estádio
19.30 – Quem Sai aos Seus
19.55 – Music Box
20.50 – A Saga do Padrinho (9.º ult. epis.)
21.15 – Segredos e Mistérios
23.30 – Basquetebol Internacional.

Domingo
RTP1

10.00 – Juventude e Família
11.15 – Missa
12.05 – 70x7
12.30 – TV Rural
13.00 – Notícias
13.10 – Estrada Fora (últ. epis.)
13.55 – Alô, Alô
14.40 – Primeira Matinée «Adeus às Armas», real. Charles Vidor (EUA/1957, 149 min.)
17.25 – Jogos de Verão
19.00 – Maniacos do Desporto (2.º epis.)
20.00 – Jornal de Domingo
20.30 – Boletim Meteorológico
20.35 – Alf, uma Coisa do Outro Mundo
21.15 – Crime à Portuguesa (4.º epis.)
22.10 – Domingo Desportivo.

RTP2

10.00 – Troféu
12.00 – Caminhos
12.30 – Outras Terras, Outras Gentes (série, 1.º epis.)
13.00 – Troféu
19.00 – Sobrevivência (2.º epis.)
19.50 – 17 Obras de Grandes Autores
20.40 – Lusitania Expresso
21.05 – Artes e Letras «Hemingway» (2.º progr.)
22.10 – Cineclubes — Ciclo F. W. Murnau: «Aurora» (Alemanha/1927, 110 min.)

Segunda
RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Amor com Amor se Paga
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – A Rota de Howard
14.15 – A Brigada Falcão
14.40 – Os que não Voltaram
15.05 – Japan Live
16.00 – América Selvagem
16.30 – Ponto por Ponto
17.25 – Brinca Brincando
18.25 – Quando as Mulheres Triunfam (2.º epis.)
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.20 – Sassaricando
21.15 – Masada (série, 3.º epis.)
23.05 – Portugal ao Encontro da sua História
23.35 – 24 horas
00.05 – Remate.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora Escolha
16.55 – Sinhá Moça
17.30 – Trinta Minutos Com...
18.00 – Greve na Escola (telefilme)
19.00 – Music Box – Police
19.55 – Os Intocáveis
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Teatro Português: «Um Dia na Capital do Império», enc. Helder Costa, real. Helder Duarte, elenco de «A Barraca»

Terça
RTP1

09.00 – Bom Dia
09.55 – «Missa da Assunção de Nossa Senhora» (transmissão directa de Veneza)
11.05 – Às Dez
12.15 – Amor com Amor se Paga
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Feriados Nacionais
13.45 – Dallas
14.30 – Os Filhos dos Flintstones
14.55 – Bairros Populares de Lisboa – Mouraria
15.20 – Os Trovante no Campo Pequeno
16.20 – América Selvagem
16.45 – Ponto por Ponto
17.35 – Brinca Brincando
18.25 – Quando as Mulheres Triunfam
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.20 – Sassaricando
21.15 – Processo Arquivado (últ. epis.)
22.15 – Primeira Página
23.15 – Chefe, Mas Pouco... (5.º epis.)
23.40 – 24 horas
00.10 – Remate.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Rumo aos Céus (8.º epis.)
16.20 – Tempos de Música
16.55 – Sinhá Moça
17.30 – Trinta Minutos Com...
18.00 – Music Box
19.55 – Os Intocáveis
20.45 – Cem Grandes Quadros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Cine Magazine
22.00 – Cinemadois: «Siegfried», real. Andrej Domalik (Polónia/1986, 93 min.)

Quarta
RTP1

09.00 – Bom Dia
10.00 – Às Dez
12.15 – Amor com Amor se Paga
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Colt em Acção (9.º epis.)
14.15 – Os Campbells (2.º epis.)
14.45 – Festas e Romarias de Portugal
15.05 – Pili Live
16.05 – América Selvagem
16.30 – Ponto por Ponto
17.25 – Brinca Brincando
18.25 – Quando as Mulheres Triunfam
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.20 – Sassaricando
21.10 – Vamos Jogar no Totobola
21.30 – Lotação Esgotada: «Duelo ao Pôr-do-Sol», real. Robert Aldrich, argum. Dalton Trumbo,

Filmes

«F. Scott Fitzgerald e a Bela Zeld» — 6.º, 00.05, RTP-1
«Três em Acção» — sáb., 14.05, RTP-1
«O Horror de Dracula» — sáb., 23.40, RTP-1
«Adeus às Armas» — dom., 14.20, RTP-1
«Aurora» — dom., 22.10, RTP-2
«Siegfried» — 3.º, 22.00, RTP-2
«Duelo ao Pôr-do-Sol» — 4.º, 21.30, RTP-1

Música
Quinta

15.05, RTP-1: Genesis
22.10, RTP-1: Gloria Stefan e os Miami Sound Machine
23.20, RTP-2: Primeiro Andamento

Sexta

15.05, RTP-1: Simple Minds
19.00, RTP-2: Haja Música

Sábado

18.20, RTP-1: Vivamúsica
19.55, RTP-2: Music Box

Segunda

15.05, RTP-1: Japan Live-I
19.00, RTP-2: Police

Terça

15.20, RTP-1: Trovante
18.00, RTP-2: Music Box

Quarta

15.10, RTP-1: Pili Live

Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (00.10), 6.ª (24.00), 2.ª (00.05), 3.ª (00.10) e 4.ª (00.15).

Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.50

Estádio — RTP-2, sáb., 16.15

Troféu — RTP-2, dom. (10.00 e 13.00)

Basquetebol: RTP-2, sáb., 23.30

Atletismo: Meeting Internacional de Munique, 4.ª, RTP-2

fotogr. Ernest Laszlo,
interpr. Rock Hudson, Kirk
Douglas, Doroty Malone
(EUA/1964, 105 min.)

23.45 – 24 horas
00.15 – Remate.

RTP2

15.00 – Filhos e Filhas
15.25 – Agora Escolha

16.55 – Sinhá Moça
17.30 – Trinta Minutos Com...
18.00 – Paisagens da Terra
(4.º epis.)
18.55 – Meeting Internacional de Munique

21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Grande Sertão: Veredas
(22.º epis.)
22.10 – Atletismo (Meeting de munique)

Teatro

O Cartaz
LISBOA

Casa da Comédia,
Rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom., às 22.00. What Happened to Madalena Iglesias?, de Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala 1 – De 3.ª a dom., às 21.30. Como É Diferente o Amor em Portugal, de Fernando Gomes a partir

de Júlio Dantas, enc. Fernando Gomes. **Café-Teatro** – 5.ª, 6.ª e sáb., às 24.00. Inox. (até 3/9).

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb., às 21.00, dom. às 16.00. O Filho do Ar, sobre textos de Coteau/Tchekov/O'Neill, encen. Carlos Fernando.

Teatro Maria Ma-

tos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16 e 21.30. Quem Tramou o Comendador.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. A Prova dos Números Novos, revista de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e

Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos.

ALMADA

Teatro Municipal de Almada, de 3.ª a sáb., às 21.00, dom. às 15.00 e às 21.00. Marco Milhão, de Eugene O'Neill, enc. Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.



Novo lançamento



Fotografia
V. Golovnya
Intérpretes
V. Baranovskaya
N. Batalov

Realização

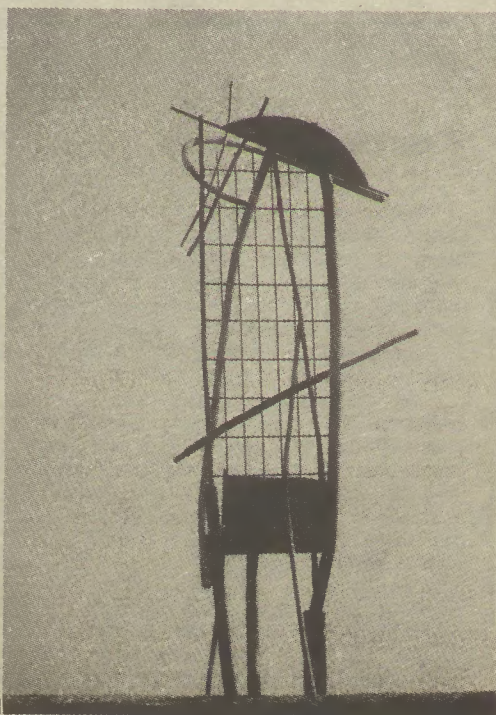
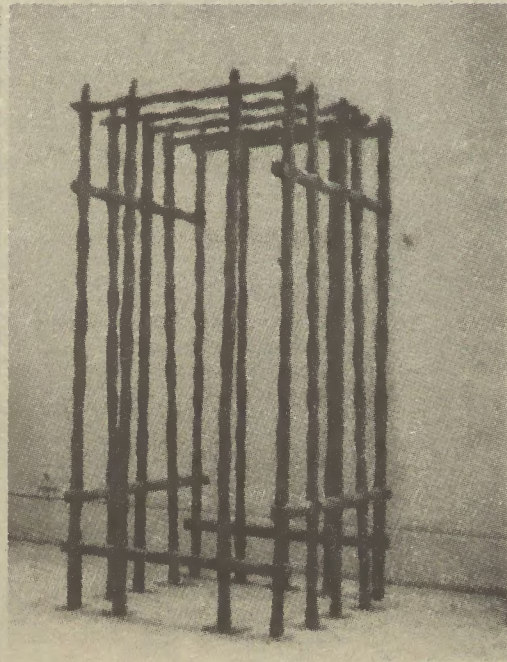
A MÃE

Pedidos a CRAC SERVIÇOS

Avenida Gen. Humberto Delgado, Lote 13, CZ n.º 3

Queluz Ocidental — 2745 QUELUZ

Exposições



Esculturas de artistas da Holanda, Argentina, Noruega, Espanha, entre outros, na Bienal Internacional de Óbidos

LISBOA

Amália Rodrigues — 50 Anos — A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18.

Ângela Garcia — Pintura em batik. Gal. Espiral. Praça Ilha do Faial, 14. De 2.ª a sáb. das 12 às 21.30. **Arte em Berlim. De 1900 até Hoje** — Pintura, escultura. Centro de Arte Moderna, R. Nicolau Bettencourt, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 19.30 (até 24/9).

Bonecas do Japão — Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria dos Congressos. De 3.ª a dom. das 10 às 17. **Carlos Botelho** — Retrospectiva de pintura. Fundação Calouste Gulbenkian, Piso O. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 19 e 30.

Carlos Carneiro — «Catedrais»: aguarelas, carvões, águas-tintas. Fundação Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 19.30 (até 3/9). **Colectiva** de gravura; serigrafias e litografias de artistas portugueses desta galeria e de estrangeiros. Galeria 111,

Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 15/8). **Colectiva** de pintura (Alda Nobre, Manuel Vieira, Sofia Areal). Gal. Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2.ª a sáb. das 15 às 20. **Colectiva** de pintura (António Palolo, António Viana, Daniel Nave, Isabel Garcia, João Moreira, José Paulo Ferro, Luís França, Rocha Pinto). Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. até às 13.

Colectiva de pintura e desenho (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortes Pao, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorovius). Módulo — Centro Difusor de Arte, Calc. dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 14/8). **Colectiva** de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30. **«As Cores da Revolução»** — Colectiva de obras de Jacques Bernar e de artistas portugueses que trabalham ou trabalharam em Paris (Bertolo, Candeias, Cargaleiro, Dacosta, Escada, Costa Pinheiro, Pomar, Vieira da Silva, entre outros). Palácio Nacional da Ajuda-Galeria do Rei D. Luís, Calçada da Ajuda. De 3.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. e dom. das 10 às 17 (até 10/9).

J. Seward Johnson — Esculturas em bronze. Jardins da Fundação Gulbenkian. **Livros Antigos Portugueses** (impressos e manuscritos) sobre a História dos Descobrimentos. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 15 às 20. **Livros Portugueses de Cozinha** — bibliográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até 31/8).

Maria Kell — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17. **Pintura Portuguesa Contemporânea** — 200 obras do espólio do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10 às 13 e das 14 às 17. **Rever Lisboa** — Fotografias da colecção da Câmara Municipal de Lisboa. Monumento das Descobertas (Belém). Das 9 às 19; à 2.ª das 14 às 19. **Tapeçarias do Séc. XVI**. Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17. **Teotónio S. Agostinho** — Pintura e desenho. Galeria João Hogan, Rua da Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, Sáb. das 15 às 19 (até 18/8).

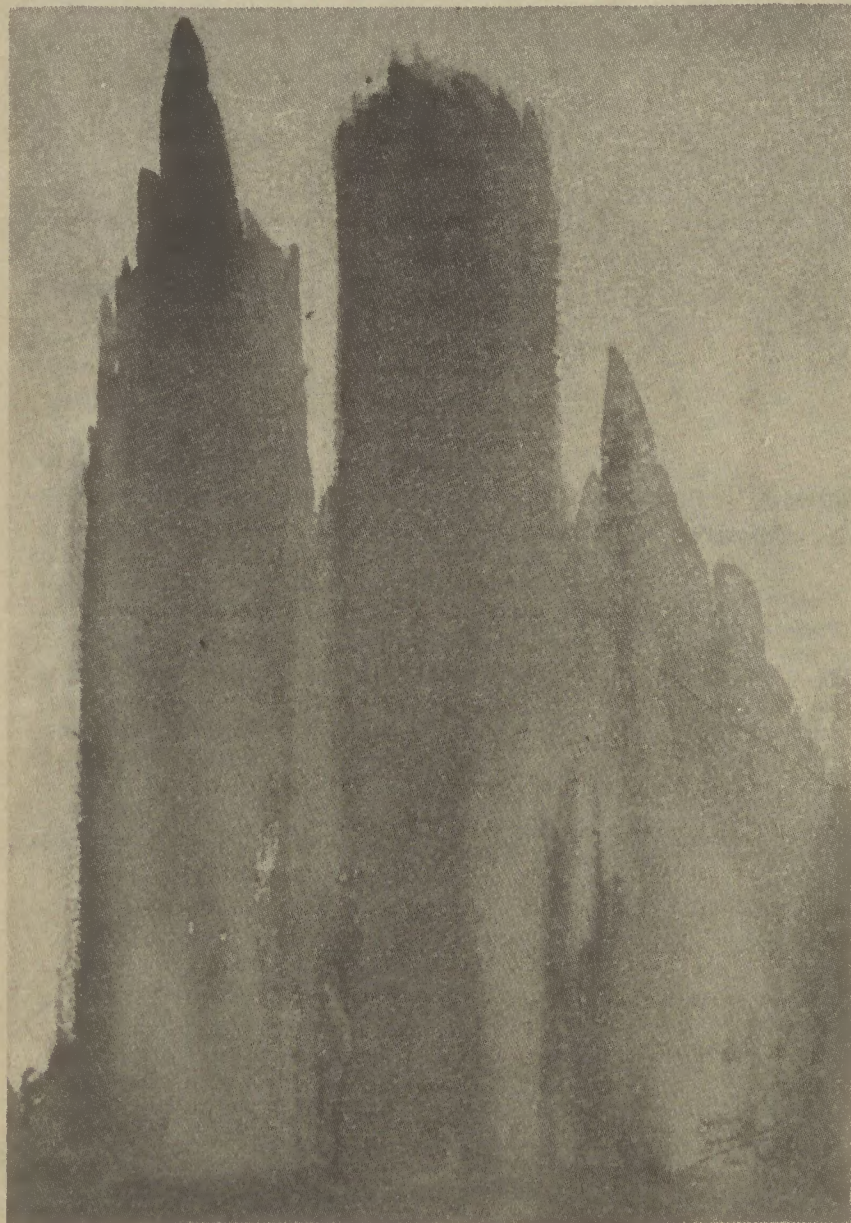
PORTO

Abel Salazar — Exposição comemorativa do centésimo aniversário do seu nascimento. Museu Nacional Soares dos Reis. De 3.ª a dom. das 10 às 17. **9.ª Exposição Colectiva dos Sócios da Arvore**. (Até 4/9). Cooperativa Arvore. **Colectiva** de pintura luso-espanhola. Inter-Atrium, Av. da Boavista, 1471 (até 19/8).

Maria Gabriel — Gravura. Clube Lago MONTE ESTORIL. **Escultura Contemporânea** (2.ª Bienal Internacional de Óbidos). Solar da Praça de Santa Maria, das 10 às 19 ÓBIDOS. **OUTRAS LOCALIDADES** **Galeria Aberta** — Colectiva de pintura, escultura, desenho e gravura. (Até 7/9). Galeria Municipal, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 74-A ALMADA. **2.ª Mostra de Escultura ao Ar Livre**. Até 30/9, Parque Central AMADORA. **A Jovem Escultura Portuguesa**. Instalações da Bidalcar. De 2.ª a 6.ª das 9 às 19, sáb. das 9 às 13 (até 15/9) AVEIRO. **3.ª Bienal de Escultura e Desenho das Caldas da Rainha e Retrospectiva de Escultura de Martins Correia**. Pavilhões do Parque D. Carlos I. De 2.ª a 6.ª das 15 às 20, sáb. e dom. a partir das 10 (até 15/9) CALDAS DA RAINHA. **António Sena** — Pintura e desenho. Convento dos Capuchos. De 2.ª a sáb. das 16 às 19.30.

COSTA DE CAPARICA **Maria José Oliveira** — Pintura. Galeria Arcada, Arcadas do Parque. De 4.ª a 2.ª das 11 às 13 e das 14 às 19 (até 6/9) ESTORIL. **Azulejos do Concelho de Loures** (Sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3.ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 LOURES. **Maria Gabriel** — Gravura. Clube Lago MONTE ESTORIL. **Escultura Contemporânea** (2.ª Bienal Internacional de Óbidos). Solar da Praça de Santa Maria, das 10 às 19 ÓBIDOS.

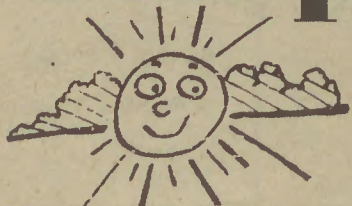
Colectiva de Escultura «A escultura habita esta casa». Até 14/9, Centro de Arte de S. JOÃO DA MADEIRA. **Luís Andrade** — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA. **Edith Forjaz** — Pintura. Palácio Nacional da Pena. De 3.ª a dom. das 10 às 17 SINTRA. **Francisco Gaia** — Pintura. Galeria Municipal de Exposições. De 3.ª a dom. das 15 às 22 (até 27/8) VILA FRANCA DE XIRA. **1.ª Bienal de Fotografia de V.F. Xira**. Sala do Celeiro do Edifício Patriarcal (até 31/8) VILA FRANCA DE XIRA.



Uma das «Catedrais» de Carlos Carneiro expostas na Fundação Gulbenkian

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica).

Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado, apresentando-se temporariamente muito nublado por nuvens altas, no Sábado, nas regiões do Sul. Vento fraco. Neblina ou nevoeiro matinal. Tendência para pequena subida de temperatura.

Cinema A selecção

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Fuga sem Fim	★★★★	★★★	★★★
B	Histórias de Nova Iorque	★★★★	★★★★	★★★★★
C	Irmãos Inseparáveis	★★★★	★★★★	★★★★
D	Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos	★★★	★★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Sidney Lumet — Alfa/3 (14.15, 16.45, 21.45, 00.15), Amoreiras/8 (14.30, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
B — Real. M. Scorsese, F.F. Coppola e W. Allen — Quarteto (21.30, 23.30) — Lisboa.
C — Real. David Cronenberg — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Lisboa.
D — Real. Pedro Almodóvar — Quarteto/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

a TV

Factos e fatos

Tinham-se escoado os breves dias, os primeiros dias de férias. E eu pensava; «Que bom, voltar ao meu posto de trabalho! E certamente agora vou aborrecer-me menos. Com a aproximação das autarquias, a informação na RTP há-de ganhar mais bom-senso, mais calma, mais... honestidade»...

Ingénua criatura! Mas então quando diabo é que me nasce o dente do siso?

Logo nesse primeiro dia de arregaçar as mangas, o **telejornal** abriu com o ministro Dias Loureiro. Não respirava ainda meia dúzia de vezes quando aparece o Bagão Félix com peroração sobre «o frentismo popular». Cavaco Silva, depois. Depois alguém cita Cavaco, a inaugurar não me lembro o quê. E quando cuidava que estava a vilanagem farta, pois veio a sobremesa com Roberto Carneiro...

Conclusões:

1 - Com a aproximação das autárquicas, recrudescer na televisão a informação oficial.

2 - Aumenta a propaganda do PSD.

3 - Não apenas os ministros, mas os autarcas simpáticos lá vão aparecendo...

4 - A propaganda do PSD processa-se a todos os níveis. Pura propaganda, aqueles programas sobre o país que está a «mudar»...

5 - Marcelo Rebelo de Sousa, o teórico dos «factos políticos», leva a teoria à prática. Por exemplo: ele reúne com a Associação dos Arquitectos, e a câmara de televisão, solicita, aparece. Noticiava... «um facto político». Aproveita Marcelo para falar ao telejornal e dizer: «Quando eu for presidente...»

Ou seja: ao contrário do que supunha a minha vã ingenuidade, a «falcatrú» informativa na RTP tende a aumentar.

Com os factos de Marcelo. Fatos, melhor dizendo, que a informação da RTP veste da melhor vontade...

...e em Portugal?

Telemundo trouxe-nos uma reportagem sobre o neo-nazismo. Reportagem valiosa e de grande utilidade.

Tudo começou por causa daquelas eleições na Alemanha em que um partido neo-nazi obteve nove por cento.

A reportagem teve muita utilidade para destruir a filosofia em que assentam determinados comentários políticos, segundo os quais o perigo nazi não passa de um fantasma. Um fantasma que, afinal, ainda mexe...

Claro, não trazem o seu «patrono» para a rua, embora o tenham espalmado na parede da sede onde, por diversas formas, lhe prestam homenagem. Mas a panóplia hitleriana está toda no seu discurso: a luta contra a corrupção, a grandeza da raça ariana, a xenofobia, a demoníaca demagogia da solução do desemprego, etc, etc.

Telemundo mostrou-nos o que se passa numa Alemanha onde, logo a seguir ao fim da guerra, e com o beneplácito dos ocupantes americanos, o combate ao nazismo afrouxou escandalosamente.

Pronto, ficámos a saber o que se passa na Alemanha. Mas talvez **Telemundo** tenha a excelente ideia de nos vir dizer, em breve, o que se passa em Portugal. E não terá de procurar muito.

Recordemos, a título de mero exemplo, os camiões que, durante as eleições presidenciais, circulavam por Lisboa cheios de suásticas e de braços estendidos...

PCP, o espertalhão!!!

A informação na RTP, ao nível dos horários mais ricos, orienta-se pelas posições dos barões do PSD. Dias Loureiro insiste na tecla anticomunista, levanta-se de novo o espantinho do devorador de criancinhas, a fim de atemorizar os de consciência mais frágil.

Criar divisões entre os que se opõem a Cavaco é claramente o que se pretende quando no **jornal de sábado** se diz: «O PCP é o único partido que vai conseguindo o que quer, sem alarido...»

O espertalhão do PCP, estão a ver? Estão a ver como ele leva à certa os ingéniosos socialistas? Estão a ver como o lobo mau come as ovelhas?...

No **frente a frente** entre Vasco da Graça Moura e Fernando Piteira Santos, o Vasquinho das navegações lá veio com a **onda vermelha** que se transformaria em **maré vermelha** no «frentismo de esquerda». Claro que Piteira Santos sorriu e, ao recordar o reagrupamento da direita com todo o perigo que isso representa; o recurso a M. Rebelo de Sousa em desespero de causa para tapar o buraco de Abecasis (inventado pelo «frentismo de direita», lembremos); a «onda laranja» que cai sobre Lisboa (Cascais, Oeiras, Sintra...) — deitou por terra as atoardas e as palavrices de quem possivelmente de políticas entenderá apenas uma: a sua.

E parece que não se tem dado muito mal. Certo, o poetinha foi pontapeado da RTP depois de uma fanfarronada juvenil contra o Poder. Mas isso aconteceu há muito, muito tempo...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Locais

Com sacrifícios e dedicação, publicam-se inúmeros jornais regionais e locais que, completando a informação nacional, têm um lugar muito próprio na comunicação social portuguesa e ganham o carinho dos leitores, espalhados por tudo o que é sítio, mas ligados pelas notícias da terra. São da imprensa local e regional os recortes desta semana.

Com Beleza na Covilhã

«Para lá da euforia

Quem, distante da euforia oficiosa do cortejo, acompanhasse a ministra da Saúde, durante a visita ao Hospital da Covilhã, haveria de pensar que estamos no melhor dos mundos. Em questão tão dilemática como a Saúde, parecia que tudo se resumia, afinal, no caso covilhanense, a uma desadequada estrutura física, que assim é o Hospital. Uma ou outra excepção serviram apenas para confirmar a regra do nacional seguidismo, receita muito em voga no país das maravilhas, onde tudo é excecute e o Governo nunca se engana. Num reino talhado a essa medida, um ministro é criatura providencial que, às vezes, com o sacrifício que se conhece, desce ao terreno que os mortais habitam, desta vez a Beira. Quem, como nós, conhece a extensão das críticas e dos males que afligem a Saúde, interroga-se, naturalmente, sobre a utilidade destas visitas ministeriais anunciadas cujo mérito se restringe menos a produzir alterações qualitativas na saúde que (não) temos do que a originar singulares desvelos de limpeza no Hospital e zonas adjacentes. Fica tudo um brinquinho, menos os problemas estruturais que, esses, não se resolvem com cosmética de circunstância. É preciso ir fundo, que a doença já não cede a paliativos.

Urgentemente

À porta fechada, para a comunicação social, foi a sessão de trabalho realizada no Hospital. Desta vez, também não houve conferência de imprensa, oportunidade excelente para chegar à fala com a ministra. E havia tanta coisa para perguntar! Como aquelas questões inadiáveis que, na edição da semana passada do JF, frontalmente, colocámos à Senhora Ministra da Saúde. Perguntas que aguardavam resposta. Urgentemente.

A partir de agora

Um dos nossos repórteres conta: "Em Unhais da Serra,

foi a apoteose!" Na geografia da saúde, em Unhais vivem muitos com a vida a prazo. São os portadores de paramiloidose. A presença da ministra desencadeou agora um entusiasmo colectivo, difícil de prever ainda há menos de um ano, quando o Ministério da Saúde cortou na participação de vitaminas; tão necessárias àqueles doentes. É certo que Leonor Beleza visitou uma obra notável — o Centro local da Paramiloidose — que inúmeras vezes aqui temos referido como caso exemplar a merecer outros e mais largos apoios. A ministra, em clima de festa, anunciou que os doentes dos pézinhos teriam, a partir de agora, participação total nos medicamentos. Anoto: a partir de agora. Põe-se assim cobro a uma situação desumana e lamentável. O povo agradeceu, claro. Curioso país, onde até a justiça elementar, como se não fosse um direito, se agradece! Povo venerador e obrigado."

(«Jornal do Fundão», 21 de Julho)

Não foram, mais perderam

«A televisão, a rádio e os jornais perderam uma reportagem digna de registo, ao não comparecerem à 20.ª aula de Alfabetização Musical, no dia 11 de Junho, domingo à tarde, no Pavilhão da Siderurgia Nacional, em Paio Pires.

Foi uma obra de arte, a que o Poeta teria dedicado um soneto, um dia depois do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Esta iniciativa da Junta de Freguesia de Arrentela, orientada pelos professores de música Luís Filipe Garcez e Natacha Garcez, mobilizou 760 alunos de 55 professores de todas as Escolas Primárias da Freguesia, para além de duas centenas de jovens convidados do Ensino Preparatório e Secundário, que actuaram perante milhares de pessoas, um público maravilhoso que fez silêncio para ouvir a música e saudou com apoteóticos aplausos todas as actuações.

Os autores do projecto, responsáveis pela sua concepção e implementação nas Escolas, trouxeram para a Freguesia natal de Luís Garcez a experiência pedagógica multicultural adquirida em Bruxelas, de onde é natural a professora Natacha e onde

ambos concluíram os estudos superiores de Música, tendo sido distinguidos ao mais alto nível pelo governo belga, para além de terem recebido a medalha do Conservatório de Paris. Em equipa vivem a música e dirigem, actualmente, quatro projectos-piloto:

«Musicalmente», da iniciativa da Câmara Municipal de Almada, que abrange todo o Ensino Secundário do Concelho de Almada; um **co-projecto encomendado pela Fundação Calouste Gulbenkian**, no âmbito de uma futura experiência pedagógica desta instituição a nível nacional, com vista a dinamizar uma acção de formação que engloba a Escola, com incidência particular na ligação escola-meio; o projecto de **Alfabetização Musical** e os Seminários de Formação para Professores, «A Pedagogia Musical nos Fins do Séc. XX», no Concelho do Seixal.

O Boletim Municipal entrevistou os autores do projecto, a fim de transmitir às crianças os segredos para aprender a ler uma pauta, tocar um instrumento, fazer instrumentos musicais e actuar em público, com aplicação e sensibilidade.»

(Boletim Municipal do Seixal, Julho de 1989)

Pensionista e leitor

«Agora que ouvimos e vimos através dos órgãos da comunicação social as promessas eleitoralistas de alguns «senhores» que fazem parte deste (des)Governo, nós, famílias pensionistas, vivemos em Portugal «dito da CEE», e temos de mendigar ou suicidar-nos (espero que isso não venha a acontecer).

Aqui vos lanço o alerta porque somos milhares de pensionistas condenados, muitos de nós a passar fome e todo o tipo de privações, vendo muitas vezes com amargura os nossos próprios filhos a enveredar pelos caminhos da droga, da prostituição, do roubo, etc., situações que renuncio, pois defendo e luto pela dignidade e a honra da família perante a sociedade. Mas para isso este Governo não pode atribuir pensões de 14 600\$00 como é o meu caso e de muitos outros.

Depois de 24 anos numa empresa foi este o prémio do meu trabalho, num país que se diz estar na CEE. Pergunto ao senhor ministro se é com 14 600\$00 mensais que posso dar futuro a dois filhos e mulher que tenho a meu cargo. Não tenho automóvel para sustentar, mas sim uma família para dar o mínimo de conforto e dignidade. Para isso, senhores demagogos do nosso Governo, as pensões deveriam ser comparadas ao ordenado mínimo nacional!

Espero que o meu desabafo tenha acolhimento junto daqueles que se dizem defensores da miséria com a barriga cheia (como dizia há dias um senhor deputado do PSD na Assembleia da República) pois é um problema que aflige a maioria dos pensionistas. *Lanço aqui o meu alerta! Aliviem a nossa miséria!*

MANUEL S. DIAS»

(«A Voz de Famalicão», 26 de Julho)

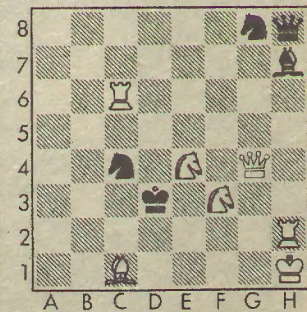
Xadrez

CCXIV — 10 de Agosto de 1989

Proposição N.º 214/A

Por: L. Schor

1.º prémio «Die Schwalbe», 1938
Pr.: [5]: Cs.g4,g8-Bh7-Dh8-Rd3
Br.: [7]: Cs.é4,fz-Bç1-Ts.c6,h2H-Dg4-Rh1



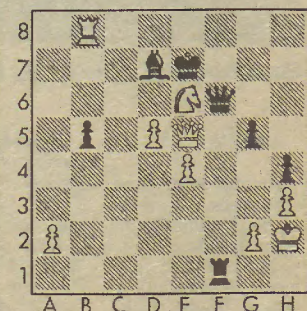
Proposição N.º 214/B

Por: Adolf Andersen

— 1851, contra Staunton

Pr.: [7]: Ps.b5,g5,h4-Bd7-Tf1-Df6-Re7

Br.: [9]: Ps.a2,D5,é4,g2,h3-Cé6-Tb8-Dé5-Rh2



Soluções do N.º CCXIV

N.º 214/A (L.S.): Chave:
1. Dé6! (2. D:c4++)
1. ..., Cç joga; 2. Cf2++
1. ..., Cé3; 2. Td2++
N.º 214/B (A.A.): 1. d6+, Rf7; 2. Tf8+, Rg6; 3. Tf6... e Br. ganham.

A. de M.M.

Damas

CCXIV

10 de Agosto de 1989

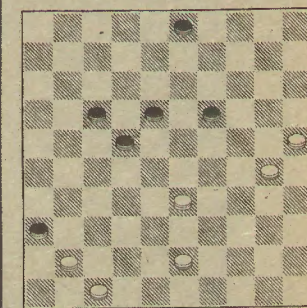
PROPOSIÇÃO N.º 214

(inédita?)

Por: Germain Avid

Pr.: [6]: 3-17-18-19-22-36

Br.: [6]: 25-30-33-41-43-47



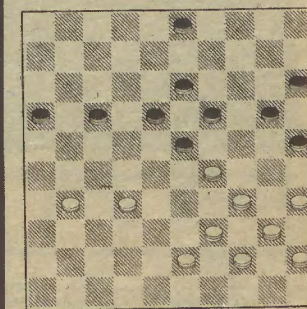
Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 214

Por: Marcel Deslauriers (Canadá) contra Edmondo Fanelli (Itália)

Pr.: [10]: 3-13-15-16-17-18-19-20-23-25

Br.: [10]: 29-31-32-34-35-39-40-43-44-45



Jogam as pretas e fazem Dama

SOLUÇÕES DO N.º CCXIV

Miniatura n.º 214 (G. A.): 25-20 (3-9*), 20-15 (9-14*), 33-28 (22×33), 43-38 (33×42), 47×38 (36×47=D), 30-24 (47×20), 15×11+ Golpe n.º 214 (M.D.): ... (25-30), 34×14 (23×34), 14×21 (16×49=D)+.

A. de M.M.

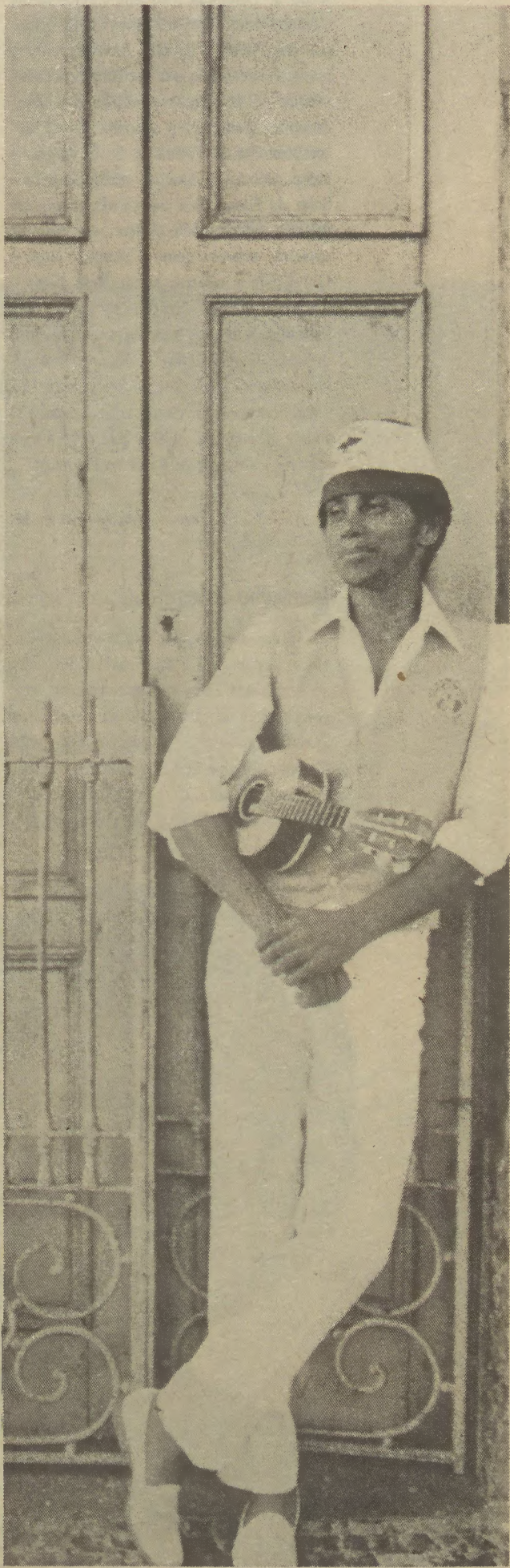
Paulo Moura

Págs. 4/5



Paulinho da Viola

Págs. 2/3



галерея галерея галерея галерея галерея галер

*Jovens pintores soviéticos
expõem na Festa do «Avante!»*

Págs. 10/11

O princípio

Paulinho da Viola, cujo nome de batismo é Paulo César Batista de Faria, entrou no mundo da música pelas mãos de seu pai, o oficial de Justiça César Faria, hoje com 69 anos, exímio violinista que na década de 30 chegou a integrar o célebre conjunto Época de Ouro. Faria costumava promover animados saraus em sua casa de Botafogo, e Paulinho costumava se deliciar com os recitais de Pixinguinha, Altamiro Carrilho e Jacob do Bandolim. Paulinho formou-se em Contabilidade e foi trabalhar como bancário, mas sempre de olho na música e no futebol, esporte em que era considerado um craque pelos amigos. Ganhou a música. Paulinho conseguiu a simpatia da ala dos compositores da Portela e, ao conquistar a independência da família, mudou-se para o Solar da Fossa, uma espécie de pensão em Botafogo que também abrigou, em início de carreira, músicos como Caetano Veloso e Gal Costa e actores como Beth Faria e Claudio Marz. «Éramos tropicalistas e Paulinho, sambista, o que representava uma divisão», lembra Gilberto Gil, que frequentava o Solar. «Mas nossa turma o respeitava pelas inovações musicais de seus sambas.» Pouco depois, na esteira dos festivais de música, a carreira de Paulinho descolava.

in «VEJA» — 8 de Fevereiro de 1989

Inovação e tradição

O cruzamento que Paulinho estabelece entre a tradição e a modernidade lhe valeu ao longo dos anos, no meio artístico, parceiros e admiradores que não costumam gravitar no samba. O compositor Arrigo Barnabé, que se dedica a combinar a MPB à música erudita de vanguarda, procurou Paulinho em 1983 para lhe presentear com

um de seus LPs e acabou ganhando uma letra para sua melodia *Crotalus Terrificus*. Arrigo gravou a música no LP *Tubarões Voadores* e, de quebra, recebeu a visita de Paulinho no estúdio, para emprestar sua voz à faixa *A Europa Curvou-se ante o Brasil*. «Ele é um dos poucos compositores que conseguem inovar dentro da tradição», avalia Arrigo. Já o cantor e compositor Renato Russo, do conjunto Legião Urbana, um dos mais ferozes do rock nacional, admite sem pudor que não gosta de samba — só de Paulinho da Viola. «A boa música transcende o estilo e o Paulinho tem um coração muito forte, transmite paz de espírito», opina Russo. «Paulinho é um ótimo compositor e um grande cantor», diz Nara Leão, uma das melhores cantoras brasileiras, que já gravou de Paulinho *Coisas do Mundo*, *Minha Nega*, *Catorze Anos e Recado*. A interpretação de *Coisas do Mundo*, em que a cantora é acompanhada pelo próprio Paulinho, está entre as coisas mais lindas já feitas em matéria de música popular no Brasil. Nara concorda que, artista popular, Paulinho tem extremo refinamento como músico e letrista. «Acho que gosto tanto do que o Paulinho faz porque o estilo dele tem algo a ver com o meu», arrisca Nara, acertando na mosca. O compositor e a cantora compartilham uma simplicidade comovente na maneira de se expressarem: versos do tipo

As coisas estão no mundo

Só que eu preciso aprender
escapam da banalidade e da pieguice para se tornarem verdades emocionantes.

in «VEJA» — 8 de Fevereiro de 1989

Opiniões

VEJA — *Você tem algum pudor em usar instrumentos eletrificados, como guitarra, na música brasileira?*

PAULINHO — Esse negócio de eletrificar, na verdade, no sentido de criação, tem um peso muito pequeno. O mais importante não é eletrificar, mas saber o que você tem a dizer. Eu já toquei cavaquinho eletrificado para acompanhar escola de samba e isso não teve a menor importância. O que vale é o resultado.

VEJA — *Músicos como Raimundo Fagner e Alceu Valença misturaram rock e baião. O que lhe parece?*

PAULINHO — Acho que, misturar ou não, o resultado é o que importa. Eu admiro muito o trabalho deles. E inclusive não acredito que tenham entrado nesse esquema com o objectivo de conquistar a juventude. No meu caso, se eu tiver que usar, por exemplo, cavaquinho eletrificado, vai ser porque estarei sentindo necessidade.

VEJA — *O choro nunca teve problemas com a Censura?*

PAULINHO — Aquilo que é instrumental, que é apenas música, não interessa à Censura. Ela está preocupada é com as letras.

VEJA — *E você, já teve problemas?*

PAULINHO — Já, e isso prejudicou meu trabalho. A Censura existe num nível de repressão, num sentido de desestimular

mesmo, de intimidar. No momento em que você percebe que a Censura proíbe coisas que não tem o menor sentido proibir, então você diz: esses caras são burros. Mas burros somos nós, que não percebemos que isso é uma jogada para desestimular a criação do homem, sua fertilidade. A criação, para ela, não importa, mas para nós é tudo. Tudo, no sentido em que para o povo brasileiro, para a cultura brasileira, a criação é vital.

O maior consenso da MPB

Paulinho da Viola é o maior consenso da MPB! É um grande político da música. Soma todas as correntes, é estimado e respeitado por todas, tomando posição, dizendo a própria verdade, jamais se omitindo.

Realizando a postura do antiestrela, ele consegue apenas somar. Musicalmente está na faixa dos consolidadores e não dos desbravadores ou inovadores. Pertence à linha de compositores cujo talento é um sintetizador de tendências e correntes, inclusive as

Paulinho da Viola



novas. Essa faixa é diferente das dos desbravadores ou inovadores. Este rompem o estabelecido, agredem até mesmo sem o querer, estão sempre operando sobre a inquietação e a busca do novo.

Consolidadores e desbravadores, uns não são melhores que os outros. Brahms era consolidador. Debussy era desbravador, ambos são importantes. Paulinho é consolidador, Caetano é desbravador, ambos são importantes. Os consolidadores de gênio inovam dentro do estabelecido. Os desbravadores de gênio preservam o que é essen-

cial dentro da desestruturação completa do estabelecido. Uso a palavra consolidador pois não é conservador o que pretendo significar: é consolidador mesmo.

Antiestrela por excelência, Paulinho traz a sabedoria ancestral do povo. Vai de vagar e firme. Não cede aos apelos burgueses nem aceita certas decadências existenciais disfarçadas de contestação ao sistema. Não sai da sua posição como criador e sambista, apoia o novô, posiciona-se politicamente, diz as próprias verdades sem agredir, nega intromissões não brasileiras. Tudo

isso, porém, é feito mais nas obras e na atuação dele que em entrevistas ou nas atitudes para uso externo.

Limpeza, correcção e sabedoria são três traços desse mulato trópico-oriental suave, de fala mansa, nenhuma declaração bombástica e sabida firmeza na acentuação e defesa do que é genuinamente brasileiro e popular urbano. Daí a obtenção do ímpar lugar de maior consenso da música popular brasileira.

Arturo de Távola

Uma palavra amiga

«O que eu mais admiro no Paulinho da Viola é a capacidade de desprezar a enorme variedade de rótulos que tentaram colar na fantasia dele. O Paulinho não é pós-moderno, não é cool, não é soft, nenhuma dessas

lantejoulas com as quais mentes colonizadas disfarçam sua vacuidade. O Paulinho é da viola. É um compositor negro que sabe como a produção multinacional age: se o malandro faz o que ela quer, é gênio, é pararicado, ganha comidinha na boca, mas quando a consciência do artista (que é também social) diz não às exigências espúrias do *marketing* corrompido, bom, aí, aquele animador cultural louro, boa-praça, viajado, etc. vira a mesa, te bota na geladeira, parte pra ameaças veladas ou explícitas e proclama junto à patotinha do suborno que o fulano está decadente.

Paulinho é um rio em nossas vidas. Silencioso ou não, continua fluindo sua intemporal permanência. Uma vez, tinha eu pouco mais de 14 anos de idade, ouvi o Paulinho cantar. "Já não tenho folhas verdes que possa te oferecer". O meu coração se deixou levar.»

Aldir Blanc



Paulo Moura

**Paulo Moura
por si próprio**

Iniciei a minha carreira musical, tocando sax e clarineta, em orquestras do tipo *big-band*, lideradas por Osvaldo Borba, Ari Barroso, mas os quintetos, quartetos e trios me fascinavam pelo estilo novo que vinham introduzindo. Acho que ouvi todos os discos do quinteto de Charlie Parker, o criador do *bebop*. Mas aquele ambiente musical em franca transformação me levou a procurar a protecção de um emprego público. Concorri e fui aprovado no concurso para solista de clarineta da Orquestra Sinfónica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 59. Enquanto na orquestra, participava esporadicamente das *jam sessions* que mais tarde se tornaram as *bossa-nova sessions* do saudoso Little Club do Beco das Garrafas, no Rio. Conseguia, às vezes ser licenciado para cumprir contratos no exterior. Viajei pela Rússia, Estados Unidos, Grécia e Japão.

A primeira vez que toquei em Nova Iorque foi em Novembro de 62, no famoso festival de bossa-nova do Carnegie Hall. Desde então, tenho viajado pelo mundo afora.

Saí da Orquestra Sinfónica em 78 para or-



ganizar a minha carreira de solista, mesmo considerando os obstáculos que deveria superar. O surgimento do solista profissional de formação jazzística é muito recente no Brasil. Até há pouco tempo, o acompanhamento instrumental aos cantores, era a única opção para o músico. Ainda hoje as emissoras de rádio dão preferência em divulgar os lançamentos dos artistas filiados a determinadas gravadoras. De 81 para cá, já gravei oito elepês, que jamais ouvi nas rádios. Esta dificuldade de divulgação do meu trabalho venho superando através de apresentações ao vivo em teatros, casas noturnas ou bailes de gafieira. As domingueiras dançantes do Parque Lage, no ano de 85, deram a oportunidade para a formação do meu grupo «Gafieira Etc. e Tal», que me acompanhou o ano seguinte à França e Estados Unidos.

Mantenho com a pianista Clara Sverner uma agenda de concertos em duo, constando do nosso repertório obras de Bach, Haendel, Villa-Lobos, Marlos Nobre, Edino Krieger e outros compositores que se dedicam a compor para a formação de sax e piano.

Do jazz ao Brasil

— O jazz não me satisfaz desde 1976, quando gravei o disco *Confusão urbana suburbana e rural*. O processo jazzístico em geral apresenta quase todas as músicas com a mesma forma, ou seja, tema e variação. E variação sempre em cima da harmonia apresentada no tema. Funcionou bastante até certa época. Até o *bebop*, na década de 40, quando Charlie Parker começou a apresentar uma forma de música mais interessante para eu cultivar.

— Foi por isso que você se voltou para a música negra do Brasil?

— Não sei se foi pela saturação dessa forma antiga de jazz, mas senti necessidade de me impregnar de música brasileira. Além disso, em 1975, estava na casa do americano Ornette Coleman, um grande inovador do jazz, porque libertou a música da necessidade de seguir a harmonia estabelecida no tema, que servia de acompanhamento para a improvisação. Assim nasceu a forma chamada *free jazz*. Ele liberou e criou essa forma em que tenho me apresentado. É uma nova teoria a respeito da improvisação, de evitar, fugir sempre de uma coincidência melódica entre o baixista, o baterista e o solista improvisador. Esse contato com Ornette Coleman foi uma das razões que me fizeram mergulhar na música brasileira. Ele tem vontade de vir ao Brasil tocar com uma escola de samba. Talvez um dia venha mesmo. Então eu comecei a preparar esse dia, não é?

— E de que maneira você preparava essa viagem?

— É imprevisível. Dentro da minha formação, da minha vivência, tento me aproximar da percussão do Rio e buscar um entrosamento do sopro com a percussão da escola de samba. *Confusão urbana* saiu assim, um ano depois de minha volta dos Estados Unidos. Aí, em 1979, fui ao Japão. Tenho sempre de ir lá longe para perceber as coisas aqui. Eles querem coisas brasileiras feitas em casa, porque nossa música chegava lá via EUA, com Sérgio Mendes e Airto Moreira. Aí raciocinei o seguinte: como



a formação jazzística é muito forte em mim, queria mais contato não só com percussionistas, mas com compositores. Poderia contribuir para desenvolver aqui a música instrumental. Ouvi muito Pixinguinha, Jacob do Bandolim, Radamés Gnattali. Sempre imaginei que poderia abrir facilmente um mercado na Europa com esse tipo de música. E vem dando certo.

Assim é Paulo Moura

Paulo Moura é sem dúvida alguma um dos músicos mais versáteis e ecléticos do Brasil e

até do mundo. Não seria exagero algum compará-lo a Benny Goodman, clarinetista e *band-leader* que nas décadas de 30/40, em plena época do *swing*, sentia-se à vontade e fazia prova de seu talento, interpretando um complexo concerto de Stravinski, como também ao tocar «Honeysuckle Rose» de Fats Waller.

Assim também é Paulo Moura.

(...)

Compositor, orchestrador, arranjador e regente, Paulo Moura é um dos músicos brasileiros de maior prestígio internacional. Em seu repertório, há um pouco de tudo: jazz, gafiei-

ra, chorinho e música erudita. De Ary Barroso ao pianista Arthur Moreira Lima, passando por nomes como Milton Nascimento, Elis Regina e Ney Matogrosso, a lista dos artistas com quem já trabalhou é extensa. Solista da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro de 1959 a 1976, foi também pioneiro do jazz no País. É considerado o grande responsável pela revitalização da música instrumental brasileira, com o lançamento do disco «Confusão Urbana, Suburbana e Rural», que mescla, numa síntese, sons populares e eruditos.

Roberto Leon Ponczek



Paulo Moura e a pianista clássica Clara Sverner: um disco com obras de Villas Boas, Chiquinha Gonzaga e outros compositores, gravado por ambos, constituiu um acontecimento na vida musical brasileira.

Jazz na Festa (1)

De tradições também vive «a festa!». De boas tradições, dizemos nós, como será o caso dos espectáculos de Jazz, que, em todas as edições da «Festa do Avante!», tem levado esta expressão particularmente inventiva da música dos nossos tempos, a um número de pessoas cada vez maior, numa comunhão de simples curiosos e amantes indefectíveis do género, caso quase único em Portugal.

Só para aguçar o apetite, aqui deixamos uma primeira informação sobre o que será, este ano, o «Jazz na Festa», para falar de duas bandas que se apresentarão na Quinta do Infantado: a portuguesa «coolJAZZorchestra», uma agrupamento que se apresenta com características pouco vulgares para o nosso meio; e o «Quarteto Swing de Praga», em Loures para, mais uma vez, confirmar o apetrechamento técnico de excepção que suporta a qualidade artística da generalidade das bandas de Jazz que dos países socialistas têm chegado «à festa!». Esta semana, sobre «Jazz na Festa» será tudo, outras novidades aqui chegarão... ■

coolJAZZorchestra:

Ó que o som fumega!

B. B. King, Albert Collins, James Brown e Otis Redding! Estes senhores não estarão (este ano) nos palcos da «Festa do Avante!», mas a «coolJAZZorchestra» vai reviver aí a imortalidade de alguns clássicos do Rhythm'n Blues, criação de gente como aquela, ponto de partida para a carreira de uma banda portuguesa que desde Março deste ano aposta num projecto onde a par do talento e virtuosismo, já diversas vezes reconhecido aos dez elementos da orquestra originária do Porto, se junta o cuidado invulgar com a coerência visual dos espectáculos produzidos – cuidado a justificar a criação, por um conhecido estilista da capital nortenha, dos fatos que os músicos vestem, e a concepção de uma coreografia e movimentação em palco por uma bailarina profissional.

Profissionalismo e qualidade são de resto as grandes apostas desta «coolJAZZorchestra», que no início da sua carreira apresenta um repertório assente essencialmente em temas tradicionais do «rhythm'n blues», «soul», «rock», «funky» e... «jazz».

É a procura de uma linguagem comum entre músicos de quadrantes diversos, do Jazz ao Rock, linguagem que ao mesmo tempo é comum a grande parte do potencial público da banda, não enjeitando a possibilidade de a breve prazo a «coolJAZZorchestra» vir a dispor de temas originais que possibilitem, por exemplo, a gravação discográfica, embora o projecto esteja, de momento, virado para a



A «coolJAZZorchestra», vestida a rigor por um estilista do Porto

produção de bons espectáculos que na parte musical encontram nas secções rítmicas e de sopros da banda um atingir de particular relevância.

Preencher uma lacuna no panorama musical

português, com prazer e empenhamento, este um dos motivos que fez reunir estes músicos, aos quais não têm faltado espectáculos um pouco por todo o País.

A «coolJAZZorchestra» é liderada por Pedro

Abrunhosa, músico que dirigiu durante três anos a Orquestra da Escola de Jazz do Porto, contando um curriculum extenso e invejável no panorama musical português, quer em termos de formação quer em termos de participação e colaboração em projectos com nomes internacionais e nacionais de nomeada, estando agora a dirigir e a dar voz a esta orquestra. Mário Barreiros é o baterista, um homem que está ainda no «Sexteto de António Pinho Vargas» e no «Sexteto de Jazz de Lisboa», que foi guitarrista do grupo de rock «Jafumega», estudou com Billy Hart, trabalhou com Wayne Shorter, fez concertos em Inglaterra, Escócia, França, Espanha, Paris, Macau, etc. Enfim, alguém que para muitos dispensa apresentações!

Na «coolJAZZorchestra» Eugénio Barreiros toca piano e sintetizadores e, tal como seus irmãos, esteve juntamente com António Pinho Vargas, José Nogueira, Álvaro Marques e Luís Portugal no grupo «Jafumega» sendo o compositor de «Ribeira», «Latina América» e «Nó Cego». É professor da Escola de Jazz do Porto e aluno do professor Fausto Neves. Paulo Pinto está encarregue da guitarra, um homem que fez parte do grupo rock «Salsu Parrilha» e fez parte da Orquestra da Escola de Jazz do Porto, tendo estudado guitarra com o espanhol Joaquim Iglésias.

José Menezes é o saxofone alto, esteve no quarteto «Banda de Bolso» e tocou com António Pinho Vargas, Rui Júnior, Mário Laginha, a orquestra de Miguel Graça Moura e faz parte do «Quarteto de Saxofones do Porto» e da «Orquestra de Paulino Garcia». É também professor da Escola de Jazz do Porto e da Escola de Música Caius.

O saxofone tenor está entregue a Manuel Caspurro, instrumento que estudou em Espanha, em seminários internacionais de Jazz com Dave Schnitter, David Liebman, Bob Moses, John Tchicai, passou por diversas formações da música Pop/Rock, foi professor da Escola de Jazz do Porto onde também foi membro da orquestra.

Paulo Leocádio é o saxofone barítono, que estudou na Escola de Música do Porto com o professor Américo Aguiar, frequenta a Escola de Jazz da capital nortenha onde foi membro da orquestra dessa escola.

Rui Brito toca trompete, esteve no agrupamento rock «Taxi», frequenta o Conservatório de Música do Porto, participa em concertos da Orquestra Sinfónica daquela cidade e toca com orquestras de câmara e grupos de metais.

Paulo Gomes é o baixo eléctrico, tem formação de guitarra clássica, instrumento de que é professor, mas paralelamente interessou-se pelo baixo eléctrico e contrabaixo e tem actuado por todo o País com as mais diversas formações, como a Orquestra de Jazz do Porto e, mais recentemente, o Quarteto de José Menezes/Manuel Beleza.

Quim Né é percussionista, é o único destes dez músicos que não nasceu no Porto. Quim Né é natural de Ílhavo mas iniciou os seus estudos musicais no Conservatório da cidade invicta, estudando a percussão com Rui Júnior tendo feito parte do grupo «O Ó Que Som Tem?», para além da Orquestra de Paulino Garcia ou do grupo de António Pinho Vargas, entre outros.

Estes são os dez músicos que fazem a «coolJAZZorchestra». Passe o trocadilho, quase nos atrevíamos a dizer que esta banda, que vai estar na próxima edição da «Festa do Avante!» é, de facto, uma «big band!». ■

Quarteto de Swing de Praga: Uma surpresa na Festa!

O «Quarteto de Swing de Praga» é uma banda checoslovaca fundada em 1972 pelo pianista Vladimir Klusák com um conjunto de músicos já com longa experiência em diferentes áreas do jazz e que actualmente é constituída também por Zdenek Mayer (clarinete), Jan Freiburg (vibrafone) e Ivan Dominák (bateria e percussão); procurando juntos uma orientação até junto da música produzida originalmente na chamada «época de ouro do swing», dos anos 30 e 40.

Com um repertório versátil que inclui alguns dos melhores «standard» do swing

norte-americano, este quarteto interpreta igualmente algumas das obras do jazz actual da Checoslováquia, de autores como J. Jezek, S. EW. Nováček ou E. F. Burian, para além de introduzir sistematicamente no alinhamento dos seus espectáculos, alguns temas de composição própria. Durante a sua existência, este quarteto de swing obteve um sucesso notável tanto no seu país como no estrangeiro, destacando-se, entre outras, as participações no Festival Internacional de Jazz de Hannover em 1976, no Festival Internacional de Jazz de San Sebastian em Espanha, nos anos de 1974 e 1977, onde Klusák obteve o prémio de melhor solista desse festival. Entre 1978

e 1982 o grupo participou em numerosos Festivais Internacionais, na RDA, em Francfort, Spremlingen, Varsóvia, participações essas que se foram repetindo, pois nos últimos anos as diversas organizações desses festivais renovaram os convites a este «Quarteto de Swing de Praga», para assim voltarem a actuar nesses eventos, passando também em *tournées* pela Holanda, Bélgica, Dinamarca, RFA, Áustria, Itália, Espanha, Marrocos, União Soviética e, até mesmo, Japão, onde de resto acabaram por ficar durante um mês em digressão, tal o sucesso aí alcançado. Com cerca de uma dezena de LPs editados em gravações de estúdio e ao vivo, na Checoslováquia, RFA, Dinamarca e União Soviética; este quarteto representa, quatro ou cinco vezes por ano, o seu país, não só em Festivais Internacionais de Jazz mas também em ciclos de música clássica, como sucedeu em Espanha em 1987 e na União Soviética em 84, 85 e 86.

Do curriculum dos músicos que fazem parte deste quarteto, será justo assinalar o facto de Vladimir Klusák ter trabalhado em Boston, nos Estados Unidos, com o grande Teddy Wilson, em três semestres de frequência do mundialmente famoso «Berklee College of Music».

Eles vão estar este ano na Festa do «Avante!». Para muitos vão ser, decerto, uma surpresa. Para nós são a garantia e a expectativa de um espectáculo que cumprirá a tradição dos bons espectáculos de jazz que «a festa» tem tido. ■



Da esquerda para a direita: Vladimir Klusák, Zdenek Mayer, Ivan Dominák e Jan Freiburg

CDU e autarquias

Uma obra um projecto uma grande exposição na Festa

No pavilhão central da Festa encontra o visitante uma grande exposição sobre o trabalho dos comunistas e seus aliados nos órgãos autárquicos.

É justo valorizar esta acção, é importante mostrar os frutos, é necessário, tanto mais neste ano de eleições, reforçar os apoios à CDU.

Tudo começa com um painel sobre o poder local democrático como conquista irreversível da revolução de Abril; depois recorda-se o que é a CDU como força política, os traços que caracterizam a sua gestão nas autarquias, a sua influência no país e a sua evolução eleitoral.

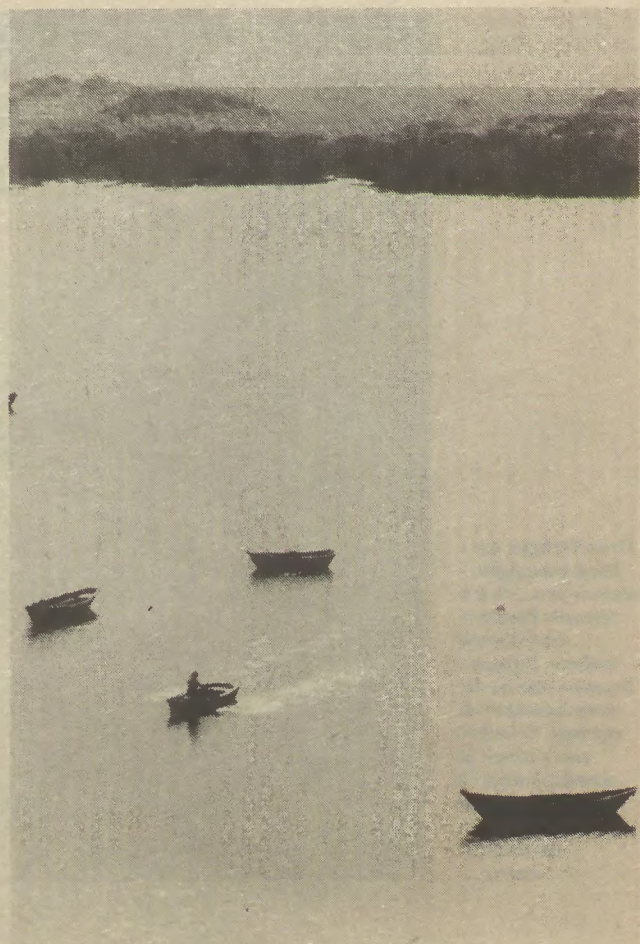
No total, cerca de 80 painéis servem de suporte a oito núcleos temáticos: CDU nas autarquias; acção sociocultural e desportiva; ambiente e qualidade de vida; associativismo intermunicipal; planeamento, ordenamento, desenvolvimento; juventude; gestão e funcionamento autárquico; grandes propostas eleitorais. O tratamento dos vários temas (em termos nacionais) foi atribuído a organizações regionais e a capital da exposição foi Coruche.

Neste espaço do pavilhão central pode informa-se sobre o que é a AECOD e como são utilizados os seus dinheiros e saber, como vão ser as instalações da biblioteca e arquivo histórico do Seixal ou do teatro intermunicipal Loures-Amadora; conhecer a escola de bailado de Montemor-o-Novo e muitos exemplos de preservação e divulgação do património histórico e cultural; a colaboração das autarquias com as colectividades e associações populares e as grandes iniciativas, nomeadamente desportivas e culturais, que levam a cabo; as várias acções de defesa do ambiente e da qualidade de vida, desde a luta contra o alargamento do campo de tiro de Alcochete aos programas intermunicipais de saneamento do Tejo ou ao apoio à habitação social; o

trabalho das associações de municípios e os projectos que têm em vista promover o progresso de distritos e regiões, uma vez resolvidos os problemas essenciais das populações a nível de saneamento básico e abastecimento de água e electricidade; o apoio à juventude e suas associações; as inovações na gestão e administração das autarquias.

Apoiada por meios audio-visuais, computadores, maquetes, fotografias, gráficos, a exposição tem ainda uma área de recepção, informação e atendimento dos visitantes.

Certamente conhece o que os homens, mulheres e jovens que actualmente estão na CDU têm feito na sua freguesia e no seu concelho, estejam eles em maioria ou em minoria. Na exposição pode confirmar que, a nível nacional, a Coligação Democrática Unitária, realmente, tem nas autarquias uma obra realizada e um projecto de futuro. ■



6.^a Bienal já é um êxito

Álvaro Perdigão, que a Bienal homenageia, é (disse-o o crítico de arte Fernando Pamplona) «visceralmente moderno. Deforma o figurativo para lhe dar maior intensidade de expressão. Deforma-o para o reduzir ao essencial. Porque é o essencial que ele procura nas pessoas, nas coisas, na Natureza...»



Termina amanhã, dia 11, o prazo de inscrição na VI Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!». O júri de admissão, constituído por Hilário Teixeira Lopes, Isabel Sabino, Manuel Gusmão, Manuel San Payo, Maria Gabriel, José Man e António Domingos, reúne-se nesse mesmo dia para a selecção final de obras, pelo que vai ser possível divulgar durante a próxima semana o elenco definitivo dos artistas representados. No entanto, é desde já legítimo vaticinar o grande êxito que vai ser esta festa das artes plásticas na Festa: há poucos dias a comissão organizadora da Bienal anunciava a participação confirmada de mais de duzentos artistas convidados, com cerca de cinco centenas de obras, e as primeiras listas de participantes divulgadas davam conta da presença de numerosos artistas há muito consagrados, a par de muitos jovens pintores e escultores recentemente revelados. É de crer que a própria Bienal será palco de novas revelações — aliás, à semelhança do que aconteceu em anteriores edições.

Bartolomeu Cid dos Santos ou Ana Maria Botelho ou Guima estão entre muitos outros grandes nomes e artífices das artes plásticas portuguesas contemporâneas cuja participação está confirmada



Uma galeria de luxo

Dos artistas plásticos convidados para participarem na 6.^a Bienal da Festa do «Avante!», o gabinete de imprensa da Festa podia já confirmar ontem à tarde a presença dos seguintes:

Álvaro Carneiro, Américo Silva, Ana Maria Botelho, Aníbal Falcato Alves, António Carmo, António Delgado, António Domingos, António Fernando, António Folgado, António Marinho de Andrade, António Pimentel, António Sem, Artur Fino, Bartolomeu Cid, Boavista Amaro, Cândida do Rosário, Capela, Carlos Lança, Carlos Dutra, Carlos Reis, Carmo Pólvora, Costa Martins, Dário Boaventura, Edgar Xavier, Eduardo Lima Teixeira, Eduardo Neves, Ercília Gonçalves, Estêvão Soares, Fátima Neves, Fernando Cruz, Fernando Oliveira, Fernando Saraiva, Francisco Geraldo, Gabriela Vaz, Gil Rodrigues, Glória Raynalds, Guilherme Casquilho, Guima, Hélder Carvalho, Henrique Pichel, Henrique Silva, Hilário Teixeira Lopes, Humberto Lebroto, Isabel Cabral, Isabel Sabino, Ivone Baleta, João Antero, João Duarte, João Regueira, José Aurélio, José Man, José Mouga, José Rodrigues, José Viana, José Zagalo, Juan Soutulo, Luís Ralha, Luís Rodrigues, Luísa Gonçalves, Lurdes Freitas, Manuel San Payo, Margarida Santos, Margarida Tengarrinha, Maria Barreira, Maria Gabriel, Maria Irene Ribeiro, Maria Keil, Matilde Marçal, Maurício Pênia, Paulo Hernâni, Pedro Fazenda, Pedro Monteiro, Raquel Oliveira, Reinakdo Silva, Ribeiro Farinha, Rodrigo Cabral, Rogério Amaral, Rogério Ribeiro, Sá Nogueira, Sara Mendes, Teresa Dias Coelho, Tomás Maia, Vasco da Conceição, Victor Belém, Victor Palla, Virgílio Domingues, Zé Penicheiro. ■

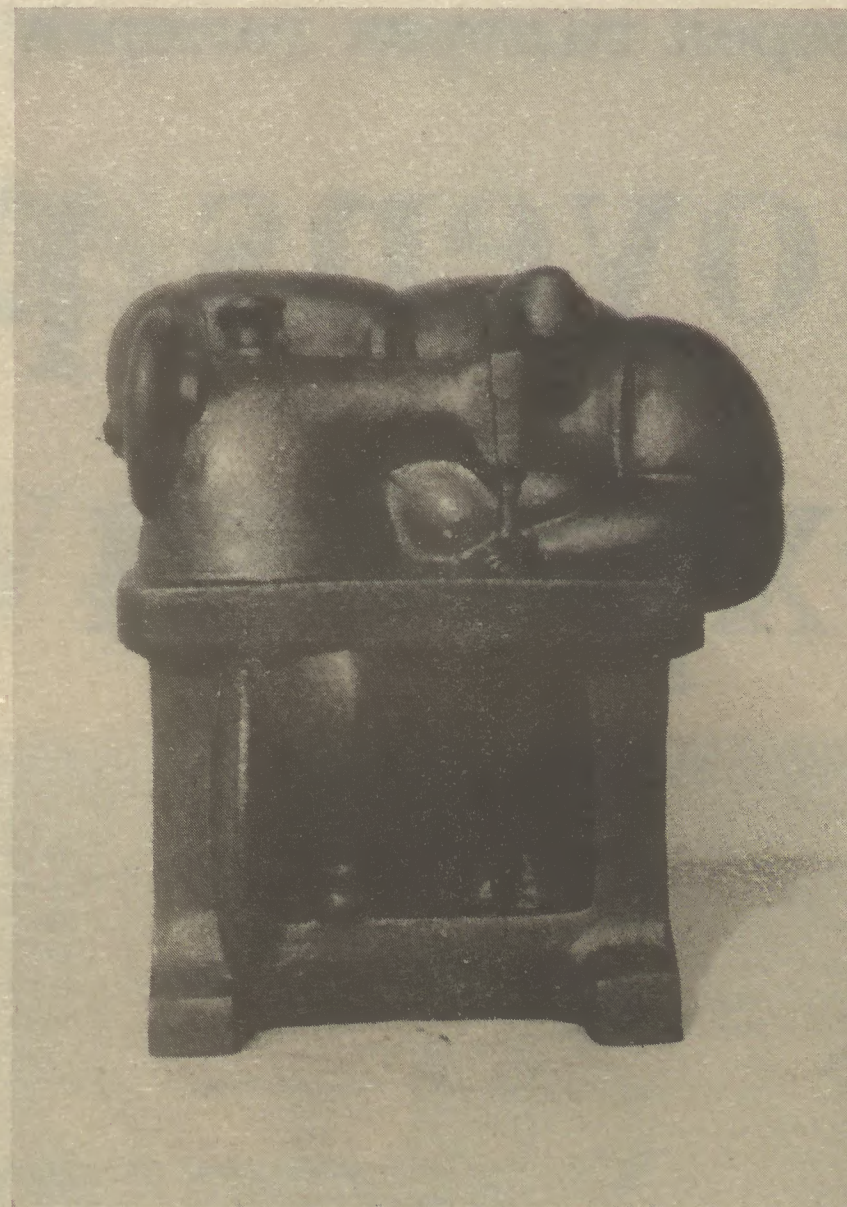
Uma exposição sem barreiras

A Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» erguer-se-á mais uma vez num espaço nobre, o Pavilhão Central, aberta ao público único que é o da Festa — gente de todo o País, de todas as idades, condições sociais e culturais. Essa é a sua principal singularidade, surpresa e prazer mesmo para os que habitualmente visitam exposições e museus. A Bienal é, por outro lado, no domínio das artes plásticas, um espelho da própria Festa: um amplo espaço de encontro de artistas de todas as correntes, expressões e técnicas, esteticamente tão plural quanto vasto e heterogéneo é o público a que se abre. A única limitação à participação dos artistas plásticos diz respeito ao número de obras admitidas: 3 no máximo. Para além disso, e quanto às obras dos artistas que tomaram a iniciativa de se inscreverem, ao júri de admissão caberá decidir sobretudo (não se dirá «simplesmente...») em função do valor «qualidade», condição adquirida ao longo das cinco anteriores edições desta mostra, e que o prestígio de tantos dos artistas já confirmados para este ano e o do próprio júri garantem. No mesmo espaço estará também patente uma exposição de homenagem a Álvaro Perdigão, oportunidade — previsivelmente única para a maior parte de nós —

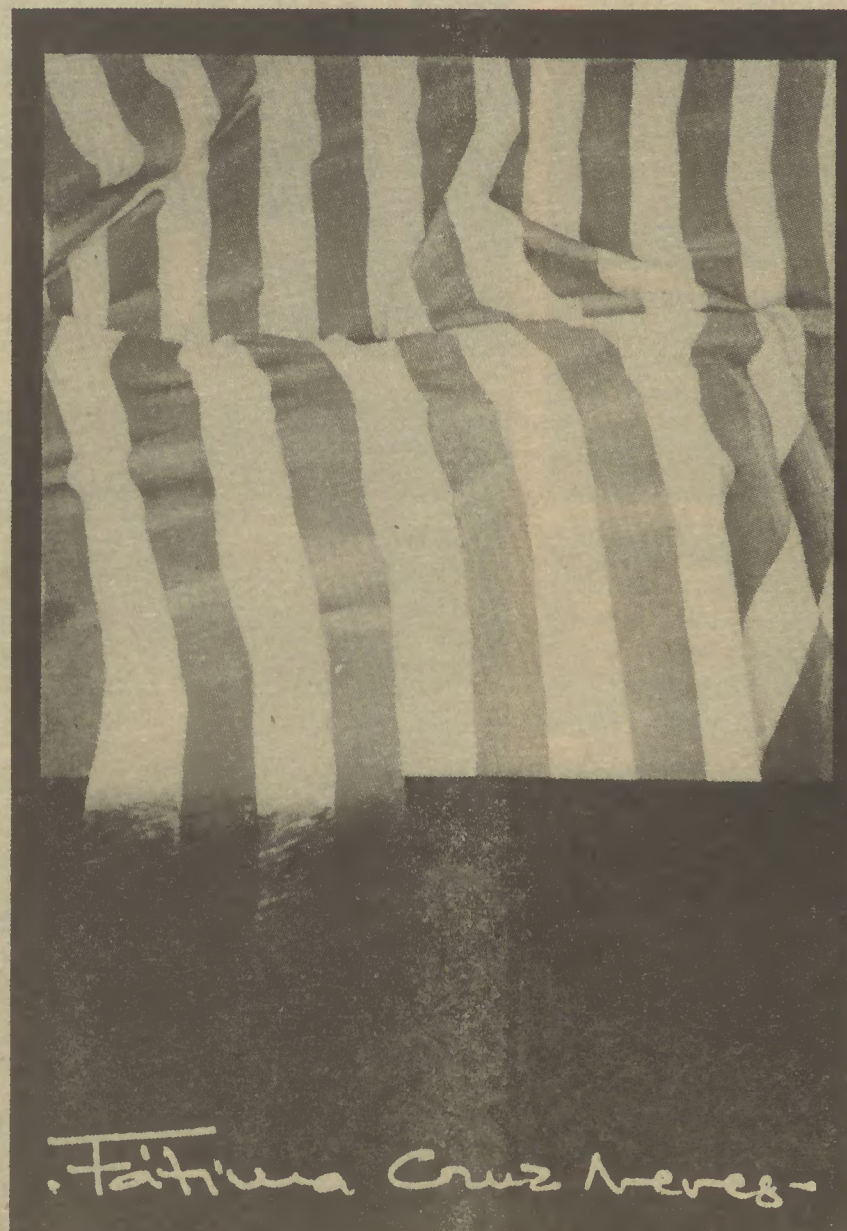
para conhecer, fruir e guardar a obra de um dos nossos grandes pintores contemporâneos. Esta exposição deverá integrar a extensão da 6.^a Bienal à cidade do Porto, prevista para final de Setembro no Palácio de Cristal.

Locais de recepção

Hoje e amanhã é pois ainda possível fazer a entrega de fichas de inscrição e de obras destinadas à Bienal. Em Lisboa, na Av. António Serpa, 26, 3.º Dt.º Frente (tel. 769141), onde trabalham a comissão executiva e o gabinete de apoio à Bienal, no Centro de Trabalho Vitória do PCP e na Sociedade Nacional de Belas Artes; no Porto, no Centro de Trabalho do PCP na Av. da Boavista; e no resto do País, nas sedes distritais do PCP.



Entre os escultores estará João Duarte, aqui representado pela sua «Menina com máquina de costura»



Teresa Dias Coelho e Fátima Neves, de que aqui se reproduzem obras recentes, são duas jovens pintoras cujos percursos várias edições da Bienal têm acompanhado. Entram nela este ano já entre os consagrados

галерея галерея галерея галерея галерея галер

Jovens pintores expõem na Fest

O pavilhão da 6.ª Bienal da Festa do «Avante!» conta este ano com três presenças estrangeiras.

No seu último número, o «Avante!» fez já referência a uma delas: a exposição de trabalhos do pintor alemão Werner Tübke para o monumento em Frankenhausen dedicado a *Bauernkrieg*, à Guerra dos Camponeses do século XVI alemão, e ao seu principal dirigente, Thomas Münzer. Numa área contígua à da exposição de Werner Tübke surgirá uma outra mostra que — até pelas características inovadoras de que se reveste — irá seguramente despertar atenções: trata-se da mostra, organizada especialmente para a Festa do «Avante!», de cerca de três dezenas de quadros da doze jovens pintores soviéticos. A mostra funcionará com estatuto de galeria, sendo possível a aquisição dos trabalhos expostos.

O interesse pela arte soviética actual

A ideia de assegurar uma presença de artes plásticas actuais da URSS surgiu com naturalidade na decorrência do generalizado interesse pela realidade soviética despertado pela perestroika. Na verdade, um pouco por todo o mundo, as revistas da especialidade e mesmo a imprensa de grande informação têm dedicado uma particular atenção a uma produção artística que, naturalmente, não surgiu exclusivamente nos últimos anos, mas que o clima de desanuviamento e um desarmar de preconceitos nos países ocidentais tem ajudado a divulgar.

Dado, por um lado, o curto espaço de tempo de que se dispôs para concretizar o projecto e, por outro, a dificuldade de abarcar uma panorama tão vasto como a da actual pintura soviética, a Comissão Organizadora da 6.ª Bienal e a Redacção do «Avante!» diligenciaram junto do «Pravda» para que se estudasse, no quadro da participação habitual do órgão central do PCUS na nossa Festa, uma exposição de pintura contemporânea de características e dimensões a definir. Desde logo se tornou claro que de forma alguma seria realista encarar uma exposição com carácter exaustivo: haveria sim que estabelecer um critério interessante e coerente e, dentro dele, assegurar então qualidade e representatividade.

Após consideração de várias hipóteses, optou-se por uma exposição de jovens pintores, esteticamente situados em áreas de vanguarda e que, podendo embora ser originários de outros pontos da União Soviética, tivessem o centro da sua actividade actual em Moscovo.

Seleção dos próprios artistas

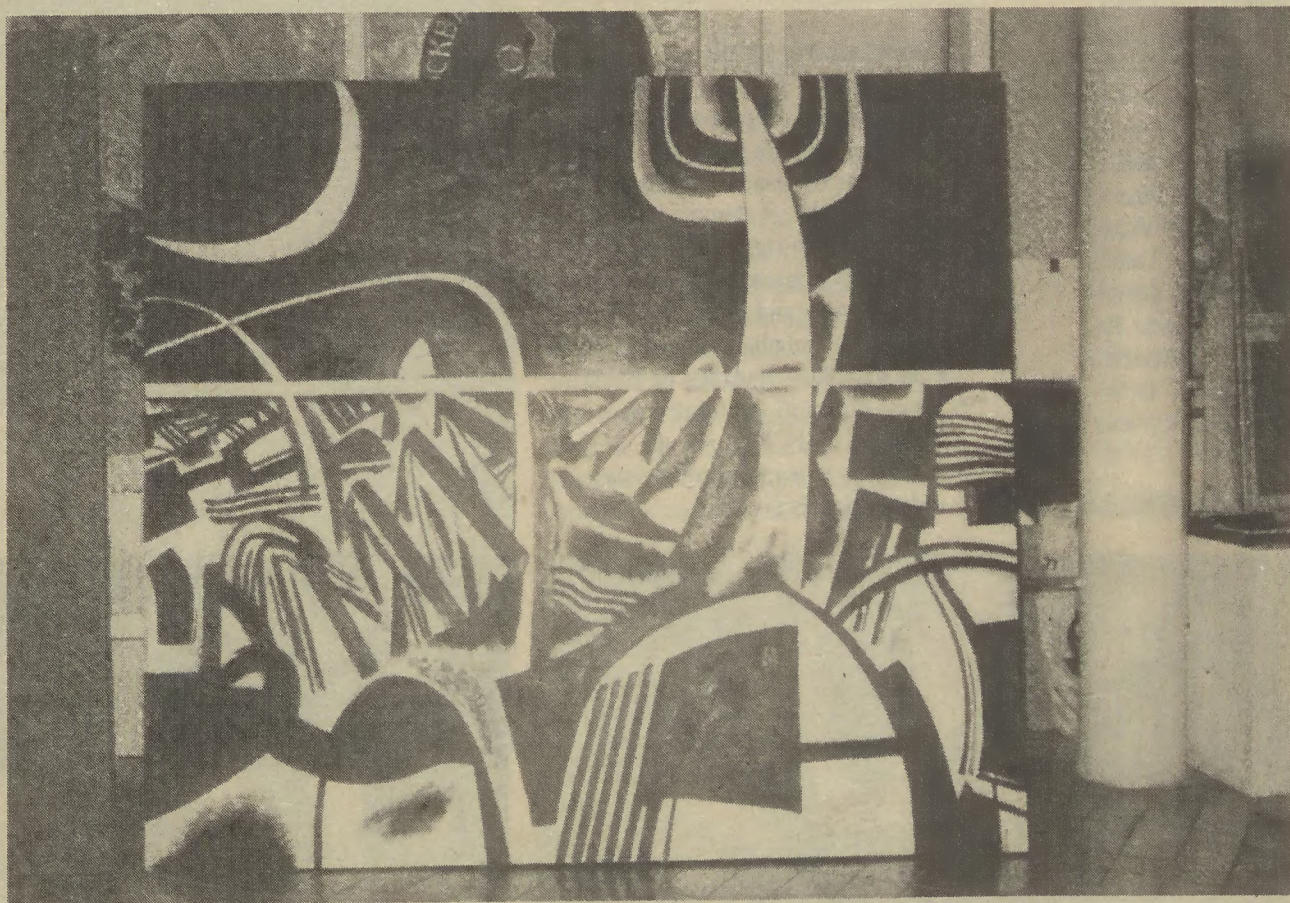
Definido o âmbito da exposição, a selecção dos artistas e trabalhos foi entregue a uma galeria de arte moscovita, a *Pérvaia Galeria*, «Primeira Galeria», uma cooperativa recentemente constituída exactamente por jovens artistas plásticos.

Esta solução assegurou desde logo o

interessante aspecto de a mostra ter a priori uma determinada representatividade ligada aos próprios pintores: independentemente do que críticos e públicos possam considerar da selecção, há que ter em conta que ela corresponde a uma já de si significativa aplicação de critérios dos próprios autores.

Está prevista a possibilidade do director da *Pérvaia Galeria*, Michael Krouk, e o

seu director artístico, Alexandre Yakut (que é um dos pintores representados) se deslocarem a Lisboa durante a Festa. Igualmente se prevê — se o tempo o permitir — a elaboração de um catálogo das obras expostas com elementos biográficos sobre os autores. Finalmente, encontra-se ainda em estudo a possibilidade de apresentar a exposição noutros pontos do País após a Festa, nomeadamente no Porto. ■



ея галерея галерея галерея

soviéticos a do «Avante!»

Na Pervaya Galeria em Moscovo: da esquerda para a direita, os pintores Alexander Yakut, director da galeria, Eugene Mitta e Marsha Serebriakova (representados na exposição) e Michael Krouk, director da cooperativa

Quem vai lá estar

São os seguintes os pintores representados na exposição de jovens pintores soviéticos:

* Ghia Abramishvilli («Gado». Óleo/tela. 1,20X1,50m. 1989).

* Maria Serebriakova (Sem título. Óleo/tela. 4 peças, cada 1,27X0,85m. 1988 + Sem título. Óleo/tela. 1,20X1,00m. 1988).

* Aidan Salakhova («Recolha». Óleo/tela. 4 peças, cada 1,50X1,50m. 1989).

* Eugene Mitta («Cavaleiro». Óleo/tela. 2,00X1,20m. 1987).

* Nikolai Ovchinnikov («GB». Têmpera. 4 peças, cada 1,00X1,00m. 1988).

* Grupo «Tchempiony mira» («Campeões do Mundo») («Urso selvagem correndo». Óleo/tela. 5 peças, cada 1,20X1,50m. 1989).

* Alexander Yakut («Diálogo com Malevich». Óleo/tela. 0,80X1,00m. 1988 + «Paisagem de vandalismo». Óleo/tela. 0,80X1,00m. 1988).

* Boris Matrosov («Apartamento n.º 43». Esmalte. 0,97X1,24m. 1988 + «Quarto de enforcado». Técnica mista. Díptico, cada 1,23X0,79m. 1988).

* Fakhtula Shakirov (Sem título. Óleo/tela. 1,60X1,40m. 1989 + Sem título. Óleo/tela. 1,50X1,30m. 1989).

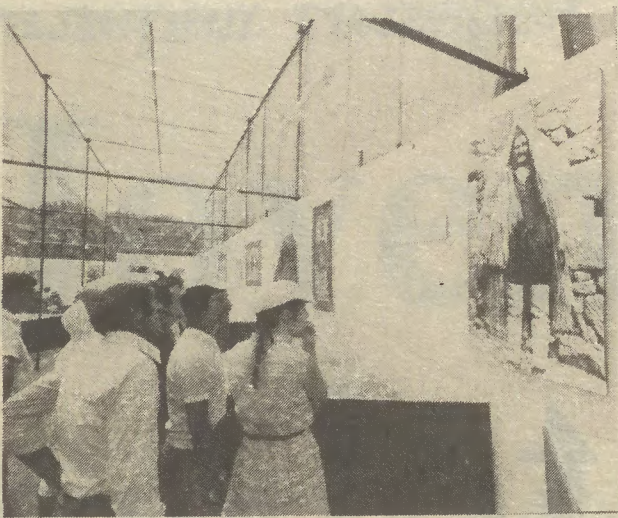
* Andrei Royter (Sem título. Óleo/tela. 1,90X1,50m. 1988).

* Andrei Jakhnin («Ideologia». Óleo/tela. 1,20X1,00m. 1989).

* Larissa Zvezdochotova («A lenda de Chukotka». Técnica mista 2,00X1,30m. 1988).



Uma comissão da Festa do «Avante!» esteve em Moscovo, na «Primeira Galeria» onde lhe foram apresentados os trabalhos que compõem a exposição a apresentar na Festa. Nas fotos podem ver-se (mal, claro, que as fotos foram tomadas apenas como indicação para a montagem da exposição em Lisboa...): na página anterior, em cima, um dos trabalhos de Fakhtula Shakirov; em baixo, três das quatro telas que constituem o conjunto «GB» de Nicolay Ovchinnikov; nesta página, à esquerda, Ghia Abramishvilli e, à direita, «Cavaleiro», de Eugene Mitta



Portugal de Norte a Sul em peso na Festa

A presença das várias regiões do país proporciona ao visitante da Festa do «Avante!» um aspecto global da cultura e tradições que, de norte a sul não esquecendo as ilhas, conferem ao nosso país um colorido único, pela sua diversidade e riqueza. É, sem dúvida, por isso que invariavelmente ligamos à Festa do «Avante!» um autêntico festival de artesanato, onde se podem adquirir peças tradicionais que decoram os interiores das nossas casas, ou mais simplesmente, utilizamos no dia-a-dia doméstico. Contudo, a participação das diferentes regiões traz-nos ainda notícia das lutas e preocupações do nosso povo, projectos e ambições que movem homens e mulheres num caminho comum por um amanhã melhor. Também este ano os pavilhões regionais em nada ficarão a perder aos anteriores quanto a imaginação, inovação e participação, como de resto ficará claro nas linhas que se seguem.

Minho — Composto pelos distritos de Braga e Viana do Castelo, marcará este ano a sua presença na Festa com uma grande exposição de cerâmica tradicional da região. Conterá com peças de alguns dos mais famosos artesãos da região, como Arlindo Fagundes, Júlia Ramalho, Mistério, Júlia Cota, Rosalina Baraça, Ana Baraça, e da fábrica de louça da Meadela e do Centro de Arte Popular de Bairro. Nos dois bares minhotos ainda podem ser apreciados pratinhos de feijão, chispe de porco, salpicão de vinho verde, bacalhau frito, bifanas, morcelas, acompanhados de broa e vinho verde.

Porto — A DORP aposta este ano na reconstrução de um barco rabelo, no interior do qual serão exibidos vídeos e diapositivos. No seu restaurante central, serão servidas as características tripas à moda do Porto e nos numerosos bares da área portuense haverá sopa de nabos e feijoada de Gondomar, arroz de berbigão de Vila Nova de Gaia, sopa mineira e prato com broa à Valongo, bolinhos de bacalhau da Maia, frango assado e arroz de cabidela, e o tradicional vinho do Porto, o

licor monástico de Singeverga e os genuínos «jesuítas» de Santo Tirso. Em matéria de artesanato não faltará a ourivesaria tradicional, nomeadamente, as filigranas de Gondomar. O espaço do Porto apresenta ainda uma exposição política sobre o trabalho autárquico desenvolvido no Distrito pela CDU, com destaque para as Câmaras do Grande Porto.

Trás-os-Montes — No seu pavilhão estará patente uma exposição sobre as lutas dos eucaliptos e dos baldios. A mostra focará ainda a luta dos professores, as acções do movimento sindical, os resultados das eleições para o parlamento europeu, bem como outros temas de interesse geral. Nas tasquinhas de Trás-os-Montes poderão ser apreciados os pratos típicos transmontanos, como os canelos, a orelheira e chispe, a feijoada à transmontana, as tijelinhãs de laranja e as «cristas de galo», bem como os vinhos das regiões demarcadas do Douro, o moscatel de Faveiros e vinhos generosos de diversas idades.

Viseu — De destacar a realização da Feira dos Vinhos do Distrito, onde os apreciadores poderão saborear uma colheita especial para a Festa do «Avante!» 89 da «Quinta do Soito» (Dão tinto de Santar – Nelas), o famigerado branco «Terras do Demo» e, lotes de vinhos de adegas cooperativas e de Quintas do Distrito, de reservas dos melhores anos e de vinhos premiados. Além disto, Viseu em conjunto com Coimbra e Aveiro, organizam a exposição da Beira Litoral, que este ano versa o tema dos baldios, como realidade jurídica, económica e social de remotas origens, características do Norte e Centro de Portugal.

Castelo Branco — Este Distrito conta este ano com uma exposição no pavilhão da Beira Interior, que apresentará material documental e fotográfico sobre o desenvolvimento regional e as propostas do PCP, nomeadamente para a indústria têxtil e a agricultura, e também sobre o Poder Local na Região. Haverá também uma exposição — venda de artesanato beirão com bordados de Castelo Branco, adufes de Idanha-a-Nova, mantas de

orelo de Cebolais de Cima, artesanato da zona da serra da Estrela e típicos trajes regionais. (séc. XIX) da região Sul do distrito de Castelo Branco. Não faltarão o famoso queijo da serra, os presuntos e enchidos da Guarda e Sabugal, o mel de Vila Nova de Foz Côa e de Vila Velha de Ródão e, os vinhos do Fundão, Covilhã, Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo.

Guarda — Igualmente presente no pavilhão da Beira Interior o Distrito da Guarda está empenhado numa exposição sobre o desenvolvimento regional e as propostas do PCP, nomeadamente para a indústria têxtil e a agricultura. A exposição equaciona ainda a questão do Poder Local na Região, com destaque para a Câmara Municipal da Covilhã, onde a CDU se perfila como alternativa. Poderá ainda ser apreciada a gastronomia típica que conta com os presuntos e enchidos da Guarda e da Vila do Sabugal, o genuíno queijo da Serra, o mel de Vila Nova de Foz Côa e de Vila Velha de Ródão e os vinhos da Covilhã, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e Fundão.

Aveiro — Os típicos ovos moles, os tradicionais pão de ló de Ovar e os pasteis de Águeda tornaram-se já uma referência obrigatória no pavilhão de Aveiro. Contudo, este ano será ainda possível apreciar o autêntico leitão da Bairrada e acompanhá-lo com os genuínos vinhos da região. A participação de Aveiro nesta 13.ª edição da Festa do «Avante!», completa-se com a organização em conjunto com os distritos de Viseu e Coimbra de uma exposição sobre os baldios.

Leiria — A organização regional de Leiria do PCP vai promover uma autêntica festa do vidro nesta edição da Festa do «Avante!» Demarcada por painéis e pirâmides de vidro, a zona de Leiria albergará uma exposição sobre o trabalho autárquico na região, com especial incidência no município CDU da Marinha Grande — o Vidro e a Cidade —, as lutas das populações, os protestos dos agricultores, e a intervenção dos comunistas na vida regional e, uma praça dedicada ao vidreiro com um monumento em vidro.

Mestres do vidro da Marinha Grande, mostrarão também ao vasto público da Festa, ao vivo, como trabalham os maçariqueiros, os lapidários ou os gravadores à roda. Em matéria gastronómica, Leiria traz mariscos de Peniche, S. Martinho do Porto, Praia da Vieira, ameijoas na caçarola e um prato denominado «a crise», imposto como tradicional na região pelo governo Cavaco Silva, à medida da magra bolsa dos portugueses.

Algarve — Já com oito excursões programadas, com partidas de Olhão, Loulé, Faro, Portimão, Lagos, Vila Real de St.º António, Silves e Messines, o Algarve promete estar em força este ano em Loures. No seu pavilhão o visitante poderá ver uma exposição fotográfica sobre o partido e a luta de massas e, terá à disposição a sua gastronomia típica de mariscos, com destaque para o arroz, o vinho de Tavira, os doces regionais de figo e amêndoa e os «Dom Rodrigo» de fios de ovos. Haverá ainda a presença do artesanato regional, com as tradicionais empreitas e a loiça de Almansil.

Madeira — Modelado sobre a égide do arraial madeirense, o pavilhão da Madeira apresentará uma exposição sobre o tema «O Partido e a Autonomia». Na zona de vendas, terá vimes, aguardente de cana e vinho da Madeira. No seu restaurante serão servidos dois pratos tradicionais da Madeira: carne em vinha de alhos e espetada, ambos acompanhados com milho frito.

Açores — Esta região autónoma terá à disposição a sua cozinha tradicional numa ementa com pratos de pólvora, batata cozida com massa de malagueta, morcela frita e caldo de peixe. Mas a zona dos Açores oferece ainda os mais variados artigos das respectivas ilhas. De S. Miguel, haverá cigarilhas e charutos, apitos de barro da Vila, louça da Lagoa, chá Gorreana (verde e prato), aguardente da terra e frascos de massa de malagueta. Do Pico, virá vinho cavaco, verdelho, aguardente da terra e licor de angélica, chapéus e várias peças de artesanato, nomeadamente, em osso de baleia. Da ilha Terceira, haverá cestos e bordados, licor de maracujá e também frascos de massa de malaguetas. ■

Vamos

D às M S

A A

Os torneios de xadrez tornaram-se, desde há anos, numa iniciativa indispensável do programa desportivo da Festa do «Avante!», com a participação sempre crescente de adeptos.

E os torneios de damas?

Até aqui, valha a verdade, primaram pela ausência, sem que do facto se saiba ou possa dar qualquer explicação aceitável. Não havia, pronto.

Quem nunca aceitou de ânimo leve semelhante «discriminação», para mais inexplicável, foram os aficionados do referido jogo, que têm vindo a bater-se pela inclusão das damas nas iniciativas da Festa. É caso para dizer «água mole em pedra dura...».

Ou seja, este ano a Festa do «Avante!» conta com um torneio de damas, a que não falta sequer a presença de um destacado mestre, o soviético Vladimir Korenevski. As partidas simultâneas têm lugar nos dias 9 e 10 de Setembro, às 18 h. e 16 h. respectivamente.

Conhecidas que são as preferências pela modalidade, nem vale a pena apelar à participação, por demais garantida; o que pode valer a pena é aconselhar desde já uns treinzinhos porque nisto de competições, por mais amigáveis que sejam é certo e sabido que todos gostam de fazer boa figura.

E por falar disso, quem é que sabe um pouco da história das damas? Dizem os entendidos que, se se entender por esse nome todos os jogos praticados de certa forma com determinado número de pedras num tabuleiro de damas, então a origem do jogo pode ser remetida para a noite dos tempos, já que em monumentos do Egipto, da Caldeia e de Tróia se encontram representações de tabuleiros desses, embora ninguém saiba dizer qual a natureza do jogo a que se destinavam. Quem recuar um pouco menos e se ficar pelo jogo de damas como o que se pratica

actualmente, num tabuleiro com 100 ou 64 casas e um número igual de pedras para ambos os adversários, então a origem é bem mais recente.

Podemos assim informar que o jogo de 100 casas foi inventado há duzentos e quarenta anos; segundo o académico La Condamine, o jogo de damas foi criado por um oficial do Regente, por volta de 1723, num café do hotel de Soissons, em França.

O referido oficial costumava jogar com um polaco, pelo que o jogo num tabuleiro de 100 casas passou a ser conhecido pelo nome de **damas à polaca**, em oposição às **damas à francesa**, conhecido anteriormente, cujo tabuleiro dispunha apenas de 64 casas.

De referir, como curiosidade, que as **damas à polaca** eram perfeitamente desconhecidas na Polónia!

A inovação consistiu no alargamento do tabuleiro, passando os jogadores a dispor de 20 pedras colocadas em quatro filas, com capacidade de «comer» em todos os sentidos, enquanto anteriormente só o podia fazer para a frente e, sobretudo, em fazer aumentar a mobilidade da dama, com a sua progressão em diagonal, a toda a distância; antes, a dama movia-se e comia como as outras pedras, com a única diferença de o poder fazer tanto para a frente como para trás.

Como já se deve ter percebido, é o antigo jogo de damas à francesa que se joga na generalidade dos países anglo-saxónicos ainda hoje.

Do xadrez às damas

Pensa-se que até ao século XV o jogo de damas fosse desconhecido ou pouco apreciado, uma vez que em numerosos manuscritos da Idade Média se encontram referências a vários jogos (do xadrez, do jogo do homem, do triquetraque), sem o incluir. O primeiro tratado sobre o jogo de damas, do espanhol António Torquemada,

data de 1547 e o primeiro tratado francês, de Pierre Mallet, de 1668.

Mas qual a origem deste jogo?

Muitas hipóteses foram levantadas, mas a que merece mais aceitação é a de que o jogo das damas deriva do xadrez, hipótese que se baseia nas semelhanças entre a antiga versão francesa das damas e o xadrez:

O mesmo tabuleiro de 64 casas; a mesma promoção em dama de uma pedra que chegue a uma das extremidades do tabuleiro; a própria designação de «dama» e a sua mobilidade (a **dama** ou **rainha** no xadrez movimenta-se como a dama do jogo das damas).

A apoiar esta hipótese há ainda o facto de, inicialmente, todas as pedras terem o nome de damas e de a peça transformada em dama ser chamada de **dama damada**, ou seja, coberta com outra dama.

É na segunda metade do século XVII que se passa a chamar apenas dama à **dama**

damada, designação que se generaliza a partir de 1750. No início, o jogo era um «jogo de damas».

O jogo de damas internacional pratica-se num tabuleiro de 100 casas, alternadamente claras e escuras. Em França, a regra estabelece que se jogue nas casas claras, devendo a grande diagonal branca do tabuleiro estar orientada do sudoeste para o nordeste.

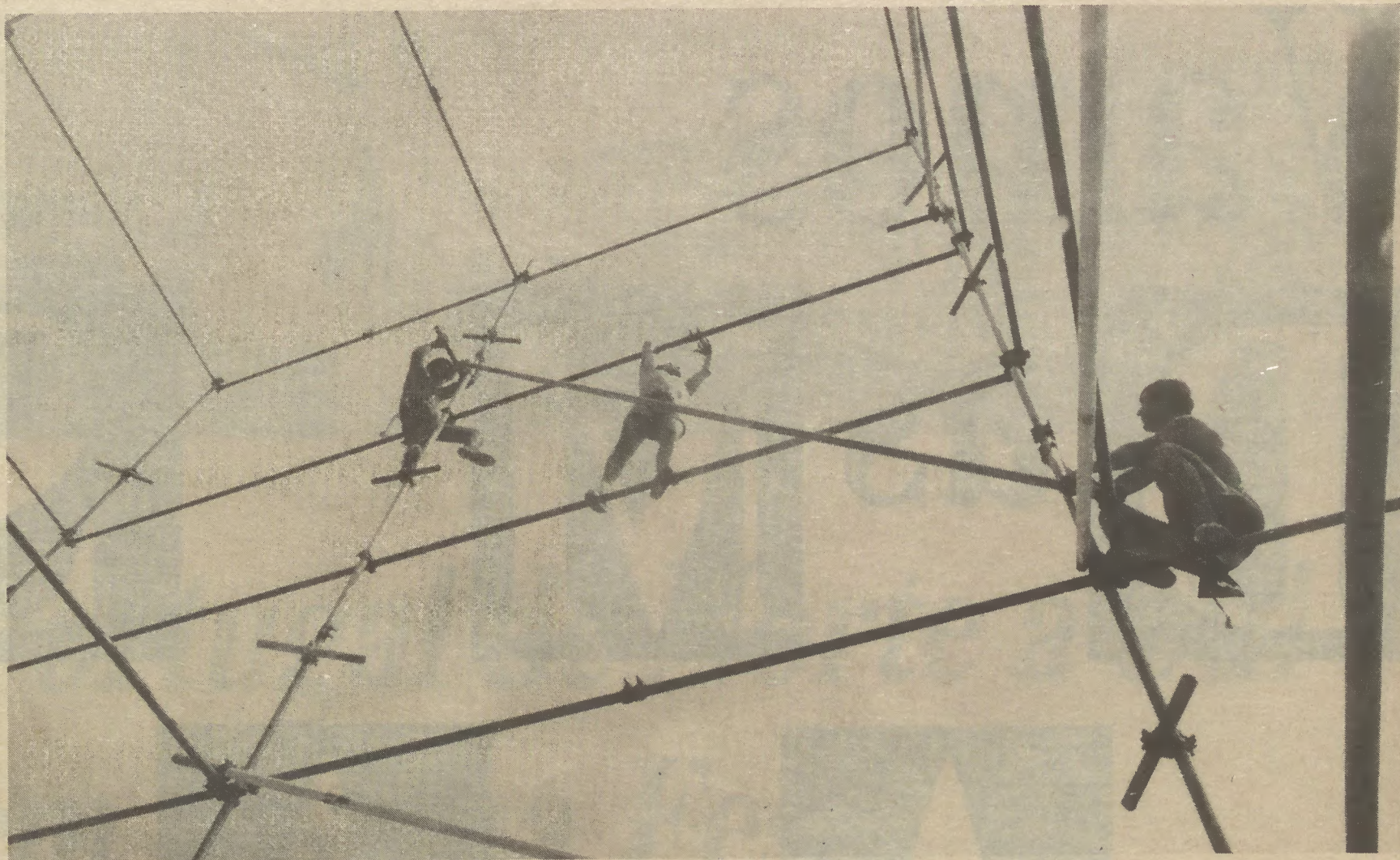
Para quem prefere jogar nas casas escuras, a regra manda que se desloque o tabuleiro um quarto de volta, a fim de dar a direcção correcta à grande diagonal escuras.

E pronto, ficam por aqui as explicações. Os interessados em aprofundar a matéria até ao torneio da Festa do «Avante?» não terão dificuldade nem em encontrar «mestres» nem em descobrir publicações sobre o assunto.

A nossa contribuição, afinal, não passa de uma cabulazinha para aguçar o apetite.

Bons jogos. ■





Mãos à obra, que é uma festa!

Quem visite hoje o terreno da Festa, na Quinta do Infantado, já nota a diferença. Crescem as estruturas de ferro da verdadeira cidade que a Festa será, as estruturas já deixam imaginar como vai ser, muitos painéis recebem as demãos de tinta, um dia destes as cores vão surgir...

Mas o tempo encurta, na corrida para aquele fim-de-semana de Setembro em que se abrirão aos milhares de visitantes as portas da Festa. O tempo encurta para o que há ainda por fazer, para os muitos milhares de horas de trabalho

que terão de caber neste mês que falta. O fotógrafo foi ver como era, no domingo passado. E através dele, «objectivamente», podemos nós todos ver o que já foi levantado por obra e graça de muito trabalho voluntário. E também ter uma ideia de quanto trabalho a Festa nos solicita a todos. Jovens e adultos, homens, mulheres, há que fazer para toda a gente. Desde a mão de obra mais especializada àquela ajudinha que só precisa de alguma boa-vontade. As jornadas de trabalho, que todas as semanas mais e mais camaradas e amigos trazem ao

terreno da Festa, são também calorosos momentos de convívio. Como sabe quem já lá foi este ano, como recorda quem nunca falta, todos os anos.

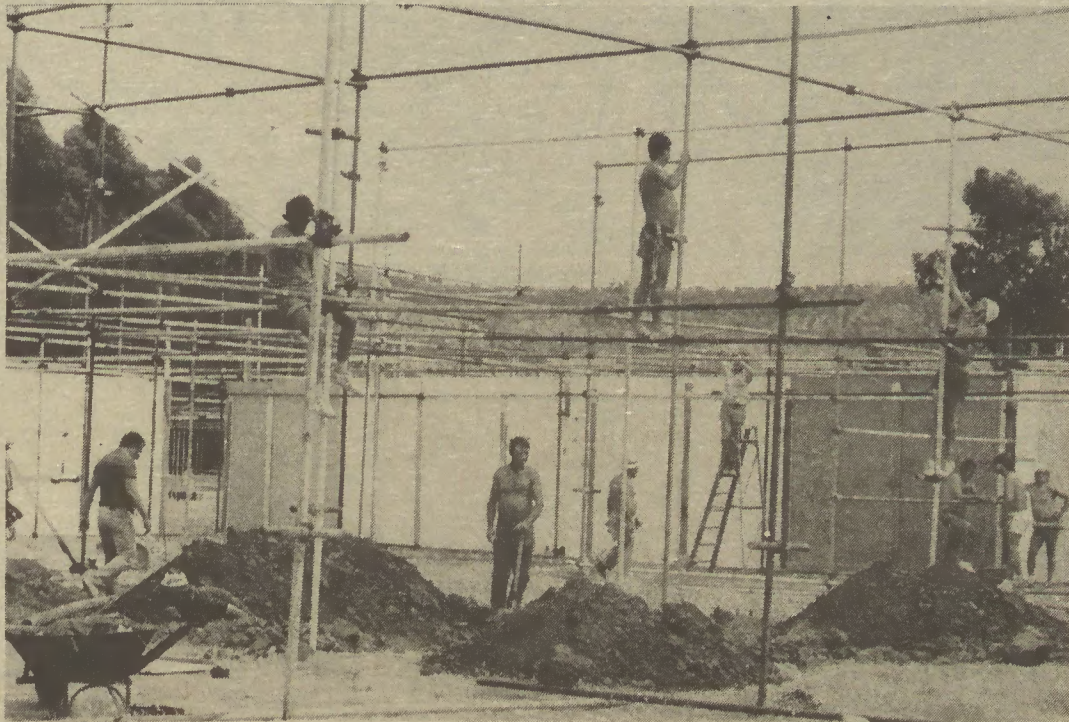
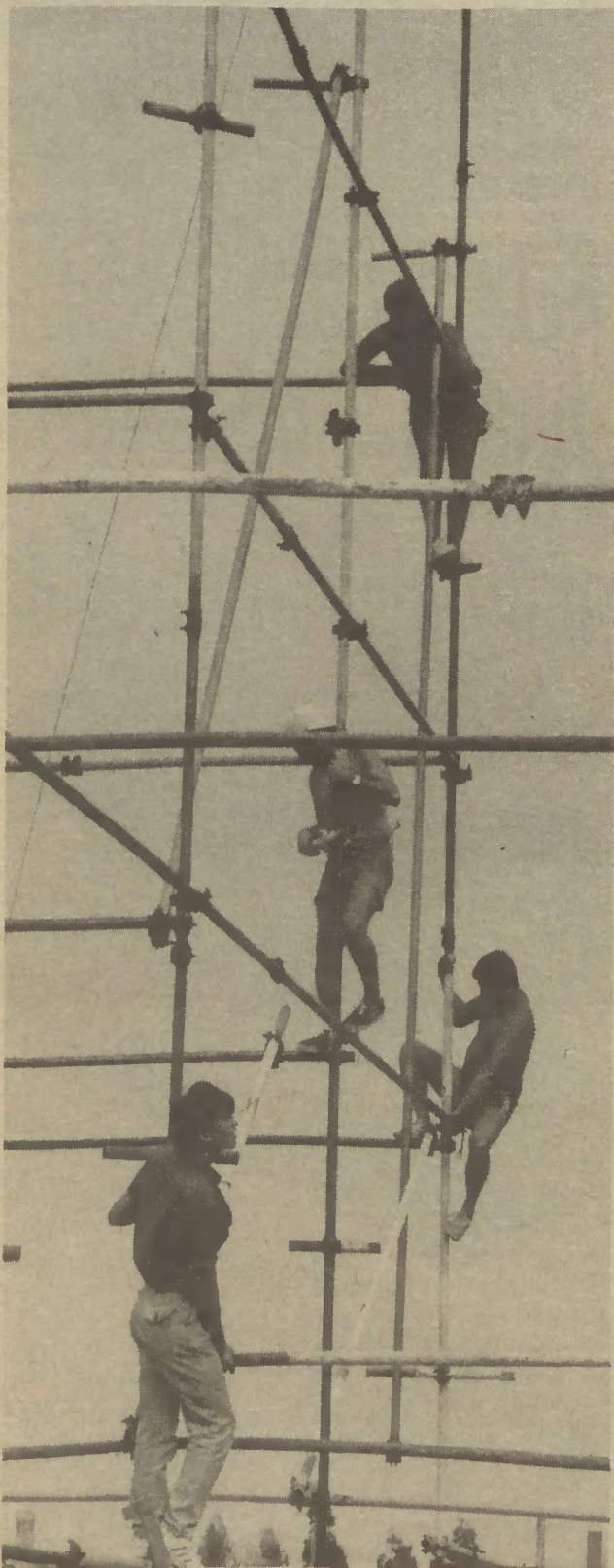
Ao aproximar-se Setembro, as organizações do Partido redobram de preocupações e de iniciativa, para levar à Quinta do Infantado todos quantos não deixam que a Festa se erga sem a sua participação militante. Para que muitos possam dizer, no dia 8 de Setembro, que também ali meteram mãos à obra. Vamos, pois, a mais jornadas de trabalho. Que esta obra é uma Festa! ■



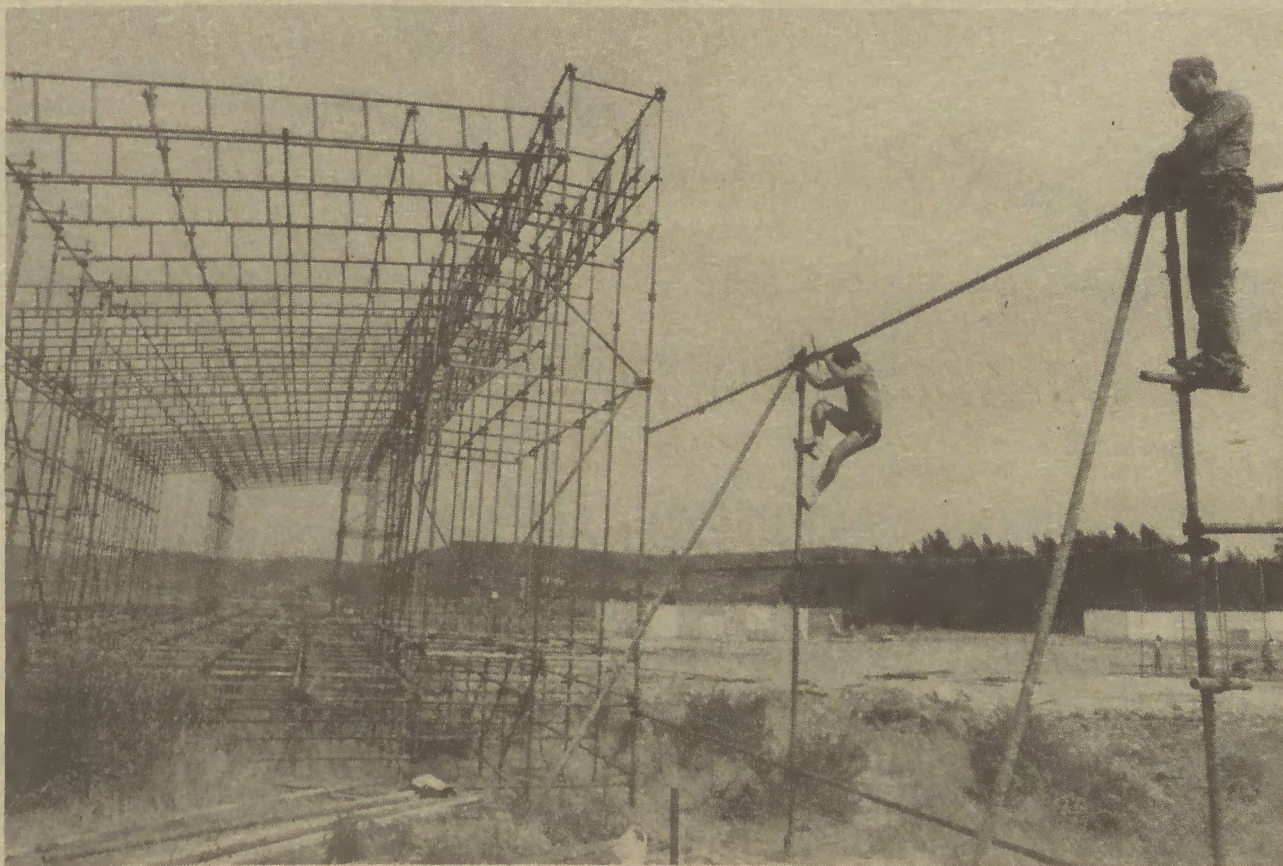
Não é preciso ser especialista para dar uma boa ajuda. Trabalhar na Festa é um gosto. E até os jovens e as crianças vão lá dar uma mãozinha



A juventude sempre presente no trabalho de erguer a Festa. A emprestar-lhe força. E delicadeza também. Antes de abrir as portas nos dias 8, 9 e 10 de Setembro, há muitas tarefas a empreender. As que requerem mais ou menos esforço, maior ou menor dificuldade, mais ou menos jeito. Mas sempre um grande empenhamento



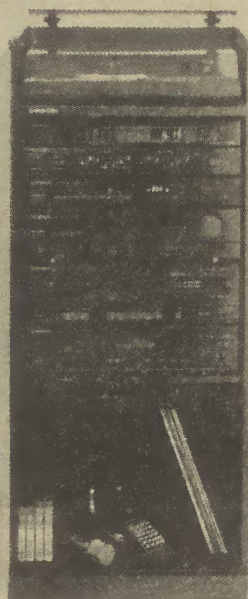
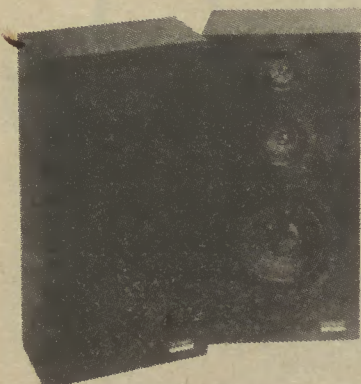
E aí vai a construção erguendo-se no ar quente deste Verão. Muitas estruturas encontram-se já em fase de conclusão. Mas é preciso acabá-las. E depois «vesti-las» de cor. Para abrigar uma Festa que vai ser um mundo em apenas três dias



vai sair...

vai sair...

saiu!

**1.º prémio****n.º 54 750****2.º prémio****n.º 45 551****3.º prémio****n.º 83 231****2.º prémio**

E pronto, já saíram os números das EP's premiadas este ano. O sorteio teve lugar no recinto da Festa em construção no passado domingo, como havíamos anunciado. Com a presença do director do «Avante!», camarada António Dias Lourenço, o sorteio realizou-se durante o convívio que ali reuniu camaradas e amigos que, durante o dia, haviam, muitos deles, participado na jornada de trabalho. Pela mão de uma criança, foram saindo os talões premiados. O primeiro prémio coube ao número 54 750; o segundo, ao número 45 551; o terceiro, ao número 83 231. Os possuidores das EP's correspondentes a estes talões podem dirigir-se ao Gabinete da Festa do «Avante!», na Avenida António Serpa, 26, 2.º, em Lisboa (Telefone 76 91 47 ou 73 09 73). ■

1.º prémio**3.º prémio**